

# PERSPECTIVAS DE PESQUISA EM HISTÓRIA NA AMAZÔNIA



## NATUREZA, DIVERSIDADE, ENSINO E DIREITOS HUMANOS



*A arte de fazer educação na Amazônia*

Organizadores  
Anna Carolina de Abreu Coelho  
Davison Hugo Rocha Alves  
Raimundo Moreira das Neves Neto

**Perspectivas de pesquisa em História  
na Amazônia: natureza, diversidade,  
ensino e direitos humanos**



# **Perspectivas de pesquisa em História na Amazônia: natureza, diversidade, ensino e direitos humanos**

Anna Carolina de Abreu Coelho  
Davison Hugo Rocha Alves  
Raimundo Moreira das Neves Neto

### **Conselho Editorial**

Raimundo Sérgio de Farias Junior (UEPA)  
Maria Roseane Correa Pinto Lima (UFPA)  
Alexandre Souza Amaral (IFAP)  
Catia Oliveira Macedo (UEPA/IFPA)  
Jaci Guilherme Vieira (UFRR)  
Maria de Nazaré Sarges (UFPA)  
Renato Luís do Couto Neto e Lemos (UFRJ)

### **Revisão**

Os organizadores

### **Projeto Gráfico**

Editora Açai

### **Capa**

Marco Leão

### **Imagem da capa**

Transamazônica. Acervo fotográfico da Folha de São Paulo. Disponível em:<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/7568-transamazonica#foto-146735>

### **Ficha Catalográfica**

---

B238 Perspectivas de pesquisa em História na Amazônia: natureza, diversidade, ensino e direitos humanos/Anna Carolina de Abreu Coelho; Davison Hugo Rocha Alves; Raimundo Moreira das Neves Neto (Organizadores). Belém: Açai, 2017.

240 p.: il.

ISBN 978-85-61586- 20-1

1. Amazônia (Pará) - História. 2. Ensino - Sociedade – Direitos Humanos. 3. Diversidade. 4. Natureza. Org. I. Anna Carolina de Abreu Coelho. II. Davison Hugo Rocha Alves. III. Raimundo Moreira das Neves Neto.

CDD 22. ed. 981.151

---

Todos os direitos autorais são reservados à Editora Açai.

E-mail: [editoraacai@gmail.com](mailto:editoraacai@gmail.com)

Fone: 98029-8787

## SUMÁRIO

### **Prefácio**

Edilza Joana de Oliveira Fontes 7

### **PARTE I - História, ensino de História e interdisciplinaridade 13**

**História e história local: significados em disputas** 14  
Erinaldo Cavalcanti

**A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e sua narrativa didática (1990 -2000)** 33  
Davison Hugo Rocha Alves

**Campus Rural de Marabá: valorizando e disseminando sementes tradicionais** 57  
Maria Suely Ferreira Gomes e Murilo da Serra Silva

**Currículo, Ensino de História e diversidade racial no Pará** 73  
Marley Antonia Silva da Silva

### **PARTE II - História, narrativa e paisagens amazônicas 99**

**Uma narrativa colonial: a fauna, a flora e as sociedades indígenas pela lente da Companhia de Jesus da Missão do Maranhão e Grão-Pará. Séculos XVII e XVIII** 100  
Raimundo Moreira das Neves Neto

**Os diários de viagem de Cunha Mattos e Ignácio Moura (1839-1910) – Um breve estudo da paisagem do Itacaiúnas** 127  
Anna Carolina de Abreu Coelho

<b>Paisagens amazônicas: o espaço vazio e a floresta</b> Edilza Joana Oliveira Fontes	147
<b>PARTE III - Direitos humanos, diversidade e identidades</b>	172
<b>Da agricultura diversificada produção da monocultura do dendê: a expansão do agronegócio uma comunidade de Moju/PA</b> Elias Diniz Sacramento	173
<b>Correntes que aprisionam: a prática do trabalho escravo contemporâneo como um atentado contra a dignidade humana nas agropecuárias do Araguaia/MT durante a década de 1970</b> Luciene Aparecida Castravechi	193
<b>Negros filhos da mistura: africanidades e identidades negras no sudeste do Pará</b> Arilson dos Santos Gomes	214
<b>Sobre os autores</b>	235

## PREFÁCIO

A coletânea de textos a seguir é o resultado do *I Encontro de História do sul e sudeste do Pará*, que nesta edição teve como tema “**O local e o global: o lugar dos direitos na sociedade globalizada**”, que ocorreu no período de 6 a 8 de março de 2017 na cidade Marabá. O evento contou com o apoio do CNPq e foi realizado por dois grupos de pesquisas sendo coordenados por duas instituições públicas que são a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e o Instituto Federal do Pará (IFPA) ambos localizados na cidade de Marabá. O evento apresentou algumas reflexões sobre a historiografia local e o enlace que pode ser desenvolvido entre o par local-global para compreender as diversas experiências do homem amazônida no Sul e Sudeste do Pará, bem como entender experiências de outras regiões da Amazônia como a região nordeste do estado Mato do Grosso do Sul e a cidade de Tucuruí.

Os grupos de pesquisas *o local e o global: História, memória e natureza no Sul e Sudeste do Pará*, coordenado pela professora doutora Anna Carolina de Abreu Coelho (História/Unifesspa) e *Diversidade e direitos humanos na Educação do campo no Sudeste do Pará: saberes tradicionais, gênero e agroecologia* coordenado pelo professor doutor Raimundo Moreira das Neves Neto (História/IFPA-Marabá Rural) foram os proponentes do referido evento, que teve como objetivo provocar um debate entre os pesquisadores que trabalham ou que se debruçam sobre a região amazônica. O evento teve a participação de diversas instituições nas mesas e conferências, como a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e o Instituto Federal do Pará (Campus Belém e Tucuruí).

A estrutura do evento foi de 3 mesas redondas e 2 conferências. Os textos referentes a este livro e-book foram o resultado das pesquisas em andamento ou concluídas pelos palestrantes durante os três dias do evento. O livro e-book está



dividido em 3 blocos de textos, que são: o primeiro, História, ensino de História e interdisciplinaridade; o segundo denominado, História, narrativa e paisagens amazônicas e o último denominado Direitos humanos, diversidade e identidade na Amazônia.

O texto do professor doutor Erinaldo Cavalcante da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), intitulado *História e História local: significados em disputa* nos apresenta as aproximações e os distanciamentos que podem ser feitos quando se propõe a apresentar uma singularidade da História local. A configuração e os significados de uma dada história regional estão presentes em uma relação de força permanentemente entre três formas de história, a saber: o nacional, o global e o local. Apresentando as especificidades deste saber local, o autor tem como tese a ideia de que seja necessário compreender a dimensão local da História, afim de que apresentemos uma diferença ao conceito fechado de história local.

O texto *A disciplina Estudos Amazônicos e sua narrativa didática (1990-2000)* de autoria do professor mestre Davison Alves da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) esboça os dois modelos de escrita da história regional presente no estado do Pará para disciplina escolar que debate a região amazônica na sala de aula. Duas formas de conceber o espaço amazônico foram evidenciadas, de um lado uma perspectiva de história da Amazônia por períodos e de outro uma perspectiva de compreender a história da Amazônia a partir de ciclos econômicos. As narrativas apresentam dois discursos, que são a relação passado e o presente pensados pelos historiadores e a urgência do presente pensados pela socióloga Violeta Loureiro, respectivamente dentro das duas propostas didáticas para o espaço escolar. A disciplina regional em questão possui para além dos debates pensados por estes dois grupos de professores-pesquisadores, um problema de ordem curricular no estado do Pará que precisa ser problematizado seja no espaço escolar ou

nos cursos de graduação em História, Ciências Sociais e Geografia haja vista que esta disciplina possui um caráter interdisciplinar.

O texto da professora mestre Suely Gomes e do professor mestre Murilo Silva ambos do Instituto Federal do Pará (IFPA) intitulado *Campo rural de Marabá: valorizando e disseminando sementes tradicionais*, apresentando os caminhos encontrados pela educação do campo na cidade de Marabá através da criação do grupo sementes tradicionais. O IFPA-Marabá Rural por meio do curso técnico em Agropecuária que estava integrado ao Ensino Médio pensou a partir da expansão da agricultura, formas diferenciadas de convívio com a natureza por meio de práticas da agricultura familiar nesta região. O objetivo é fazer com que os alunos compreendam o conceito de soberania alimentar e que tenham nas ideias de agroecologia um elemento essencial para construir uma nova relação com a natureza. Portanto, a importância das sementes tradicionais para um redimensionamento do olhar construído sobre a relação homem e natureza.

A professora mestra Marley Silva do Instituto Federal do Pará (campus Tucuruí) apresentou o texto *Currículo, ensino de História e a diversidade racial no Pará* que tem como objetivo problematizar a partir da relação currículo e diversidade racial como o marco legal no início do século XXI (lei 10.639/2003) tenta reverter a memória e a história das sociedades africanas na sociedade brasileira e amazônica. Tirando-os de uma posição de humilhação e submissão, ao elencar outros aspectos da cultura negra na sociedade local que ressaltem suas lutas e alegrias. Precisamos quebrar o ciclo de exclusão educacional, levando para a sala de aula outras histórias que ressignifiquem a importância do negro para a sociedade brasileira e amazônica.

O texto *Uma narrativa colonial: a fauna, a flora e as sociedades indígenas pela lente da companhia de Jesus da missão do Grão-Pará e do Maranhão. Séculos XVII e XVIII* do professor doutor Raimundo Neto do Instituto Federal do Pará (IFPA) tem como objetivo apresentar a dupla representação que a Companhia de Jesus

possuía sobre a região amazônica no que se refere aos índios e a natureza, ela foge do aspecto catequético desta ordem religiosa. Por outro lado, o autor debate a representação dos índios frente aos discursos travados entre colonos e jesuítas, ao mesmo tempo que problematiza a representação da fauna e da flora amazônica nos escritos religiosos da Companhia de Jesus.

A professora doutora Anna Carolina Coelho da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará apresentou o texto *Os diários de viagem de Cunha Matos e Ignácio Moura (1839-1910) – um breve estudo da paisagem do Itacaiúnas*. O objetivo do texto foi o de compreender as relações existentes entre o homem e a natureza durante o século XIX na região do rio Itacaiúnas. Compreendendo a paisagem da região amazônica por meio destes diários de viagem, a autora defende a ideia de que os dois viajantes tinham uma atividade intelectual a serviço do seu país, e que ao deter-se sobre as questões do espaço e da memória os seus relatos apresentam uma visão utilitarista da paisagem amazônica, por outro lado, a autora apresenta o sentido atribuído ao conhecer esta região amazônica com a finalidade de obter informações para o desenvolvimento econômico da cidade de Marabá.

O texto *Paisagens amazônicas: o espaço vazio e a floresta* da professora doutora Edilza Fontes da Universidade Federal do Pará têm como objetivo debater a noção de espaço vazio em relação a floresta amazônica dentro dos discursos governamentais brasileiros desde o século XIX até 1930, quando a Amazônia precisa ser integrada ao centro-sul do país. O discurso dos governos era de que a região amazônica precisava ser civilizada, e cabia ao estado esta função, segundo a tese da autora era necessário “ocupar” a Amazônia segundo o discurso governamental. A abertura da Transamazônica representa neste momento a fronteira aberta existente no país, quando o empreendimento na região de Serra Pelada atraiu diversos homens em busca de ouro no sudeste do Pará.

O professor mestre Elias Sacramento da Universidade Federal do Pará apresentou o texto *Da agricultura diversificada a produção da monocultura do dendê: A expansão do agronegócio em uma comunidade de Moju/PA*. O objetivo central deste texto é apresentar o projeto piloto do cultivo da monocultura do dendê na cidade de Moju, que foi desenvolvido em parceria com a empresa Agropalma. A agricultura familiar era o grande impulso do governo federal, sendo necessário investir neste tipo de produção regional, para que a agricultura encontrasse no cultivo de grãos de dendê um novo caminho para gerar alimentos para a população local e brasileira. A tese levantada pelo autor é de que precisamos implementar uma nova forma de expandir o agronegócio e o governo federal desde a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), vem desenvolvendo financiamentos a pequenas famílias de agricultores no país com a consolidação de projetos agroindustriais.

O texto *Correntes que aprisionam: a prática do trabalho escravo contemporâneo como um atentado contra a dignidade humana nas agropecuárias do Araguaia/MT durante a década de 70* da professora doutora Luciene Castravechi do Instituto Federal do Pará (IFPA) procurou apresentar algumas reflexões sobre o trabalho escravo contemporâneo na região nordeste do Araguaia mato-grossense. Os governos militares como forma de incentivo a ocupação desta região, por meio de atividades agrícolas e pecuárias financiou projetos de colonização que ocasionou a migração de diversos trabalhadores originando a expulsão de algumas sociedades indígenas. A tese construída pela autora é de que os conflitos agrários juntamente com a prática do trabalho escravo se intensificaram após a entrada de empresas agropecuárias.

O professor doutor Arilson Gomes da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará apresentou o texto intitulado *Negros filhos da mistura: africanidades e identidades negras no sudeste do Pará*, o objetivo deste autor é debater o uso das africanidades como uma estratégia de ensino e aprendizagem na cidade de

Marabá por meio da mitologia. A ideia central a ser desenvolvida é que dada a falta de carência nas ações pedagógicas dos professores desta cidade no que se refere a cultura africana em sala de aula, faz se necessário criar e desenvolver ferramentas didáticas de caráter lúdico para possibilitar um ensino que desenvolva a educação para as relações étnicorraciais. O autor ao aproximar a mitologia grega com a cultura negra tenta quebrar alguns estereótipos sobre este grupo social na sociedade amazônica na cidade de Marabá.

Portanto, a coletânea de textos reflete uma iniciativa de debater algumas especificidades da região amazônica sobre a relação direitos humanos e natureza na região sudeste do estado do Pará. Um debate pertinente diante das necessidades de compreendermos qual o lugar dos direitos sociais e humanos em nossa sociedade?

Belém, 11 de julho de 2017.

***Profa. Dra. Edilza Fontes***

Coordenadora do ProfHistória.

Faculdade de História/UFPA.

## **PARTE I**

### **História, ensino de história e interdisciplinaridade**

## HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: SIGNIFICADOS EM DISPUTAS

Erinaldo Cavalcanti

### À guisa de introdução

Este texto foi construído para ser apresentado no I Encontro de História do Sul e Sudeste do Pará, cuja temática central foi *O local e global: o lugar dos direitos na sociedade globalizada*.<sup>1</sup> Nessa dimensão, ele também apresenta as marcas desse “local”. Outro espaço que também grafou marcas nesse texto diz respeito às reflexões vivenciadas na disciplina *Prática Curricular Continuada I: ensino de história local e regional*, que lecionei no curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

O tempo — e suas distintas temporalidades — tem sido apropriado e mobilizado de diferentes maneiras pela Ciência Histórica. Os usos do passado, apropriados no presente pela História e seu Ensino, têm se modificado substancialmente em diferentes sentidos e direções. Diferentes estratégias de pesquisa e ensino têm mobilizado distintos vestígios das experiências temporais como metodologias de estudo e objeto de trabalho. Nesse movimento, insere-se uma rica variedade de trabalhos que versa acerca das relações entre História, ensino e patrimônio;<sup>2</sup> História, ensino e literatura;<sup>3</sup> História, ensino e novas tecnologias

---

<sup>1</sup> O encontro ocorreu entre os dias 6 e 8 de Março de 2017, no Instituto de Ciência e Tecnologia do Pará, na cidade de Marabá/PA. Deixo aqui expresso meus agradecimentos aos organizadores do evento pelo convite.

<sup>2</sup> Para uma reflexão envolvendo História, ensino e patrimônio ver CHAVES, Elisgardenia Oliveira (2013); MATOZZI, Ivo (2008); PELEGRINI & FUNARI (2008); HARTOG, François (2006); ORIÁ, Ricardo (1998 e 2014).

<sup>3</sup> Consultar: CHARTIER, Roger (2002); GUIMARÃES, Selva (2012); Maria do Rosário L. Mortatti (2014); Maria A. Leopoldino (2015).

da informação;<sup>4</sup> História, ensino e tempo presente;<sup>5</sup> História, ensino e história local,<sup>6</sup> para citar apenas alguns.

Essas diferentes apropriações se constituem, por conseguinte, em distintas maneiras de ler e interpretar o tempo por meio dos indícios, sinais e vestígios<sup>7</sup> que são mobilizados. Nesse sentido, gostaria de ampliar o debate acerca de uma dessas dimensões com o objetivo de contribuir e ampliar as reflexões. Para tanto, centrarei as discussões, problematizando alguns desafios sobre os usos da chamada história local, para sua apropriação tanto no campo do ensino como no campo da pesquisa historiográfica.

### **As palavras e seus significados**

O escritor Graciliano Ramos, ao se referir ao processo da escrita, faz uma analogia comparando o ato de escrever com o ofício das lavadeiras de roupas do Estado de Alagoas, pois a escrita precisa ser cuidadosamente “preparada”. Nesse sentido, ele afirma que “a palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como ouro falso; a palavra foi feita para dizer.”

Tomando como desafio e inspiração essa reflexão de Graciliano Ramos, poderíamos iniciar as discussões com alguns questionamentos. O que quer dizer a palavra “local”? Quais significados ela agrega? Seria “local” um conceito? Se a resposta

---

<sup>4</sup> Para ampliar as reflexões, consultar: ALVES, Lynn R. Gama (2005); ASSMAN, Hugo (2005); MATTA, Alfredo (2006); SILVA Marcos (2012).

<sup>5</sup> Para ampliar o debate, ver: GOMES, Ângela Maria de Castro e LUCAS, Tânia Regina (2013); DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Marieta de Moraes (2013); MAGALHÃES, Marcelo de Souza e CONTIJO, Rebeca (2013); MIRANDA, Sônia Regina (2013).

<sup>6</sup> As referências acerca da história local encontram-se ao longo do texto e a na bibliografia do presente artigo.

<sup>7</sup> Sirvo-me, aqui, das discussões promovidas pelo historiador Carlo Ginsburg acerca do chamado paradigma indiciário. Para ampliar as discussões, consultar: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.



for “sim”, em que consistirá, então, uma “história local”? Em que se distinguiria de uma “história não local”? Se a resposta for “não”, em quais circunstâncias caberia o uso do vocábulo composto “história local”?

Nessa dimensão, acredito ser importante, primeiramente, ter clareza sobre o que se entende pelo conceito de “local” e, sobretudo, por “história local”. Não se trata, portanto, de mera retórica a discussão em tela. Pelo contrário. Trata-se de problematizar esses conceitos, compreender seus significados para, assim, podermos manuseá-los de forma coerente e, por conseguinte, direcionar seus usos de maneira responsável.

A etimologia da palavra “local” nos leva ao latim *localis*. Sua grafia, no plural, talvez já sugere que se evite apreendê-la — ou aprisioná-la — em um sentido singular. Sugere que a ela sejam atribuídos significados plurais. Ou seja, o local, desde a gestação de sua grafia, é um espaço polissêmico; é um lugar polifônico. No dicionário Aurélio, a palavra “local” encontra-se experimentada como sinônimo de “lugar”. De maneira mais detalhada, o primeiro significado atribuído a “local” diz respeito a um sentido “relativo a determinado lugar”. Assim, seus significados estão embrionariamente ligados a uma concepção de lugar e, nessa relação, “lugar” está indissociável de espaço. Ou seja, ao falarmos de local, estamos concomitantemente falando de espaço.

O questionamento “o que se entende por local” continua em aberto. Local em relação a quê? Para quem? O que é local para uns pode, igualmente, ser global para outros. O reordenamento na vida de famílias que são afetadas pelas atividades da mineração no Sul do Estado do Pará, por exemplo, trata-se de uma questão local? Se estivermos falando de trabalhadores e trabalhadoras que vivem em uma vila que foi afetada pelas ações da extração do minério, poderíamos afirmar que se trata de uma história local? Em que dimensões seria uma história local já que essas histórias são cortadas, redirecionadas e ressignificadas com os desdobramentos da extração de minério, atividade desenvolvida com todas as relações de poder do

chamado capitalismo globalizado? Em que dimensões poderíamos nomeá-la de história local, haja vista sua configuração ser resultante de diferentes forças, atores e empresas ligadas ao mercado internacional da mineração? Nesse sentido, onde estabelecer as demarcações? Como e até onde instituir os limites e as fronteiras, mesmo sendo essas móveis e elásticas? Há como precisar onde termina a história local e começa a história “não local” ou a história global?

As discussões que aqui apresento não pretendem “inventar a roda” dentro dos debates que envolvem a chamada história local e suas relações com a História e seu ensino. Se servirem para demonstrar a complexidade exigida para tornar inteligível seu uso, terá atingido seu objetivo. Nessa dimensão, irei revisitar alguns debates promovidos por estudiosos que se dedicaram a estudar a história local, sobretudo nos diálogos estabelecidos com o ensino de História. Nesse percurso, levantarei algumas indagações para as quais não tenho respostas, senão, outros questionamentos.

Para o sociólogo e urbanista francês Alain Bourdin (2001), a dimensão de “local” permite ampliar e compreender a relação entre espaço e ação, ou pensar e problematizar o espaço como lugar de ação, o que coloca, por conseguinte, a relação sujeito/espaço no centro das discussões. Nesse sentido, o “local” seria um recorte eleito por aquele que desejasse refletir sobre as experiências dos sujeitos em espaços sociais delimitados. Portanto, o local, nessa acepção, está sendo instituído pelo professor/pesquisador. É ele o sujeito-autor desse “espaço conceitual”. Ainda segundo Alain Bourdin, o “local” é um lugar de sociabilidades marcado pela proximidade e pela contiguidade das relações entre os sujeitos que as estabelecem.

No que diz respeito ao vocábulo ou conceito “história local”, a professora e historiadora Circe Bittencourt tem contribuído com essa reflexão. Ela ressalta que “[...] a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno, identificando o passado sempre presente nos vários espaços de convivência -

escola, casa, comunidade, trabalho e lazer - igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.” (2009, p. 168). Seguindo sua interpretação, todavia ela destaca os cuidados para evitar que a história local não reproduza em escala menor a mesma narrativa de uma história feita pelos “grandes” e “importantes” personagens do poder político e das classes dominantes locais. Nesse sentido, é importante que a história local não se limite a reproduzir em dimensões micro o estudo da vida e das atividades de prefeitos e demais autoridades de um determinado lugar, por exemplo. Para evitar essas armadilhas, “[...] é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas [...]” (BITTENCOURT, 2009, p. 169).

## **Alguns significados**

### **História local como “história pequena”**

Um dos significados presentes na utilização do conceito de história local diz respeito a um conjunto de sentidos e a institui em uma relação de oposição aos considerados grandes fatos ou acontecimentos. Nessa perspectiva, a história local seria, por excelência, uma “história pequena”, ou história miúda. Não pequena em importância ou significado, diga-se à exaustão. Por “história pequena” me refiro a uma dada leitura que sugere uma interpretação pela qual uma história (ou várias) é apreendida e percebida pela extensão espacial de seus desdobramentos, que não excederia grandes limites geográficos. Uma história cujo conhecimento de sua existência não ultrapassaria grandes alcances, além dos imediatos limites no espaço físico onde ocorreria.

Para a historiadora Márcia Gonçalves:

Nas suas materialidades históricas, e exatamente pelas múltiplas variações que essas assumem, o que é reconhecido e identificado como

pertencente ao âmbito local possui configurações diversificadas. A título de exemplo, o local pode ser associado a uma aldeia, a uma cidade, a um bairro, a uma instituição – escolas, universidades, hospitais –, e, como escolha por vezes recorrente, a um espaço político administrativo, como distrito, freguesia, paróquia, municipalidades (GONÇALVES, 2007, p. 177).

Por essas lentes interpretativas, a história local se constituiria em uma espécie de *acontecimento pequeno*, circunscrita a uma limitação espacial, sobretudo porque os relatos sobre sua ocorrência ficariam quase sempre reduzidos a uma pequena dimensão geográfica.

Não estou argumentando que essa interpretação seja inválida ou desprovida de sentido. Apenas demonstrando os desafios que ela nos coloca. Com base em que se pode afirmar que as histórias de um bairro da cidade de Marabá/PA ou de qualquer outra cidade podem ser consideradas história local? As histórias de uma rua poderiam ser consideradas como local em relação às histórias do bairro? Nessa relação, como seriam classificadas as histórias do bairro? A mesma interpretação poderá ser estendida para as relações bairro/cidade, cidade/município, município/estado, estado/país, e assim por diante. Nessa perspectiva, “o que” e “como” definir como “local”? Talvez seja esse o maior desafio.

Trazer essas problematizações não implica que a questão esteja solucionada. Longe disso. Até porque também não teríamos ainda muitos elementos que definiriam os fundamentos para classificar uma história como “pequena”, “miúda”. Qual o referente e os fundamentos epistemológicos para assim classificar uma história, um acontecimento?

A historiadora Márcia de Almeida Gonçalves, ao discutir a concepção de história local, ressalta que:

O adjetivo local, por sua vez, responde por uma qualificação que estabelece a circunscrição de um lugar. Esse sentido se manifesta mais claramente no uso do verbo localizar, qual seja, situar algo em um lugar, o que por outro lado, nos leva a uma ação. A história local é, em

intrínseca complementariedade conjunto de experiências de sujeitos em lugar e, também, o conhecimento sobre o conjunto dessas experiências (GONÇALVES, 2007, p. 177).

### **História local como “história do entorno”**

Outro significado reside na interpretação em que apreende a chamada história local como uma “história do entorno”. Por esse ângulo de percepção, a história local seria uma história “próxima” não só no espaço, mas também no tempo. Porém, próxima a quem ou a quê? Uma história do entorno de quem e do quê? Circe Bittencourt chama a atenção para essa questão e destaca que “[...] é comum falar de história local como a história do entorno, do mais próximo, do bairro ou da cidade.” (2009, p. 171).

Nessa dimensão, tratar-se-ia de um acontecimento próximo ao professor/pesquisador, na medida em que esse conhece as pessoas, as histórias do bairro, da rua, da aldeia? Seria essa uma história local porque se encontraria relativamente próxima ao professor/pesquisador quando se encontra nas cercanias do objeto estudado e mantém com ele relações de pertencimento? Ou seria uma história local porque os acontecimentos estudados encontram-se próximos no tempo quando a História estudada ou ensinada, é contemporânea aos pesquisadores e empresta suas memórias como objeto e fonte das pesquisas?

Se concordarmos que o “local” é, por excelência, o espaço de experiências da vida cotidiana de homens e mulheres - e, por conseguinte, o lugar de atuação de diferentes sujeitos - torna-se, portanto, um espaço privilegiado para problematizar as relações homem/espaço, conforme defende Alain Bourdin (2001).

Por essa leitura interpretativa de local como campo de micro relações entre homens/homens e homens/espaço, o conceito de escala de observação proposto pela micro-história italiana - por meio dos trabalhos de Geovanni Levi e Carlo Ginzburg - pode se apresentar como uma ferramenta metodológica viável ao seu estudo. Essa concepção é também

defendida pela professora Márcia Gonçalves (2007). Para ela, as análises do “local” proporcionam outros efeitos de conhecimento nas diferentes especificidades, deslocam hierarquias e sobreposições entre nacional e regional e possibilitam repensar as relações entre as categorias centro/periferia.

### **História local como conjunto coeso e diminuto de relações passível de ser estudada em sua totalidade**

Outro significado atribuído à história local a compreende como um conjunto coeso e diminuto de relações e, por isso, seria possível estudá-la em sua totalidade. Não é difícil encontrarmos reflexões que fazem uso da chamada história local - sobretudo quando a temática de ensino ou pesquisa é um bairro, uma comunidade ou uma vila, por exemplo - por meio de objetos de ensino ou pesquisa como se esses se constituíssem praticamente sem conflitos, confrontos, disputas, alianças e enfrentamentos. São leituras que, talvez, por apreenderem a história local como algo “pequeno”, com sujeitos ligados por laços de pertencimentos, representam-na como histórias cujas relações seriam marcadas pela mais completa harmonia. Por conseguinte, essa ilusão da ausência de conflito, às vezes, desdobra-se em narrativas que têm a pretensão de dar conta da totalidade de relações envolvidas nas histórias ensinadas e/ou pesquisadas.

Para enfrentar essa perspectiva e pretensão de totalidade, o historiador Samuel Raphael sugere que o pesquisador “[...] poderá escolher como ponto de partida algum elemento da vida que seja por si só limitado tanto no tempo como no espaço, mas usado como uma janela para o mundo” (1990, p. 229). Essa sugestão pode evitar a ideia de generalização, que não raro se atribui à comunidade ou à localidade, como se determinadas dimensões, aspectos ou circunstâncias presentes em certos relatos de memória, ou em outro documento, representassem um todo das relações. Talvez, por ser apreendida como algo “menor” em

dimensões espaciais, credita-se ao estudo do local a possibilidade de ser analisado em totalidade. Erro crasso.

### **História local como sendo determinada pelo espaço geográfico**

Se a história local possibilita uma proximidade entre sujeitos - seja professor/pesquisador, seja estudante nas relações com os objetos de ensino ou pesquisa - parece que a ela ainda é atribuída certa concepção que a institui como sendo determinada pelo espaço geográfico. Parece-me que as discussões sobre “local”, e, por conseguinte, sobre a história local, ficam predominantemente sob a égide da dimensão espacial, circunscrita aos limites físico-geográficos, quase sempre apreendidos como pequenos, como já ressaltado.

Nessa dimensão, a história local se constituiria como uma “história espacial”, especialmente pequena, compreendendo “espaço” como sinônimo de “local”. Essa dimensão seria sua marca de distinção. Entretanto, não se pode esquecer que toda experiência é espacial. As pesquisas que desenvolvemos analisam objetos sobre acontecimentos diversos que ocorreram em algum local, independentemente do conceito que adotemos. Os temas que trabalhamos em sala de aula, os assuntos/conteúdos que ensinamos são representações acerca de acontecimentos que ocorreram em algum espaço, em algum local.

Não existe, portanto, experiência/acontecimento fora de um espaço, fora de um lugar, fora de local. Talvez, o fato de a denominação vocabular “história local” ser composta por uma expressão que é sinônimo de espaço (ou seja, “local”), direcione uma certa concepção que atribui a esse conceito uma dada interpretação. Tal interpretação institui esse conceito de maneira tal que a chamada “história local” é tutelada ou condicionada pela dimensão espacial. Nesse sentido, o que faz um acontecimento ser considerado local não é a dimensão do espaço nem a dimensão do tamanho, porque quem institui a dimensão, a

legitimidade, o reconhecimento e a representação é a dimensão política do acontecimento.

### **História local como extensão e desdobramento da história “não local” (nacional?)**

Essa interpretação apreende e representa a história local como sendo uma extensão, um desdobramento de uma história “não local” (história nacional?) como se fosse uma peça de um quebra-cabeça. Nessa dimensão, ela teria que se constituir e se apresentar de forma harmônica e, assim, permitir o “encaixe” na história maior.

Por meio dessa leitura interpretativa, a história local seria, portanto, uma “pequena peça” de um organograma maior e o professor ou pesquisador iria apresentar em que dimensões ela corresponderia com a história nacional. Em outras palavras, ela seria uma consequência da “história não local”, um prolongamento em dimensões reduzidas e, assim, teria que manter com a “história nacional” uma relação de causa e efeito. Portanto, aquilo que ocorreu a nível nacional provocou os efeitos e consequências que determinaram em dimensões micro a configuração da história local.

Esses últimos significados atribuídos ao que se convencionou chamar de história local parecem se encontrar presentes em todas as outras leituras interpretativas. Assim, seja entendendo a história local como uma história “pequena”, como uma história “do entorno”, como uma história “coesa e passível de ser estudada em sua totalidade”, uma história como “consequência de outra história ‘maior’”, é recorrente a interpretação que associa a história local a um o espaço físico-geográfico, em uma relação de determinação. Ela quase sempre é apresentada sendo determinada por essa dimensão do espaço: é história local porque é “do bairro”, “da rua”, “da vila”, “da escola”.



Gostaria de ressaltar, todavia, que essas interpretações acerca da chamada história local nem sempre aparecem de maneira explícita, assim como não estão presentes em todos os trabalhos de professores e/ou autores que fazem uso da história local como objeto de ensino ou pesquisa. Há importantes reflexões e relatos de experiência, apresentados em revistas e congressos, sobre a temática em tela, como demonstra a literatura especializada.

### **Entender os significados das palavras**

Diante do exposto, gostaria de enfatizar mais uma vez a importância de se entender os significados das palavras para, assim, fazermos uso delas de forma responsável e coerente. Seguindo essa linha de reflexão, fica perceptível a necessidade de se compreender o significado do conceito “local”, sobretudo quando é usado como sinônimo de “espaço”. Por conseguinte, também torna-se importante não compreender o espaço apenas em suas dimensões físico-geográficas.

Compreendo que o espaço - seja ele nomeado de local ou global - é antes uma construção política e simbólica do que física/geográfica, porque são as práticas políticas, as relações de poder que nomeiam, inventariam, produzem sentido, visibilidade e reconhecimento do espaço físico. O Congresso Nacional, do ponto de vista físico, é um prédio local; contudo, as relações que lá se praticam, sua importância e seu reconhecimento político o torna nacional. Por esse ângulo de percepção, podemos questionar, por exemplo, que a Queda da Bastilha na França, ocorrida em 14 de julho de 1789, foi um acontecimento local, pois ocorreu no bairro de Saint-Antoine no município de Paris. Entretanto, sua dimensão política construída de forma relacional e heterogênea, sem determinismos *apriori*, sem prognósticos estabelecidos, tornou possível que seus desdobramentos ultrapassassem os limites do bairro, da cidade, do país. Dessa forma, aquele acontecimento ocorrido em um bairro da cidade de

Paris, de maneira gradativa, passou a ser compreendido e apreendido como fazendo parte da História, sem que houvesse a necessidade de a ele inserir ou amputar o adjetivo “local”.

Mediante os desafios que os múltiplos significados dos conceitos adquirem, talvez ao invés de tentarmos definir a configuração de uma “história local”, e assim estabelecer seus limites e demarcações, pudéssemos pensar em compreender a “dimensão local da História” com que trabalhamos; dos acontecimentos que pesquisamos; das histórias que ensinamos. Ou seja, estaríamos trabalhando, pesquisando ou ensinando História; porém, preocupados em compreender sua configuração local.

A “configuração local da história”, do meu ponto de vista, em nada se aproxima daquelas acepções atribuídas à história local. Ela não é uma peça menor que tem a necessidade de corresponder às dimensões da “história nacional” - ou seja lá qual nome atribuamos - como se dela fosse um apêndice. Uma vez tendo clareza sobre o que se compreende pela dimensão local da história, será possível entender que as relações de poder, praticadas em uma dada configuração entendida como local, dispõem de forças e práticas que mesmo mantendo estreito diálogos com outras relações e outras práticas (ditas nacionais ou globais) não estão submetidas a elas em uma relação de determinação.

A “configuração local da história” mantém relações de proximidades com a chamada história nacional, mas também de distanciamentos. Ela é construída por práticas e relações da chamada história local, nacional e global; são relações de força cuja composição não é de fácil distinção. Isso significa reconhecer que não podemos esperar encontrar em uma dada configuração da dimensão local da História um recorte em miniatura da história global ou nacional, mesmo que encontremos traços e sinais semelhantes. Em outras palavras, a dimensão local da História não é um simples e diminuto pedaço de uma história

maior. Não é a consequência daquilo que teria ocorrido na história nacional.

Se as tintas com as quais é pintada a dimensão local da História são análogas às que desenham as experiências da chamada história nacional, a tonalidade pode sofrer variáveis e a tela, assim, ganhar outros tons, outros traçados e, por que não, outras cores. Entretanto, também não podemos esperar que a dimensão local se constitua como uma história independente ou alheia ao que se passa em uma dada dimensão macro das relações de poder que constroem historicamente as experiências, como se não existissem entre as dimensões local e nacional pressões, abalos e ressonâncias.

## **Bibliografia**

ALBERTI, Verena. *Fontes orais: Histórias dentro da História*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Org. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

ASSMAN, Hugo (Org.) *Redes Digitais e Metamorfose do Aprender*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Cotidiano e história local*. In: *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *História local ou história do “lugar”*. In: *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Memória e história local*. In: *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. *Fundamentos e métodos do ensino de história: algumas reflexões sobre a prática*. Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP. Santos, 2014.

BOURDIN, Alain. *A questão do local*. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAIMI, Flavia Eloisa. *Pesquisando sítios arqueológicos: história e patrimônio na sala de aula*. Entre Ver, Florianópolis, v.2, nº 1, jan/jun 2012.

CARDOSO, Omar. *Para uma definição de didática da História*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 28, n.55, 2008.

CERRI, Luis Fernando. *Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática*. Revista de História Regional. 15(2): 264-278, 2010.

CHAVES, Elisgardenia Oliveira. *Educação Patrimonial e ensino de História*. História e Ensino, Londrina, V. 19, Nº 02, 2013.

CHARTIER, Roger. *História e literatura*. In: *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

CIAMPI, Helenice. *Os desafios da história local*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e Ferreira, Marieta de Moraes. *História do tempo presente e ensino de história*. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes e FRANCO, Renato. *Desafios do ensino de História*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 41, p. 79-93, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. *A formação de professores de história no Brasil: perspectivas desafiadoras de nosso tempo*. In: ZAMBONI Ernesta e FONSECA, Selva Guimarães (orgs). Espaço de formação do professor de história. Campinas, SP: Papirus, 2008.

\_\_\_\_\_. *Didática e prática de ensino de história*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Construindo um novo currículo de história. NIKITIUKI, Sonia L. In: Repensando o ensino de história. São Paulo: Contexto, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia da Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar, Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad. Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela Maria de Castro e Lucas, Tania Regina. O ensino de história e o tempo presente. Revista História Hoje, v. 2, n° 4, 2013.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. *História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org). Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Artes da memória, fontes orais e a escrita da história*. In Cidades da mineração: memória e

práticas culturais (Mato Grosso na primeira metade do século XX). Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e Prática de Ensino de História*. 13ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

HARTOG, François. *Tempo e Patrimônio*. *Varia História*, Belo Horizonte, V, 22, nº 36, jul/dez 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

LEVI, Giovanni. *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter (org). *A escrita da história. Novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. *A leitura de textos literários no ensino de história escolar: entrelaçando percursos metodológicos para o trato com os conceitos de tempo e espaço*. *Revista História Hoje*, v. 4, nº 8, p. 130-151 – 2015.

LYNN, Rosalina Gama. *Game Over: Jogos Eletrônicos e Violência*. São Paulo: Futura, 2005. MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *O ensino de História no Brasil: contextualização e abordagem historiográfica*. *História Unisinos* 15(1):40-49, Janeiro/Abril 2011.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza e Contijo, Rebeca. *O presente como problema historiográfico na primeira república em dois manuais escolares*. *Revista História Hoje*, v. 2, nº 4, 2013.

MATTA, Alfredo. *Tecnologia de Aprendizagem em Rede e Ensino de História: Utilizando comunidades de aprendizagem e hipercomposição*. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

MATTOZZI, Ivo. *Currículo de história e educação para o patrimônio*. Educação em Revista, Belo Horizonte, nº 47, 2008.

MIRANDA, Sonia Regina. Temporalidade e cotidiano escolar em rede de significações: desafios didáticos na tarefa de educar para a compreensão do tempo. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, 2013.

MONTEIRO, Ana Maria. Ensino de História: entre história e memória. Revista do Núcleo de Estudos de Currículo do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRJ, 2012.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org). Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História, Metodologia, Memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 2003.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Na história do ensino da literatura no Brasil: problemas e possibilidades para o século XXI*. Educar em Revista, Curitiba: Ed. UFPR, n.52, p.23-43, abr./jun. 2014.

NORA, Pierre. *Entre Memória e história: a problemática dos lugares*. Revista projeto História, São Paulo, n. 10, dez 1993.

OLIVEIRA, Margarida Dias de, e FREITAS, Itamar. *Desafios da formação inicial para a docência em história*. Revista História Hoje, v. 2, nº 3, p. 131-147, 2013.

ORÍÁ, Ricardo. *Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História*. Revista História Hoje, v. 3, nº 6, p. 43-66 – 2014.

\_\_\_\_\_. *Memória e ensino de história*. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.) O saber histórico na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1998.

OSSANA, Edgardo. Una alternativa en la enseñanza de la Historia: o enfoque desde el local, lo regional. In: VASQUEZ, J. *Enseñanza de la historia*. Buenos Aires: Interamer, 1994.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo; Brasiliense, 2008.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. Rio de Janeiro, Record, 2011.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In RVEL, Jacques. (org.) Jogos de escalas. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1988.

SAMUEL, Raphael. *História local e história oral*. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 9, nº 19, pp. 219-243, 1990.

RICCI, Claudia Sapag. *Historiador e/ou professor de história: a formação nos cursos de graduação de História*. Revista História Hoje, v. 4, nº 7, p. 107-135, 2015.

RICOUER, Paul. *O passado tinha um futuro*. In: MORIN, Edgar (org.). A Religação dos Saberes: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

RÜSEN, Jörn Didática da História: passado, presente e perspectiva a partir do caso alemão. In SCHMIDT, Maria



Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Rezende (org). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SILVA, Marcos. Ensino de História e novas tecnologias. UFS, 2012. Disponível em [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia\\_artigos/2silva\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fevereiro2012/historia_artigos/2silva_artigo.pdf)

SADDI, Rafael. *Didática da História como sub-disciplina da Ciência Histórica*. História & Ensino, Londrina, v. 16, n.1, p.61-80, 2010.

\_\_\_\_\_. *O parafuso da Didática da História: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada*. Acta Scientiarum Education, Maringá, v. 34, n.2, p. 211-220, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Rezende (org). *Jörn Rüsen e o Ensino de História*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica*. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette Medeiros e MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da história: microhistória*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

## **A DISCIPLINA ‘ESTUDOS AMAZÔNICOS’ E SUA NARRATIVA DIDÁTICA (1990 -2000)**

Davison Hugo Rocha Alves

### **Introdução**

As dimensões constitutivas do ensino de História durante os anos 1990 foram redimensionadas diante do contexto liberal-conservador. As disputas e lutas em torno de uma nova política educacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/ 9394) assumem o papel de construir novas políticas educacionais para o fim do século XX sendo feitas reformulações que acabou reforçando uma educação multiculturalista. Percebemos que as marcas do período estudado são a política neoliberal e o crescimento do conservadorismo.

A disciplina estudos amazônicos surge neste contexto em que a função social da escola estava mais solidificada com os debates que estavam sendo travados sobre os sentidos e significados de uma disciplina regional. As políticas de integralização do currículo e a proposta de um ensino que privilegiasse o viver em sociedade, problematizando-o tornou-se destaque central nas propostas curriculares.

Os debates que até então eram privilegiados nos discursos acadêmicos acabaram sendo pensados para uso no espaço escolar, os temas como: a identidade, o gênero, o meio ambiente e a cidadania foram bastantes debatidos entre as propostas curriculares elaboradas no final dos anos 1990 por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> A coletânea de textos Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia que foi organizado pelas professoras Martha Abreu e Rachel Soihet dividida em 4 partes, que são: Identidade, Cultura, Cidadania e Gênero nos apresentam um panorama sobre as perspectivas para o ensino de história dentro da proposta pensada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O presente artigo tem como objetivo apresentar as narrativas didáticas construídas para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’. Os livros didáticos regionais ligados a Secretaria Estadual de Educação do Pará elaboram dois materiais didáticos sobre a região amazônica para serem trabalhados pelos professores da disciplina regional. A construção de uma simbologia sobre a Amazônia apresenta-se de forma diferenciada nas narrativas, que estão em destaque: a relação passado/presente como debate central entre os professores de História e a urgência do presente como discussão central entre os cientistas sociais.

Queremos por meio da escrita narrativa apresentar as concepções de Estudos Amazônicos pensadas, o seu recorte temporal e os sujeitos que são considerados importantes a ser lembrados no espaço escolar sobre a Amazônia, queremos neste sentido compreender as estratégias de narrativas criadas em torno do campo estudos amazônicos. Compreende-se que existe uma guerra de narrativas sobre a região amazônica pensadas a partir de dois modelos de civilização que surgiram em momentos diferentes do processo de interação, conquista e ocupação da região amazônica, que são: a civilização dos rios e a civilização da estrada.

A disciplina “Estudos Amazônicos” possui uma produção didática bastante diversificada no Pará, desde 1998 até 2015 foram produzidos diversos livros para uso em sala de aula, esta produção foi neste sentido elaborada no âmbito estadual como no âmbito de editoras privadas. A Seduc do estado do Pará não pensou em um currículo mínimo para ser debatido entre os professores da rede estadual, mas sim na produção de materiais didáticos para serem usados em sala de aula. Duas narrativas que possuem singularidades. Duas concepções de Amazônia que tem um ponto em comum, ou seja, as transformações no espaço amazônico no final dos anos 1960. Duas formas de ver o passado amazônico, que realçam de um lado a cronologia, ou de outro

lado apresentar um debate sobre a longa duração<sup>2</sup>, que foi algo próximo dos historiadores durante os anos 1920 com a aproximação com as Ciências Sociais.

Durante os anos 90 duas narrativas emergiram no cenário estadual quando se refere a disciplina Estudos Amazônicos, elas se inter cruzam em seu segundo volume, mas partem de perspectivas curriculares diferentes sobre o que é prioritário ensinar quando se referimos a Amazônia. A disciplina Estudos Amazônicos tenta se firmar como um campo disciplinar possível de ser ensinada nas escolas públicas e particulares no estado do Pará. O campo disciplinar “estudos amazônicos” é bem abrangente, ele permite que o professor/autor faça conexões com outros campos de saber, a obra regional perpassa os limites disciplinares e constrói uma narrativa que apresente os diversos olhares sobre a Amazônia, neste sentido seja necessária uma construção curricular que seja transdisciplinar, que nos leve a ser sensibilizados a buscar outros conhecimentos.

As propostas curriculares possuem uma certa autonomia quando se refere ao que é produzido pelas secretarias estaduais de educação, segundo Elba Barreto (1998, p.6) as orientações ou guias não podem ser revestidas em singularidades do currículo, pois, cabe a escola uma autonomia sobre o processo de interpretação e adaptação do mesmo, queremos debater a seguinte ideia prescrita sobre o processo de escolarização configurada no Brasil, a falta de um currículo mínimo para a disciplina e a não entrega de materiais didáticos por parte da Secretaria Estadual de Educação do Pará para uso na disciplina, faz levar com que o professor desta disciplina regional procure

---

<sup>2</sup> O historiador francês Fernand Braudel para se contrapor a uma determinada narrativa histórica que tinha no império cronológico o seu centro e a importância nos eventos de curta duração, propõem pensar os processos históricos a partir de tempos maiores, que ficaram conhecidos como longa duração e colocando em destaque outros elementos da sociedade para análise do historiador como a evolução das paisagens e a história da relação homem e o seu meio.

outros meios para materializar a construção de conhecimento escolar.

O descompasso entre as propostas didáticas e o que se efetiva na sala de aula tornou-se um dilema para o professor desta disciplina, isto pode ser verificado no estado do Pará que devido as suas dimensões serem consideradas continentais, muitas vezes o livro didático não consegue chegar a determinada região do estado, o professor acaba encontrando outras alternativas didático-pedagógica para ensino desta disciplina. Consideramos que existe um problema mercadológico e de acesso ao uso destes materiais didáticos como empecilhos para que o currículo estadual não se efetive.

O currículo ativo é o debate central deste artigo, queremos debater com a seguinte hipótese: a disciplina estudos amazônicos possui uma narrativa histórica e dentro desta uma multiplicidade de narrativas, pois, dependendo da formação do professor que ministra esta disciplina aparecem novas formas de apreensão do passado sobre esta região<sup>3</sup>. Interdisciplinar que em muitos casos se configuram como prioridades de escalas de análise no espaço escolar, e não como uma junção de saberes de diversos campos de conhecimentos.

Um silêncio por meio da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará foi evidenciado no que se refere ao currículo a ser ensinado. O uso de outras alternativas para efetivar o ensino desta disciplina regional na escola, foram consideradas uma marca registrada sobre o currículo a ser ensinado. As narrativas construídas apresentavam um distanciamento no que era produzido pela rede estadual ou pela rede privada de livros didáticos. Utilizando como evidencia esta multiplicidade de

---

<sup>3</sup> Além da multiplicidade de narrativas que foram produzidas desde o final do século XX, a disciplina Estudos Amazônicos ainda concorre com algumas propostas curriculares que foram lançados na internet pelos professores desta disciplina, quando fazemos alguma uma pesquisa no google sobre as propostas curriculares para a disciplina regional aparecem novas formas de narrativas sobre o passado amazônico.

narrativas, o artigo quer fazer uma reflexão sobre as propostas curriculares elaboradas por alguns professores e o que se “cobra” em alguns concursos públicos para esta disciplina regional, pois, o que se entende por “região amazônica” como categoria inventada para delimitar determinado espaço foi sendo apropriado por formas diferenciadas pelas ciências humanas.

Pensar a história regional como um caminho teórico-metodológico para ensinar história, nem sempre suscitou o interesse dos historiadores para pensar novos temas para debater com os alunos outros espaços e historicidades. O sistema quadripartite que organizava a escrita da história escolar já estava sendo questionada pelos professores e pesquisadores da área do ensino de História, afim de que encontrássemos novas formas de organizar o passado, que não só valorize uma história em detrimento de outras histórias.

A função pedagógica desse esquema de quatro grandes blocos de estudos bem delimitados, com acontecimentos fixos, rígida e acabada para ser apresentado aos alunos estava sendo questionada, percebemos que os acontecimentos políticos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial remodelaram novas concepções sobre a ciência história (ROUSSO, 2016), não vamos entrar no debate e nas perspectivas deste tipo de fazer historiográfico, mas destacar que entender o tempo presente requer no mínimo repensar as balizas demarcadoras desta dada cronologia sobre o História.

O momento de debate sobre novos caminhos epistemológicos para a História nos faz repensar a noção de passado, ele se torna mais imediato, como se fosse “histórias vivas” dentro de uma determinada sociedade. O professor Rafael Samuel (1990), nos lembra que “ele é encontrado dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os ecos do mercado, ler seus grafites na parede, seguir suas pegadas nos campos”. A ideia de apresentar novas perspectivas historiográficas possibilitou novos caminhos de pesquisa para os historiadores, que estavam se distanciando de uma história do acontecimento e

aproximando-se de uma história problema, que segundo Peter Burke

(...) a nova história começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana. (...) nos últimos trinta anos nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que anteriormente não se havia pensado possuírem, como por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira, os gestos, o corpo. (...) O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural”, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço. (Burke, 1992:11)

Outros elementos estavam sendo colocados como evidências do passado para entender a história das sociedades humanas. O estudo do local e do regional estavam sendo colocados em destaque na tentativa de buscar uma nova identidade, que os torna partícipes daquilo que estão aprendendo, não mais como algo “distante” ou “estranho”. Neste momento ficou bastante claro que os historiadores queriam apresentar outras histórias diante as tensões envolvidas entre o local e o global, no momento em que o ensino de História é colocado em pauta como espaço de reflexão sobre a realidade (CAIMI, 2015:17).

A coletânea República em Migalhas, que foi organizada pelo professor Marcos Silva (1990) vem contribuir com algumas reflexões de diversos pesquisadores, com a finalidade de construir um arcabouço teórico-metodológico à História Regional naquele momento, percebendo que o volume de trabalhos sobre a temática História e Região estava aumentando em decorrência da expansão dos cursos de pós-graduação no Brasil os pesquisadores procuraram encontrar “respostas”, devido a grande parte das pesquisas empreendidas em fontes primárias locais, que produziam análises de cunho regional (PESAVENTO in SILVA 1990:67).

O enfoque regional nos currículos escolares consolidou-se em algumas propostas estaduais durante os anos 90, tais mudanças curriculares estavam questionando um ensino de

história que tinha como pressuposto os marcos da História do Brasil sendo ancoradas na História europeia, como nos lembra de Fonseca (2011). Os professores procuraram romper com essa didatização do saber histórico escolar que privilegia só os fatos passados, mas apresentar ao aluno outras possibilidades de problematizar o passado em sala, que influenciados pela concepção de historiadores franceses ligados a História Nova introduziram novas fontes, objetos e concepções de tempo.

A história regional ao distanciar-se dessa “história tratadose-batalhas” define a história-problema a partir da realidade vivida do aluno, na perspectiva de ter outro olhar sobre o passado, Gasparrello (2009: 98) nos argumenta que a história do lugar precisa ter um caráter formativo ao situar o aluno no contexto de sua vivência, mas sem se limitar ao enfoque, ou seja, a particularidade local, esta precisa ser articulada ao contexto nacional e determinados momentos ao contexto internacional. A história da região amazônica permite que o professor faça essas conexões entre o local e o global.

O livro didático é considerado o currículo visível na escola e um dos dispositivos específicos do processo de escolarização (GASPARELLO, 2013:19), portanto, podemos através de uma disciplina escolar analisar os sentidos que aquela determinada geração atribui ao conhecimento histórico escolar, percebendo o grau de interferência que os sujeitos fazem ao elaborarem, por exemplo, um livro didático regional.



## Livro didático Regional e Amazônia: O que dizem os professores/autores no Pará nos anos 1990?

Quadro 1 – Caracterização da Amazônia.

Obras didáticas	Caracterização do espaço amazônico.
<b><i>Coleção Estante Amazônia.</i></b> Governo do Estado do Pará/Seduc. (1998)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Sem caracterização.</li></ul>
<b><i>Coleção Amazônia.</i></b> Governo do Estado do Pará/Seduc. (2000)	<ul style="list-style-type: none"><li>• Nos estados que integram (formam) a Amazônia há, também, uma grande variedade de paisagens. <b>É engano pensar que a Amazônia é apenas uma grande planície.</b> (pp.14)</li><li>• A Amazônia apresenta algumas serras, como a Serra do Carajás e a Serra Pelada (Pará) e até mesmo depressões (ou grandes baixadas) como as que ficam localizadas nas terras entre os rios Tocantins e Araguaia (no Pará). (pp.14)</li><li>• A palavra <b>Amazônia</b> lembra rios, por que? (pp.15)</li><li>• A palavra <b>Amazônia</b> lembra floresta, por que? (pp.16)</li><li>• A Amazônia apresenta a vantagem de concentrar a <b>maior bacia hidrográfica do mundo e o maior volume de água doce disponível no mundo.</b> (pp.20)</li></ul>

A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ teve como uma de suas características o fato de pensar sobre esta região. O aluno do ensino fundamental deveria conhecer a região amazônica,

apresentando-lhes as suas singularidades, afim de que se desconstrua o mito de que a Amazônia é um lugar de “espaço vazio”, que somente possui uma grande floresta e água por todos os cantos. A imagem predominante da Amazônia, por exemplo, em diversos espaços brasileiros como o sul e o sudeste.

O debate a ser desenvolvido pelos professores desta disciplina regional é de que a ‘Amazônia’ é um tema recorrente nos noticiários brasileiros e até mesmo internacional, por exemplo, o debate sobre a internacionalização da região amazônica continua a suscitar interesses de empresas estrangeiras sobre as nossas riquezas. O professor precisa ter uma capacidade transformadora no espaço escolar, e a educação sobre a Amazônia torna-se um elemento central dentro de uma pedagogia centrada no compromisso.

A professora Violeta Loureiro<sup>4</sup> assume o papel de caracterizar a região amazônica, quando argumenta que seja necessário adotar uma pedagogia comprometida com a formação do aluno. Para isso, os conteúdos precisam possibilitar ao aluno o desenvolvimento de habilidades e competências que venham a contribuir para a sua formação como pessoa e como cidadão. O debate sobre habilidades e competências tornou-se um desafio para o profissional do século XXI, considerando que hoje ministrar uma aula requer que os professores repensem constantemente a sua prática e desenvolvam a partir de seus conteúdos um papel formativo para o aluno.

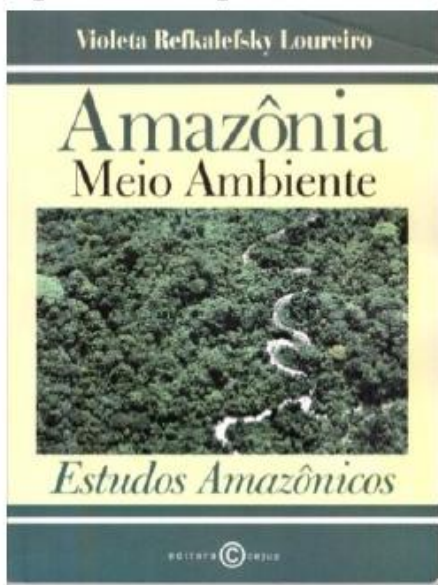
As capas podem ser consideradas como portas de entradas para os livros didáticos, elas nos apresentam indícios que nos ajudam a problematizar qual (quais) o (s) aspecto (s) aquele determinado livro didático regional elege como central a ser debatido. São os chamados objetos motivacionais (MORAES, 2010:49) que se expressam na capa, que o leitor terá o seu primeiro contato por meio do design.

---

<sup>4</sup> Ver: LOUREIRO, Violeta. Amazônia: meio ambiente. Belém: Editora Cejup, 2000, pp.11

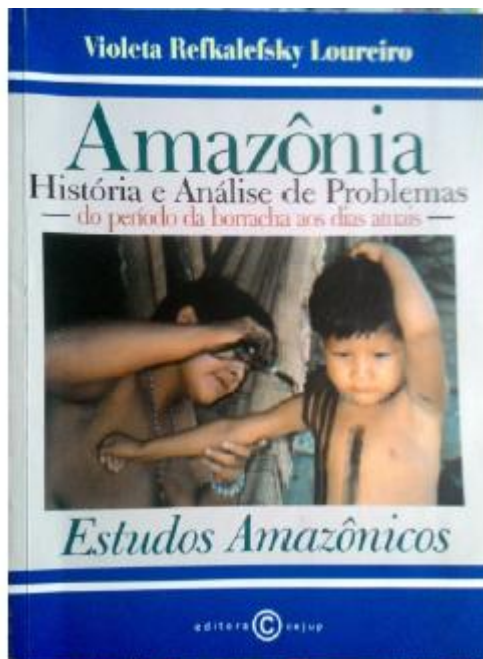
As capas dos dois livros elaborados pela professora Violeta Loureiro demarcam uma perspectiva do social para a região amazônica, eles nos reproduzem uma imagem interessante para o professor da disciplina Estudos Amazônicos, ou seja, ela quer discutir as especificidades desta região em relação as políticas públicas pensadas especificamente a partir dos anos 1960, e qual a intervenção disto para as sociedades indígenas. A tríade entre o rio, a floresta e as sociedades indígenas podem ser consideradas como fundamentais para entender a história recente da Amazônia. Os problemas amazônicos resultam da interação que ocorreu no passado entre a floresta e as sociedades indígenas e, mais recentemente a relação do estado brasileiro e as interferências sociais que foram causados a partir do modelo de desenvolvimento pensado para região amazônica.

**Figura 1 - Capa do livro “Amazônia: Meio Ambiente”, volume 1.**



Fonte: LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: Meio Ambiente*. Belém: Editora Cejup, 2000.

**Figura 2 - Capa do livro “Amazônia: História e análise de problemas”, volume 2.**



Fonte: LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: História e Análise de problemas*. Belém: Editora Cejup, 2000.

A coleção didática lançada pelos historiadores não apresenta uma caracterização do espaço amazônico, ela começa sua narrativa apresentando a ocupação do espaço amazônicos pelos três grupos humanos (sociedades indígenas), que habitavam esta região antes do processo de interação do espaço amazônico sobre o domínio português. O debate que queremos apresentar neste ponto é de que os professores de História se utilizam das pesquisas desenvolvidas pelos arqueólogos do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) para demonstrar que existe uma historicidade sobre este espaço antes do processo de domínio português.

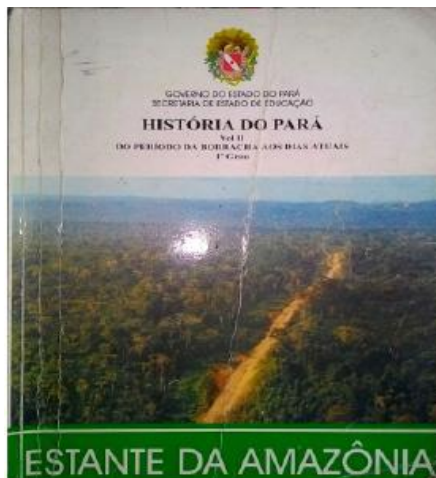
O professor Gerard Prost (1998) parece reforçar a importância de fazer a relação passado e o presente dentro da História do Pará, que em determinados momentos confunde-se com a História da região amazônica. As capas dos dois volumes reforçam os modelos de civilização que marcam a região amazônica, o volume 1 é uma pintura do Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a entrada da cidade de Cametá no século XVIII (a ilustração foi elaborada em 1784 na então villa de Cametá), em seu centro fica evidenciado o rio Tocantins e o uso de canoas como meio de transporte. O volume 2 é a foto divulgada durante os anos 1970 sobre a abertura da Transamazônica no sudeste paraense, em meados do século XX.

Figura 3 – **Capa do livro “Contando a História do Pará”, volume 1.**



Fonte: PROST, Gerard. *História do Pará: das primeiras populações a cabanagem. v.1.* Belém: Secretaria do Estado do Pará, 1998.

Figura 4 – Capa do livro “Contando a História do Pará”, volume 2.



Fonte: PROST, Gerard. *História do Pará: do período da borracha aos dias atuais, v.2*. Belém: Secretaria do Estado do Pará, 1998.

O contraponto desenvolvido pelos professores de História é organizar a narrativa amazônica a partir de alguns eventos chave da História do Pará. Uma ordem linear e cronológica que colocam em destaque alguns sujeitos. O debate a ser feito é que mesmo com a pretensão de se tornar uma disciplina regional sobre a Amazônia, pouco se tem evidenciado em sua narrativa em relação a outros espaços desta região e nem a intenção de caracterizar a região amazônica. O império cronológico desenvolvido pelos historiadores parece ser a tônica da narrativa desenvolvida pelos professores/autores no Pará.

O que nos parece visível é que o livro produzido pelo grupo de historiadores com a colaboração do professor Gerard Prost continua mantendo uma forte tradição historiográfica no Pará de perceber dentro da História do Pará alguns eventos que se tornaram chaves para entender determinados processos históricos, por exemplo, a formação de algumas cidades amazônicas como Belém e Cametá acabam ganhando destaque

nesta narrativa, além da ocupação destes espaços pelo império português.

As duas formas de acesso seja pelos rios ou pelas estradas foram importantes marcos dentro da história da região amazônica e são consideradas duas formas de perceber a formação das cidades amazônicas e os seus sentidos de colonização. Os dois momentos demarcam duas formas de pensar a história da região e dentro dela a atuação dos diversos sujeitos históricos, queremos destacar que existe um fio que interliga as duas Amazônia, ele pode ser problematizado pelo professor de Estudos Amazônicos aliando a isto a historiografia e os conhecimentos interdisciplinares. O debate interessante a ser feito neste material didático é fazer com que o aluno se pense dentro da história da região amazônica e perceber as intervenções do homem dentro das cidades amazônicas. Dentro desta narrativa percebemos que a natureza fica em segundo plano, ela somente funciona como pano de fundo para as ações do homem.

O professor João de Jesus Paes Loureiro durante a apresentação deste livro didático nos argumenta a importância desta obra para o aluno, quando nos diz que “ao apresentar a história do Pará, desde os primórdios até os dias atuais, de forma criteriosa, abrangente e crítica, eis a grande virtude do livro. Outra qualidade é a sua destinação didática”<sup>5</sup>, ou seja, ele quer nos fazer pensar a importância da função social do ensino de estudo sobre o regional em relação a sociedade brasileira e em particular a sociedade amazônica, fazer uma reflexão sobre os elementos singulares da nossa História.

---

<sup>5</sup> PROST, Gerard. *História do Pará: das primeiras populações a cabanagem*. Belém: Secretaria do Estado do Pará, 1998.

**Quadro 2 – Dois modelos de narrativas: Ciclo x Período.**

Obras didáticas	Os modelos de narrativa.
<p><b><i>Coleção Estante Amazônia.</i></b>                      Governo do Estado do Pará/Seduc.                      (1998)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Durante mais de 11.000 anos, índios viveram na Amazônia. Os indígenas de hoje, são biologicamente e culturalmente, os descendentes deles. (pp.35)</li> <li>• Nós conhecemos a vida desse passado, através dos estudos de cientistas: os arqueólogos. Eles acham restos da presença humana: em cerâmica, pedras trabalhadas e gravuras, etc. (pp.35)</li> <li>• Ou seja, no passado, na Amazônia e no Pará, havia povoados, tanto na beira dos grandes rios quanto no interior da floresta, já que há muitos rios e igarapés dentro da mata (pp.35)</li> </ul>
<p><b><i>Coleção Amazônia.</i></b>                      Governo do Estado do Pará/Seduc.                      (2000)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O homem natural da Amazônia, tinha vivido sempre, durante séculos, à beira dos rios e igarapés. As cidades, vilas, povoados, fazendas e sítios situavam-se a margem do curso das águas. (vol. II, pp.10)</li> <li>• Atualmente existem na Amazônia várias cidades que não se formaram à beira dos rios. Algumas foram construídas à margem de estradas; outras, junto de um garimpo. (vol. II, pp.11)</li> </ul>

O modelo de narrativa apresentado pela professora Violeta Loureiro<sup>6</sup> utiliza-se das questões econômicas como o central para a sua escrita da Amazônia. A autora quer a partir da História da região amazônica construir a seguinte tese, desde a colônia como exploração do estado português até o século XX a nossa região ficou marcada por uma historicidade de perdas e danos seja para a floresta ou para as sociedades indígenas. O desafio para o professor desta disciplina regional é o de fazer uma reflexão sobre as ações do homem sobre o meio ambiente amazônico. Os ciclos econômicos a que a autora se refere são a economia da borracha e a extração de alguns elementos da natureza, como o cacau dentro da história recente da região amazônica.

<sup>6</sup> LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: meio ambiente*. Belém: Editora Cejup, 2000.



O objetivo da autora é demonstrar que os recentes acontecimentos aceleraram o processo de desmatamento da região amazônica, desequilibraram o sistema com as queimadas, para isso, ela utiliza dos conceitos da Biologia para entender a lógica de formação do espaço amazônico (com suas qualidades e fragilidades). Um debate interessante para uso dentro desta disciplina regional como o caso de interdisciplinaridade. Violeta Loureiro quer demonstrar que a relação entre a floresta, o solo e o rio são considerados indissociáveis pelas questões ligadas a natureza no espaço amazônico, para reafirmar o seu argumento ela dentro de sua narrativa realça o papel que assumem esses elementos para o equilíbrio da floresta amazônica. As ações do homem desde os anos 1960 vem ameaçando a harmonia que existe dentro da floresta.

O debate desenvolvido por Violeta Loureiro<sup>7</sup> em seu livro nos apresenta uma chave de leitura para a dependência da região amazônica em relação ao centro-sul do Brasil. A autora destaca que a história desta região sempre foi rentável para a metrópole portuguesa e sendo posteriormente descaracterizada pelos governos republicanos. O debate desenvolvido por esta autora é argumentado com diversos exemplos dentro da História da região amazônica, onde as principais características do espaço amazônico em sua trajetória, são: a miséria urbana, o conflito no campo e o grande desperdício dos recursos naturais (LOUREIRO, 2002, p. 107).

O que nos parece perceptível é que a ação do homem sobre o ambiente amazônico foi marcada por uma relação de destruição de parte da floresta, Violeta destaca que esse modelo de desenvolvimento, em que o Estado procura atrair grupos econômicos, afim de explorar as riquezas da região sem pensar em uma política de desenvolvimento sustentável está trazendo consequência para esta região e para os povos que a habitam.

---

<sup>7</sup> LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: meio ambiente*. Belém: Editora Cejup, 2000.

Analisando a narrativa apresentada por esta professora/autora percebemos que ela ao apresentar as características da Amazônia com sua exuberância e magia, também destaca os equívocos que são pensados em relação a natureza e a cultura do homem amazônida. A disciplina ‘estudos amazônicos’ precisa pensar os diversos espaços de ação do homem sobre o ambiente amazônico, e a partir disto fazer com que se repense o modelo econômico proposto desde o fim dos governos militares para esta região, queremos destacar que ela apresenta as principais características deste dado modelo, e suas consequências para esta região.

As análises dos problemas amazônicos perpassam por este modelo econômico, que não leva em consideração as condições de vida do homem amazônida e nem as fragilidades da floresta amazônica. O debate travado no segundo volume da coleção Violeta Loureiro<sup>8</sup> demonstra que as ações do Estado após 1960, com a implementação de uma política de atração populacional e de entrada do capital estrangeiro acentuou as questões sociais e a aceleração do desmatamento na região.

Para isso, ela apresenta as grandes linhas de integração da Amazônia ao centro-sul do país, que foram pensadas pelos governos militares em sua política de “integrar para não entregar”<sup>9</sup>, as principais ações foram as seguintes: a concessão de incentivos fiscais, ou seja, a isenção de impostos para empresas que vinham se instalar na região amazônica, a facilidade na compra de grandes extensões de terra a preços baixíssimos e o investimento na malha rodoviária da região (portos, aeroportos, estradas), como forma de garantia de escoamento de produção e de incentivar a imigração para “o povoamento” da região amazônica.

---

<sup>8</sup> LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: meio ambiente*. Belém: Editora Cejup, 2000.

<sup>9</sup> A política dos governos militares foi fundamentada nesta perspectiva de que a Amazônia precisava ser integrada ao restante do Brasil. O mito da ideia de espaço vazio estava em voga nos anos 1970, a abertura de estradas foi o elemento integrador pensando pelos militares.

A leitura de ciclos econômicos apresentada por Loureiro<sup>10</sup> nos remete a quebra de uma lógica econômica em torno dos rios, que fora baseada no extrativismo em seus diversos aspectos, sejam: vegetal, animal e mineral. Uma população que vivia as margens de rios e igarapés, e que tiravam da natureza apenas o alimento necessário para a sua subsistência. O modelo econômico não agredia os recursos da floresta amazônica, o homem natural amazônida vivia de forma harmoniosa em torno das várzeas.

O padrão de civilização amazônica pensada em torno da lógica de povoamento rio – várzea - floresta estava sendo aos poucos substituído por uma lógica de povoamento e ocupação baseado no padrão estrada – terra firme – subsolo, que possui na criação de novas cidades ao longo de rodovias federais e estaduais o seu principal eixo de circulação e redistribuição de população. Os ciclos econômicos em torno do extrativismo, como o cacau, a borracha, os produtos regionais foram sendo substituídos por novas formas de exploração do espaço amazônica, como a extração de ouro (Serra Pelada), a implementação de projetos econômicos como os complexos de minérios da região da Serra Carajás, etc.

O debate apresentado para a disciplina Estudos Amazônicos a partir de períodos da História do Pará é apresentado a partir da ocupação de grupos humanos nesta região. O que nos parece perceptível é que ao terminar os capítulos o professor Gerard e o grupo de professores de História fazem uma espécie de síntese histórica sobre aquele determinado período. O debate a ser desenvolvido pelos professores de História para a disciplina fica no esquema clássico memorização-leitura-memorização presente no ensino da disciplina História desde o final do século XIX.

Neste livro regional é ressaltado a construção de uma História do Pará interconectada como uma História da Amazônia, esta perspectiva é vista quando os autores apresentam

---

<sup>10</sup> LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: meio ambiente*. Belém: Editora Cejup, 2000.

algumas singularidades que ora são referenciados ao Estado do Pará, e em determinados momentos são características da História da Amazônia. Os autores colocam em destaque a importância de se construir uma escrita escolar baseados em fontes e textos historiográficos. Uma preocupação com a construção do conhecimento histórico escolar usando como perspectiva que associa ensino/pesquisa rompendo com a “fatalidade reprodutora” do conhecimento histórico como mera transposição da academia para a educação básica, isto vem sendo discutido no campo de pesquisa desde o final dos anos 1980.

Nessa História do Pará, em alguns casos, os fatos são ligados ao atual território paraense (como a civilização marajoara, ou a transformação de Belém na segunda metade do século XVIII). Outros são comuns a toda a Amazônia (como a vida em geral, antes da chegada dos europeus, ou a coleta das “drogas do sertão”). Os documentos escolhidos para servir de base ao texto, na medida do possível, se referem ao território paraense<sup>11</sup>.

A possibilidade por meios dos materiais didáticos que o professor da disciplina Estudos Amazônicos possui de construir um conhecimento histórico por meio das evidências deixadas pelas sociedades, eles ajudam a narrar uma História seja referente ao Estado do Pará ou a História da Amazônia, introduzindo assim experiências vividas por pessoas comuns, trabalhando metodologicamente com diferentes linguagens e fontes históricas demonstrando que o conhecimento histórico não é algo que ficou por conta do passado, mas que é uma construção feita a partir da seleção de documentos que faz o historiador em sua pesquisa.

Uma história da Amazônia sendo problematizada por meio de aspectos e elementos que estão presente no cotidiano do homem amazônida seja em aspecto material, ou lugares de memória simbolizando que neste espaço aconteceu determinado acontecimento, ou então a construção de dado monumento ou prédio público como referência simbólica a determinado

---

<sup>11</sup> PROST, Gerard. *História do Pará: das primeiras populações a cabanagem*. Belém: Secretaria do Estado do Pará, 1998. p.5.

governo, são as marcar do tempo que nos fazem refletir que a história está em todo lugar, não somente materializada nos manuais, mas que ela está ao redor do aluno.

O exercício com documentos é um importante recurso pedagógico utilizado na elaboração deste livro didático regional, pois, este tipo de atividade “potencializa os vestígios ou marcas textuais que propiciam a apropriação do livro didático” (GABRIEL, 2009: 253), uma espécie de didatização do saber histórico para ser usado em sala de aula como nos argumenta Carmem Tereza Gabriel. As marcas textuais acabam desempenhando um papel político interessante no processo de ensino-aprendizagem, sendo vistos como inovação curricular, como nos aponta Circe Bittencourt (2005) quando nos lembra de que o uso didático do documento é pelo fato de que estes serem “materiais mais atrativos e estimulantes para os alunos” e estarem, portanto, associados ao método ativo ou a perspectiva pedagógica conhecida como construtivismo.

Os autores utilizam uma estratégia de ensino que auxilia o uso de documentos intercalado com propostas de exercícios curtos que aparecem ao longo da narrativa principal. O texto apresentado pelos autores não torna o texto principal "enfadonho" e muito extenso para leitura em sala de aula, o uso de exercício ou até mesmo fontes históricas ao longo da narrativa, torna o texto mais prazeroso para uso em sala de aula. Os exercícios são apresentados ao longo da narrativa principal de cada capítulo, em formato itálico, a intenção dos autores é de que as atividades estimulem os alunos a fazerem uma reflexão sobre o conhecimento histórico apresentando em cada capítulo, com a perspectiva de que somente assim os alunos irão “amar, respeitar, preservar e construir o presente e o futuro da nossa terra”<sup>12</sup>. O uso do dicionário para auxiliar no sentido e significado de algumas palavras é também apresentado como estratégia de

---

<sup>12</sup> PROST, Gerard. História do Pará: das primeiras populações a cabanagem. Belém, Secretaria do Estado do Pará, 1998a, p.5

ensino, haja vista, que durante a narrativa aparecerão palavras que não são usadas na linguagem cotidiana.

O melhor caminho para se chegar ao conhecimento destes aspectos fundamentais é o trabalho de investigação de documentos: citações de escritos da época estudada, fotos de vestígios, mapas feitos, seja na época, seja hoje; eventualmente citações de um bom livro atual. Todo esse material foi escolhido em função dos conhecimentos considerados importantes pelos pesquisadores em História<sup>13</sup>.

O professor possui um diferencial no processo de ensino-aprendizagem, ele precisa saber utilizar o livro didático, o uso de fontes intercaladas com os textos historiográficos permite com que o aluno compreenda que o conhecimento histórico é uma construção, como nos salienta Selva Fonseca (2011:42) de que o conhecimento histórico sobre outras sociedades nos permite ir além do que podemos ver – a lugares e épocas distantes –, em busca de comparações, explicações e referências. Segundo o autor deste livro didático os documentos de época possibilitariam esse sentido de aprender História no espaço escolar.

### **Considerações acerca da narrativa apresentada pela disciplina Estudos Amazônicos**

Os discursos que são veiculados sobre a Amazônia nestas duas ordens de narrativas, que são a urgência do presente e a relação passado/presente tornam-se fundamentais perceber quais são os caminhos que os professores/autores de livros didáticos regionais consideram importante serem debatidos no espaço escolar. As narrativas apresentam um ponto de convergência sobre a História da região amazônica, que se configura na abertura da Belém-Brasília e a construção de uma estrada denominada de transamazônica.

---

<sup>13</sup> PROST, Gerard. História do Pará: das primeiras populações a cabanagem. Belém, Secretaria do Estado do Pará, 1998a, p.5

A narrativa didática construída para a disciplina Estudos Amazônicos configura-se como um debate bastante heterogêneo desde a sua consolidação na secretaria estadual de educação. Os professores de História acabam reforçando uma didatização para esta disciplina que se assemelha com a construção narrativa próximo aos eventos de curta duração, portanto, eles querem intercalar alguns personagens e eventos que supervalorizam o político e o econômico. Por outro lado, a professora Violeta Loureiro em sua proposta apresenta-nos a história da região amazônica a partir de dois modelos de civilização que tem nos anos 1960 o seu ponto máximo de transformação, para apresentar este novo modelo a sua narrativa didática apresenta alguns conceitos ligados a Biologia e a educação ambiental (sustentabilidade, desenvolvimento e políticas sociais) como elementos centrais para a disciplina Estudos Amazônicos, o que nos parece perceptível é que para se afastar de uma História política e administrativa do Estado do Pará, a Amazônia acaba sendo apresentada como um espaço dicotômico entre esses dois modelos de civilização, que tem em si dois aspectos centrais, que são a terra e a natureza.

As duas formas de pensar o espaço amazônico partem de perspectivas diferentes, de um lado privilegiando os sujeitos sociais (índios, religiosos, militares, africanos e colonos) e a sua interação dentro do território amazônico e por outra narrativa, os sujeitos acabam ficando em segundo plano dando espaço para outros elementos desta região como a natureza.

Os livros escolares lançados pelos professores da Seduc apresentam narrativas diferenciadas sobre a região amazônica, isto ocorre porque ela é uma disciplina interdisciplinar, e possui livros regionais escritos por historiadores, geógrafos e sociólogos. Narrativas que mesmo partindo de perspectivas diferentes sobre a Amazônia possuem um ponto em comum, elas consideram que a região amazônica sofreu transformações violentas e que ela se tornou um espaço de disputa de poder a partir dos governos militares.

Para além dos manuais didáticos (livros didáticos, livro-texto e paradidáticos) o momento atual é de repensar o currículo, a formação de professores no Estado do Pará e a prática docente do professor desta disciplina, pois, não adianta apenas criar uma disciplina, é preciso ter formação para atuar na rede. A disciplina Estudos Amazônicos entre o prescrito e o feito: precisamos fazer uma reflexão sobre isso, está posto o desafio!

## Referências

BARRETO, Elba. *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

BURKE, Peter. *A escrita da História – novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAIMI, Flávia. Investigando os caminhos recentes da história escolar: tendências e perspectivas de ensino e pesquisa. In: Rocha, Helenice; Magalhães, Marcelo; Gontijo, Rebeca. *O ensino de História: cultura histórica e usos do passado*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2015.

FONSECA, Selva. *Didática e prática do ensino de História*. São Paulo: Editora Papirus, 2011.

GASPARELLO, Arlete. Construindo um novo currículo de História. In: Nikituk, Sônia L. (org). *Repensando o ensino de história*. São Paulo, editora Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33). p. 147-177, set./dez. 2013.



GABRIEL, Carmen Teresa. Exercícios com documentos nos livros didáticos de História: negociando sentidos de História ensinada na Educação Básica. In: Helenice B Rocha; Luiz Reznik; Marcelo S Magalhães. (Org.). *A História na escola: autores livros e leituras*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: uma história de perdas a danos, um futuro a (re) construir. *Revista Estudos avançados*, v.16, n.45, 2002.

MARIN, Rosa Elisabeth Acevedo. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. *NAEA*, n. 170, 2004. p.13.

MORAES, Didier Dominique Cerqueira Dias de. *Visualidade do livro didático no Brasil: o design de capas e sua renovação nas décadas de 1970 e 1980*. Dissertação Mestrado. Universidade de São Paulo, USP, 2010.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe, a história, o presente e o contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. V. 9, n.º 19, set. 1989 / fev. 1990. p. 219-242.

SILVA, Marcos Antônio da. *República em migalhas - História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero; ANPUH, 1990.

## **CAMPUS RURAL DE MARABÁ: VALORIZANDO E DISSEMINANDO SEMENTES TRADICIONAIS**

Maria Suely Ferreira Gomes  
Murilo da Serra Silva

O debate em torno da educação do campo tem se expandido nos mais diversos espaços, principalmente na academia, relacionado a essa temática surge uma preocupação em torno da soberania alimentar de maneira que se articule com o processo de formação dos sujeitos que vivem no campo. Nesse sentido, é fundamental analisar e refletir esse processo considerando metodologias de ensino que apresentem proposições voltadas não só para o debate e discussão da educação do campo, mas para que proporcione mudanças pautadas na soberania alimentar. Esse artigo visa discutir o processo de formação no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)- Campus Rural de Marabá, através da criação e consolidação do grupo de sementes tradicionais com a inserção dos alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e o Curso Agroecologia Integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, bem como a participação de camponeses do Assentamento “26 de Março”, localizado na região sudeste do Pará. Espera-se com esse trabalho contribuir com a valorização, o fortalecimento e a manutenção das sementes tradicionais, junto aos indígenas e camponeses da região, articulando o processo formativo dos cursos de nível médio, baseado da alternância pedagógica, no qual possibilita o processo de estudo e vivência com as famílias e comunidades. Para contribuir com a reflexão teórica nos aportamos nos seguintes autores: LEFF (2002); CALDART (2010); FERNANDES (2008); VAN DER PLOEG (2008); SILVA (2001).

## **Conhecendo o Campus Rural de Marabá**

O processo de construção da Educação do Campo na região Sudeste do Pará, não se difere da luta que ocorre em nível de Brasil, pois são vários os limites e desafios que se configuram nesse processo da história nessa região. Nesse processo de luta por consolidação de uma educação do campo de qualidade, são vários os espaços de disputas, tais como: Universidades; Prefeituras; Institutos, principalmente em torno do debate da proposta pedagógica.

A Região Sudeste do Pará em rede com o Movimento Nacional de Educação do Campo foi construindo uma proposta de educação do campo levando em consideração a realidade vivida pelos sujeitos do campo, que são: camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas. É nesse processo de luta que se desencadeia um movimento de implantação de uma Escola Agrotécnica Federal em Marabá, através da articulação dos Movimentos Sociais e Universidades, esse processo culmina com a criação dos Institutos Federais e assim é criado o Campus Rural de Marabá, em 2009.

Vale ressaltar que a luta em torno da implantação da Escola Agrotécnica surge a partir da experiência de educação do campo já desenvolvida a partir da parceria entre Movimentos Sociais e a Universidade Federal do Pará (UFPA), mais especificamente a partir de duas experiências: i) A Escola Família Agrícola de Marabá; ii) Cursos realizados a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Essas experiências serviram como referência para a construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) do CRMB, o qual envolveu todos os parceiros. Esse processo foi de fundamental importância para a organização e estruturação dos primeiros cursos vinculados ao IFPA-CRMB, pois traz na sua essência uma nova proposta de educação do campo que se vincula a proposta de construção de uma nova matriz tecnológica para região pautada nos princípios da agroecologia.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do CRMB (2010), uma demanda específica da educação do campo se refere a questão técnico profissionalizante voltado para a realidade da região, partindo da necessidade do avanço nos aspectos técnicos da produção da agricultura camponesa na região, uma vez que é marcada pelo crescimento gradativo da pecuária, bem como do monocultivo da soja (*GlycinemaxL.*) e dendê (*ElaeisguineensisJacq.*), fatores que vêm ocupando o território não só na região, mas em nível estadual. Essa expansão vem afetando diretamente as áreas de Assentamentos de Reforma Agrária. Nesse sentido, é que o CRMB vem desenvolvendo um processo de formação a partir de diversos cursos visando contribuir com o desenvolvimento da agricultura familiar camponesa a partir dos princípios da agroecologia. Acreditando nesse processo diferenciado de formação, é que os camponeses ligados ao MST fizeram uma doação de 354 hectares (antiga área de reserva das famílias), localizada no Assentamento 26 de Março, 25 km do Município de Marabá, sentido Eldorado Carajás. É nessa área que hoje está em fase de conclusão o CRMB. Nesse espaço funcionam atualmente os seguintes cursos: i) Técnico em Agropecuária integrado ao Médio, com ênfase em Agroecologia; ii) Técnico de Agroecologia Integrado ao Ensino Médio para os Povos Indígenas do Sudeste Paraense; iii) Licenciatura Plena em Educação do Campo-PARFOR<sup>1</sup>. Além desses cursos concluídos: uma turma do curso Técnico em Qualificação Profissional para assentados da Reforma Agrária, além de desenvolver vários cursos do Programa Nacional de

---

<sup>1</sup> Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica-PARFOR- é um programa nacional implantado pela CAPES em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e com as Instituições de Ensino Superior (IES). (<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acessado em 18/09/2011, às 20:57).

Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)<sup>2</sup>, bem como uma turma de Licenciatura em Educação do Campo-PROCAMPO (período 2009-2013). Todos os cursos são desenvolvidos a partir da alternância pedagógica.

É fundamental destacar que o CRMB vem se estruturando gradativamente, porém vários são os desafios, uma vez que em função da institucionalização surgem algumas tensões, pois há uma gama de exigências em torno da administração pública que tornam morosos os processos de formação, diferenciando dos formatos de curso de programa, em que os Movimentos conseguem ser protagonistas na sua essência.

Diante desse processo de formação, é que foi construída a experiência de criação e consolidação do grupo das sementes tradicionais no CRMB com a inserção dos educandos dos cursos técnicos em agropecuária integrado ao ensino médio. O grupo atua diretamente na região sudeste do Pará e mais especificamente nos assentamentos de reforma agrária aos quais os educandos são oriundos.

Nesse sentido esse artigo visa discutir o processo de formação no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA)- Campus Rural de Marabá, através da criação e consolidação do grupo de sementes tradicionais com a inserção dos alunos do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e o Curso Agroecologia Integrado ao Ensino Médio dos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, bem como a participação de camponeses do Assentamento “26 de Março”, localizado na região sudeste do Pará. Espera-se com esse trabalho contribuir com a valorização, o fortalecimento e a manutenção das sementes tradicionais, junto aos indígenas e camponeses da região, articulando o processo formativo dos cursos de nível

---

<sup>2</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

médio, baseado da alternância pedagógica<sup>3</sup>, no qual possibilita o processo de estudo e vivência com as famílias e comunidades.

## **Descrição e reflexões sobre a experiência**

A criação e estruturação dos cursos do CRMB a partir do Projeto Político Pedagógico abre um leque de possibilidades para atuação no processo de formação considerando a integração das áreas do conhecimento, ou seja, provoca um rompimento da formação a partir de caixinhas, em que cada profissional vai atuar especificamente na sua disciplina. Esse leque é que permite um amplo debate e começar os primeiros passos da interdisciplinaridade e a criação do grupo de sementes tradicionais do CRMB. É um espaço constituído por profissionais das diversas áreas do conhecimento de maneira a consolidar a proposta do percurso formativo dos cursos de nível médio Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio e Técnico em Agroecologia para os povos indígenas do Sudeste do Pará.

Além dessa perspectiva da interdisciplinaridade, a criação do grupo se deu em função de fortalecer a integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o foco em resgatar as sementes mais utilizadas para a “soberania alimentar” dos agricultores camponeses da região sudeste.

Ao tratar de “soberania alimentar”, em alguns escrito encontramos:

Cunhado no início dos anos 70, o conceito de soberania alimentar se referia, originalmente, a países, e não a indivíduos ou famílias, e o foco das atenções eram os problemas globais de abastecimento. Um dos marcos iniciais de disseminação do termo foi a Conferência Mundial de Alimentação, realizada em Roma, em 1974, onde soberania alimentar foi definida como a garantia de adequado suprimento alimentar

---

<sup>3</sup> A alternância pedagógica é uma proposta que se estrutura a partir de formação estruturado por tempos, ou seja, tempo escola e tempo comunidade. Permitindo que o jovem do campo possam conciliar o estudo e o trabalho junto a família no campo.

mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços. (CUNHA, 2005: s/p)

Esse conceito, por sua vez contradiz a nossa realidade, quando um país tem uma farta produção, porém tem um alto índice de pessoas na miséria e sem alimentos para consumo. Aos poucos os alimentos estão sendo monopolizados e dominados pelas grandes empresas, o que dificulta a produção da agricultura camponesa familiar e o alimento na mesa de todos. Essa concentração da produção dos alimentos também está presa a uma matriz de produção, conforme destaca os autores a seguir:

Nunca antes na humanidade a produção de alimentos esteve tão concentrada sob controle de uma mesma matriz de produção. Nunca antes na humanidade tão poucas empresas oligopolizaram o mercado, atuando a nível internacional e tiveram tanto controle sobre a produção e comércio de produtos alimentícios como agora. Estima-se que menos de 50 grandes empresas transnacionais tenham o **controle majoritário da produção de sementes, de insumos agrícolas e da produção e distribuição dos alimentos em todo mundo.** (STÉDILE; CARVALHO, 2010: 3)

Os autores confirmam a realidade vivida no campo quando se trata da produção de alimentos, ou melhor, da produção de grãos para atender um mercado agroexportador que não visa atender a população com os alimentos. Por sua vez, essa produção tem seus investimentos através dos programas de governo de maneira a fomentar e a expandir a produção e exportação desses grãos para atender uma demanda que é a produção do biodiesel. Essa realidade não está distante da população que mora no campo do Sudeste Paraense, pois vem sendo implantado na região a produção de soja e a ampliação da produção do dendê, além de investimento na produção de eucalipto para atender as indústrias que trabalham com o beneficiamento do ferro, as chamadas “guseiras”.

Essa realidade provoca um processo de formação que questione que reflita e problematize provocando as

transformações sociais. Nesse sentido, o grupo de sementes tradicionais além de problematizar essa realidade vem proporcionando a valorização das sementes tradicionais junto aos camponeses e indígenas que ainda desenvolvem essa prática e, por outro lado instigando os alunos do CRMB a realizar atividades de produção e disseminação das sementes, principalmente de milho (*Zeamays* L.), feijões (*Phaseolusvulgaris* L. e *Vignaunguiculata* (L.) Walp.), outras leguminosas e agora expandindo para as essências florestais.

A criação e consolidação dos objetivos do grupo é um desafio frente a realidade do campo que temos e a realidade de mercado da sociedade, pois com o monopólio dos alimentos através de grandes empresas transnacionais os alimentos vão sofrendo transformações, como analisa Van Der Ploeg (2008:127) “no mundo criado e estruturado pelos impérios alimentares, tudo perde sua identidade”, pois estes vão ganhando espaço nos grandes mercados que não importa a sua origem. Continua: “os alimentos estão se tornando uma espécie de ‘não produtos’, cuja origem já não importa, nem tão pouco sua viagem ao longo do tempo e do espaço”. O autor faz análise do processo de luta dos camponeses por uma autonomia frente a essa era da globalização, uma vez que o avanço do agronegócio tende a expulsar as famílias camponesas de seus espaços de vida e produção dos alimentos.

Nesse processo de monopólio das grandes empresas através do agronegócio, as sementes tem sido uma preocupação para camponeses que ainda trabalham com sementes tradicionais, pois estão perdendo o domínio sobre a produção e reprodução destas e ficando refém das sementes ofertadas pelo mercado de domínio das grandes empresas, principalmente as sementes transgênicas. De acordo com Carvalho (2003) as sementes tornaram-se um negócio dominado pelas corporações capitalistas e do estabelecimento das normas legais para o patenteamento da propriedade intelectual. Com os altos investimentos as sementes híbridas e transgênicas vão tomando corpo no mercado.



Contraopondo a esse processo hegemônico de produção capitalista que ora se destaca em nível de mundo e que afeta também a região Sudeste do Pará é que as atividades do grupo de sementes tradicionais vão sendo desenvolvidas a partir do percurso formativo dos cursos Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e Curso Técnico em Agroecologia dos Povos Indígenas da Região Sudeste do Pará em parceria com as famílias do Projeto de Assentamento 26 de Março<sup>4</sup>.

Nesse processo de formação e organização das atividades desenvolvidas pelo grupo de trabalho a base da atuação parte dos princípios da agroecologia, compartilhando da compreensão de Leff (2002:43), “A agroecologia se prova nos campos de produção agrícola. Seus saberes não se validam ou refutam no laboratório científico, porém nas práticas de cultivo de indígenas, camponeses e agricultores. Por isso, a Agroecologia desafia o conhecimento, mas este se aplica e se testa no terreno dos saberes individuais e coletivos”. Nessa perspectiva o coletivo vem se desafiando no processo de formação, partindo dos saberes das populações que já tem uma caminhada e atuação no campo, ou seja, a valorização dos saberes camponeses e indígenas, pois como ainda analisa Leff (2002:37)

Os saberes agroecológicos são uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população. Estes saberes e estas práticas não se unificam em torno de uma ciência: as condições históricas de sua produção estão articuladas em diferentes níveis de produção teóricas e de ação política, que abrem o caminho para a aplicação de seus métodos e para a implementação de suas propostas.

Essa análise nos remete a preocupação em torno da formação dos jovens, pois é comum a cristalização dos saberes a

---

<sup>4</sup>Assentamentovinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é nesse espaço que foi construído o CRMB, localizado no Município de Marabá-PA.

partir da academia, ou mesmo, sobrepor em escala de importância esses conhecimentos. Leff (2002) chama atenção para esses cuidados, considerar os espaços, os saberes, as realidades, culturais implícitas que são fundamentais principalmente na execução e implantação das ações previstas. Assim, o CRMB, o qual atualmente porta uma diversidade de atores envolvidos no processo de formação, uma vez que são muitos jovens e adultos assentados dos projetos de reforma agrária e estão em áreas que apresentam uma diversidade, principalmente na produção. Não existe uma homogeneização nessa realidade, apesar de existir uma predominância na criação de animais de grande porte. Nesse sentido, é fundamental a voz dos sujeitos no processo de formação e implantação de experiências na região, seja de caráter local ou regional.

O trabalho em torno da valorização das sementes tradicionais surgiu com o envolvimento dos alunos do ensino médio através da implantação da Unidade de Ensino Pesquisa e Extensão (UNIEPE), esse primeiro momento foi de organização dos alunos, o segundo passo então, foi a organização das famílias que ainda trabalham com as sementes tradicionais e por sua vez cada aluno fez doação de sementes para o grupo. A partir de então começou a realização de experimentos em pequenas áreas que foram aumentando gradativamente. Destacamos a seguir as atividades desenvolvidas e atividades em curso:

- Levantamento de camponeses e indígenas que ainda trabalham com as sementes tradicionais;
- Visitas às famílias camponesas para um diálogo em torno das sementes;
- Visita em aldeias para dialogar sobre as sementes tradicionais com indicativo de organização da casa das sementes;
- Realização de rodas de conversas na escola sobre as sementes tradicionais;
- Participação em feiras indígenas de trocas de sementes;

- Troca de sementes com camponeses e indígenas;
- Plantio de e manutenção de 01 hectare de milho para garantir a semente;
- Distribuição de sementes;
- Organização de um grupo de mulheres guardiãs das sementes;
- Realização anual de uma feira regional de troca de sementes;
- Realização de um curso com jovens camponeses em regime de alternância;
- Trabalho de interação com Núcleo de Agroecologia da Universidade do Sul e Sudeste do Estado do Pará (UNIFESSPA) e o Instituto Latino Americano de Agroecologia (IALA)-AMAZÔNICO;
- Atividades práticas com os alunos a partir do Tempo Comunidade;
- Implantação de duas “Casas de Sementes” uma no CRMB e outra no IALA
- Oficina de extração de óleo de castanha do Pará na Aldeia do Povo Aikewara (Suruí do Pará)

Com a ampliação do trabalho, hoje o grupo através do Núcleo de Agroecologia participa de dois projetos: “Projeto de Pesquisa Científica, Extensão Tecnológica e Educação Profissional para Implantação do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) em Agroecologia e Produção Orgânica do Sudeste Paraense”. Esse projeto está diretamente ligado do Núcleo de Agroecologia do CRMB. Nesse projeto o grupode sementes tradicionais tem como tarefa principal a realização deum Curso Básico de Produtor Orgânico com camponeses, o qual será realizado no Instituto Latino Americano de Agroecologia-IALA-Amazonico.

O segundo projeto ao qual o grupo está participando: “Consolidação do Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia e

Educação do Campo- NAEC: Valorização de Sementes Tradicionais para Garantia da Soberania Alimentar na Amazônia”. Esse projeto é uma parceria entre os Núcleos de Agroecologia do CRMB e Universidade do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER) e Instituto Latino Americano de Agroecologia da Amazônia (IALA). Através dessa parceria foi realizada uma feira regional de Produtos Orgânicos e de troca de sementes com a participação de camponeses, indígenas e extrativistas no município de Marabá. Foi um momento não só de troca de sementes, bem como a comercialização de produtos orgânicos, além de um rico momento cultural com a participação de vários artistas regionais e grupo de dança. Essa feira foi organizada no espaço da maior feira de Marabá, pois é o espaço de comercialização dos produtos. Nesse sentido foi realizada panfletagem com várias denúncias em relação ao uso de agrotóxicos, o grande índice de doenças provocadas pelo consumo dos alimentos contaminados. Além da exposição e atração cultural, várias denúncias foram realizadas em forma de programa de rádio.

Além da realização de feiras, o projeto prevê um levantamento de identificação de agricultores que trabalham com sementes tradicionais; a realização de cursos em parceria com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER) para capacitar os técnicos. Esse processo de formação teve início com a participação de seis prestadoras de serviços de Assistência Técnica na Região Sudeste do Pará, com apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. O objetivo principal dessa formação é sensibilização dos técnicos e prestadoras de serviços, bem como a valorização das sementes e disseminação das mesmas. Ainda como proposição do projeto está em processo de implantação quatro Unidades de Observação (U.O).

Outra grande ação é a implantação de “CASAS DE SEMENTES”. Serão implantadas duas casas: uma no CRMB e

outra no IALA. Essas ações todas estão voltadas para o fortalecimento da agricultura camponesa familiar na região Sudeste do Pará, porém com um objetivo de discutir e construir novos conceitos e novas práticas a partir dos princípios da agroecologia, principalmente a partir dos cursos de formação.

### **Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia**

Nessa perspectiva é que se considera o desafio do processo de construção do conhecimento a partir de uma nova proposta e um paradigma o qual é indispensável o funcionamento da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, pois só assim é possível a concretude das propostas não só do grupo, mas do próprio Projeto Político Pedagógico do CRMB e dos cursos. Através desse processo é possível fomentar e fortalecer o debate em torno da agroecologia, pois através desses conhecimentos agroecológicos é possível superar a monocultura, produzir alimentos saudáveis, limpos, além proporcionar a cidadania das famílias que vivem no campo (MACHADO; FILHO, 2014). Essa formação busca a construção de um novo paradigma, para tanto faz-se necessário não só realizar práticas agrícolas, mas aprofundar o estudo e por sua vez provocar a “*desconstrução*” dos conceitos, técnicas e processos do modelo do agronegócio.

É preciso abandonar os conceitos convencionais e, em seu lugar, estudar e incorporar saberes que promovam tecnologias limpas[...]” (MACHADO; FILHO, 2014:38). É fundamental destacar na construção desses conceitos é indispensável a valorização dos saberes e práticas dos camponeses, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas, pois todos tem uma carga de conhecimento dos seus antepassados, os quais não podem ser substituídos por conceitos extremamente teóricos. Assim tem sido desenvolvida a proposta junto aos cursos do Campus Rural de Marabá, pois todos partem da realidade dos sujeitos.

Pensar e concretizar essa formação a partir dos princípios agroecológicos, se configura como desafio, principalmente para os educadores, uma vez que perpassa pela relação educador-educando-comunidade-CRMB e parte do compromisso e mesmo acreditar na proposta em curso, não perdendo de vista que trabalhar os cursos técnicos considerando os princípios da agroecologia é fundamental “compreender quais princípios estão por trás do atual modelo agroalimentar industrial [...], pois uma simples negação destes não garante uma revisão efetiva das relações com a natureza” (SILVA, 2011, p.03). Essa perspectiva exige a flexibilidade do educador e uma predisposição para o estudo e pesquisa abrindo para o diálogo junto aos sujeitos do campo.

É fundamental considerar também que a formação do CRMB exige a interdisciplinaridade, ou seja, a formação em questão não se dá apenas para o educando, mas para o conjunto de profissionais que fazem o CRMB, assim é preciso a compreensão do conjunto, da coletividade para a concretização das ações propostas, lembrando que todas estão pautadas na agroecologia, assim carece de um aprofundamento no estudo, debate e compreensão desse tema por todos do coletivo de formação.

## **Considerações**

Conhecimento sobre as sementes tradicionais no sudeste paraense ainda são necessárias. As informações referentes às espécies de importância para os agricultores e a continuidade do conhecimento sobre estas sementes, ainda são incipientes. Nessa perspectiva o grupo de sementes tradicionais pretende fomentar o resgate e o plantio das sementes que ainda existem nas regiões sul e sudeste do Pará e, manutenção destas entre as áreas de assentamentos, acampamentos e aldeias com vistas a defender a segurança e soberania alimentar das famílias camponesas e indígenas.

Para consolidar a proposta do Grupo a formação é indispensável, seja no período do “Tempo Escola”, seja no período do “Tempo Comunidade”, principalmente nesse tempo quando os jovens estão em suas comunidades realizando as atividades práticas junto à família. Vale ressaltar, que esse processo de formação vai desde o debate em torno do campo que temos os projetos que colocam em risco hoje a produção camponesa, portanto trabalhar na perspectiva de uma matriz tecnológica é um grande desafio, por isso a educação do campo é imprescindível no processo de reflexão-ação-reflexão.

No processo de organização e estruturação do Grupo percebemos que um dos grandes desafios é que as sementes tradicionais estão correndo sério risco, uma vez, que poucas famílias ainda cultivam usando essas sementes, pois gradativamente o mercado vem fazendo a substituição das mesmas por sementes modificadas em laboratórios. Porém, o Grupo concretamente conseguiu: articular agricultores que trabalham com sementes tradicionais; realizar troca de sementes; comprar sementes para plantar e emprestar; realizar oficina de extração de óleo de castanha; realizar visitas aos agricultores que trabalham com sementes tradicionais; construir uma casa de sementes, desde a fabricação dos tijolos; a segunda casa de sementes em processo de construção; garantir a produção anual de milho, feijão e hortaliças.

Por fim reafirmar a importância do fortalecimento não só do Grupo de Sementes, bem como do Núcleo de Agroecologia, pois é preciso investir com maior intensidade no processo de formação dos jovens que ainda atuam no campo e por sua vez buscar maior valorização das sementes tradicionais, e buscar implantar a “Casa das Sementes”, com intuito de disseminar as sementes nas áreas de Acampamento e de Assentamento de Reforma Agrária e as Aldeias.

## Referências

CARVALHO, Horácio Martins de (org). *Sementes: patrimônio do povo a serviço da humanidade*. SP: Expressão Popular, 2003.

CALDART, Roseli Salette. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, Mônica Castagna. (ORG) *Educação do Campo e Pesquisa II*. Brasília, MDA, 2010 (p.103-126)

CRMB. *Projeto Político Pedagógico do Campus Rural de Marabá*. Marabá: 2010.

\_\_\_\_\_. *Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio*. Marabá: 2014

CUNHA, Rodrigo. *Soberania alimentar: um conceito em construção*. Disponível em: [www.comciencia.br/reportagens/2005/09/02\\_impr.shtml](http://www.comciencia.br/reportagens/2005/09/02_impr.shtml). Acesso em 30/06/2014 às 20:41.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Educação do campo e território camponês no Brasil In SANTOS, C. A (Org). *Por uma Educação do Campo*. Caderno nº 07, Brasília: MDA, 2008. (p.39-66)

LEFF, Enrique. *A agroecologia e saber ambiental. A agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*. Porto Alegre, 2002, v.3, n.1, p. 36-51.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. *A Dialética da Agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. SP: Editora Expressão Popular.s/d.

MST. *Sementes: Patrimônio dos Povos a Serviço da humanidade*. Cartilha da Rede Bionatur de Sementes Agroecológicas, 2006.



SILVA, Luis Mauro Santos. *O papel didático da crise da agricultura moderna para a compreensão da ascensão de um enfoque agroecológico*. UFGA/NCADR/PPGAA. UFRGS/PGDR, 2001, 15P (NO PRELO)

STÉDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. Extraído de Brasil. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010). Fome Zero: Uma história Brasileira. Brasília, DF, Assessoria Fome Zero, 3 vol., vol. 3 pp. 144 a 156.

VAN DER PLOEG, Jan Dowe. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

## **CURRÍCULO, ENSINO DE HISTÓRIA E DIVERSIDADE RACIAL NO PARÁ**

Marley Antonia Silva da Silva

### **Currículo de História e Identidade racial**

A partir de 2007, a população brasileira afro-descendentes, os cidadãos que se auto-definem como pretos e pardos na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2008 passaram a formar a maioria da população do país, de modo que mais da metade dos brasileiros são negros.<sup>1</sup> Como afirmou o historiador e cientista político Felipe de Alencastro,<sup>2</sup> não se trata apenas de um dado demográfico, os números dizem muito sobre o nosso passado, sobre quem somos.

Sabemos ainda que entre os séculos XVI e XIX cerca de 11 milhões de africanos vieram para as Américas sendo que destes, cerca de 4 milhões desembarcaram nos portos do Brasil (FLORENTINO, 1997:23), de modo que nenhuma outra região americana esteve tão ligada a África por meio do tráfico. Ainda que esses números sejam expressivos, nossa sociedade por muito tempo ignorou a participação, fundamental dos africanos e dos afro-descendentes na formação e constituição social, cultural e econômica de nosso país.

A luta histórica das pessoas negras e posteriormente do Movimento Negro para acessar direitos mínimos foi uma constante em nossa história. Contudo, tal luta aliada a um contexto político de aproximação econômica entre o Brasil e alguns países africanos, colaborou para aprovação da lei em 2003

---

<sup>1</sup> A PNAD 2008 apontou que, no ano de 2007, pela primeira vez, mais da metade da população brasileira - 50,6% dos habitantes - se declarou parda ou negra. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>2</sup> Parecer sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF/186, apresentada ao Supremo Tribunal Federal – STF, por Luiz Felipe de Alencastro. Disponível em: [www.pagina13.org.br](http://www.pagina13.org.br) .

que tornou o ensino de história da África e Afro Brasileira obrigatória. Contudo, antes disso, a questão racial já era uma demanda importante nos currículos.

A Lei nº 10.639<sup>3</sup>, de 09 de janeiro de 2003, alterou a Lei 9.394,<sup>4</sup> de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Com o intuito de fazer um “reparo” na longa omissão do negro enquanto sujeito que contribuiu sobremaneira para a formação de nosso país.

Antes disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nos anos 1990, a questão racial já aparecia como algo relevante, no âmbito curricular. Mesmo sendo os PCNs uma resposta as demandas dos organismos internacionais no sentido de sintonizar as políticas curriculares brasileiras com os interesses e estratégias dos órgãos financiadores internacionais, configurando-se, com isso, em certa medida, uma sujeição das políticas educacionais brasileiras as diretrizes políticas impostas por essas entidades (PEREIRA; NETO, 2009, p.2)”

Segundo estudiosas do ensino de história, “os PCN`s, aprovados pelo MEC em 1996, introduziram no ensino conteúdos de História africana. As conexões entre os dois textos, produzidos por governos de orientação política distinta, revelam como esse tipo de intervenção resultou principalmente do crescimento da força política dos movimentos negros na sociedade brasileira pós re-democratização(ABREU; MATIOS, 2008: p.6) ”

Deve registrar ainda que os “PCN`s oficializaram, no âmbito nacional, a separação das disciplinas História e Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental, após anos de lutas e

---

<sup>3</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). Acesso: 15 de junho de 2010.

<sup>4</sup>Lei de Diretrizes e Bases – LDB. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 14 de setembro de 2010.

críticas à sua fusão, predominante nos currículos escolares antes, durante e depois do governo da Ditadura Civil militar” (SILVA ; FONSECA, 2010: p.17). Destaque se ainda que

Os PCN’s, aprovados pelo MEC em 1996, introduziram no ensino conteúdos de História africana. As conexões entre os dois textos, produzidos por governos de orientação política distinta, revelam como esse tipo de intervenção resultou principalmente do crescimento da força política dos movimentos negros na sociedade brasileira pós redemocratização. (ABREU; MATTOS, 2008:6)

Para ABREU; MATTOS (2008) ainda que os PCN’s não possuam uma proposta específica a questão das relações étnico raciais, formou um importante pano de fundo com o eixo transversal PLURALIDADE CULTURAL, esse eixo se tornará então o foco central da Lei 10.639/2003 e das resoluções e parecer seguinte dessa lei.

É sintomático que seja necessário uma lei para que possamos entender a colaboração fundamental dos africanos e afro brasileiros no Brasil. Que tenha sido necessário um dispositivo legal, para que tivéssemos a possibilidade, de em nossas escolas fosse possíveis falar de forma sistemática da colaboração linguística, na arte, na produção intelectual e cultural, ao invés de tão somente no capítulo sobre “ciclos econômicos” onde a subalternidade dos afro brasileiros são evidenciadas e colaboram sobremaneira para a elaboração de uma memória distorcida em crianças e adolescentes. No limite, a referida lei modifica o currículo; aqui queremos refletir como essa lei impactou notadamente o currículo de história, uma disciplina fundamental para a formação da memória e cidadania.

Tanto os PCNs quanto a Lei 10639/2003 possibilitam trabalhar a pluralidade Cultural brasileira, mas, como um dos desdobramentos dessas legislações, temos as diretrizes que propõem diretamente o combate ao racismo. Por exemplo, o parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, submetido ao Conselho Nacional de Educação em 2007, ressalta a necessidade de :

processo de construção de uma efetiva igualdade étnico-racial na educação brasileira, atrasando a oportunidade histórica conquistada pela sociedade, em especial, pelas populações negras e demais grupos populacionais, historicamente discriminados, de verem as suas especificidades culturais, suas identidades, seus sistemas filosóficos, suas artes, seu conjunto de valores relacionais, suas religiões e celebrações, seus heróis míticos e históricos, seus homens, mulheres e crianças, não mais serem retratados e representados em materiais didáticos, órgãos, instituições e práticas pedagógicas de modo pejorativo, desrespeitoso, inferiorizante e subalternizados pela hegemonia de referenciais de pensamento e de conhecimento intrinsecamente refratários à riqueza representada pela diversidade (BRASL, 2007:2)

Os objetivos dessas diretrizes são ambiciosos e necessários

o longo processo de construção da democracia só se concluirá na sua plenitude quando se igualizar as oportunidades, os direitos e as condições mínimas de existência, liquidando-se, de uma vez por todas, com a discriminação racial. Na nossa história republicana, nunca houve momento mais propício para a radicalização desse processo. Nesse sentido, as Diretrizes, pela oportunidade do seu surgimento e pelos objetivos preconizados nas suas determinações, no que diz respeito à construção da igualdade étnico-racial, configura-se como um documento normativo impar cuja aplicação imediata, da Educação Infantil à Educação Superior, é uma necessidade indiscutível. (BRASIL, 2007:5)

Sobre a relevância do papel da escola no combate ao racismo, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, destaca:

A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação

racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. O racismo, segundo o Artigo 5º da Constituição Brasileira, é crime inafiançável e isso se aplica a todos os cidadãos e instituições, inclusive, à escola. (BRASIL, 2004:16)

Essas legislações permitem, por exemplo, o importante debate sobre as relações raciais no Brasil, bem como possibilitam o combate ao racismo, questões silenciadas porque, a África ainda é apresentada como um lugar primitivo, ligado ao atraso, a pobreza ou mera fornecedora de mão de obra para o Brasil.

Tanto os Parâmetros curriculares Nacionais (PCN's) como a lei 10.639/2003, assim como outras legislações a exemplo da lei 11.645/2008 que versa sobre a história indígena; são documentos que propõem alterações/ acréscimos/transformações no currículo e, por conseguinte no ensino de História. A realidade escolar brasileira é complexa, plural e desigual. Não há, por tanto, um ensino de história unívoco. Entretanto, o currículo é um elemento que merece especial atenção, já que indubitavelmente as diretrizes nacionais incidem sobre o currículo de história vivenciado no “chão da escola”.

Para Sacristán, o currículo é uma construção social “um projeto seletivo de cultura, cultura social, política e administrativamente condicionado” (SANCRISTÁN, 1998:34). Nessa perspectiva currículo é uma opção cultural. Sendo uma opção, que permite seleção, recorte, escolha, então não se pode considerar o currículo como sendo algo neutro, desprovido de intencionalidades, ao contrário. Desde o início da História como disciplina escolar no Brasil, lá pelos idos de 1837 com a criação do colégio D. Pedro II, o currículo possuía intencionalidades claras: devia selecionar quem deviam ser os agentes sociais na formação da nação.

Se o currículo é uma seleção e produto de uma concepção, como bem nos coloca FONSECA (2010:2-3), também

os conteúdos, os temas e os problemas de ensino de História- sejam aqueles selecionados por formuladores de políticas públicas,

pesquisadores, autores de livros e materiais da indústria editorial, sejam construídos pelos professores na experiência cotidiana da sala de aula expressam opções, revelam, tensões, conflitos, acordos, consensos, aproximações e distanciamentos, enfim, relações de poder.

A História é feita por cada homem, mulher, criança, idoso que vive em determinado tempo e lugar. Homens e mulheres mudam seus pensamentos e suas práticas ao longo do tempo, por outro lado, ao longo do processo histórico também existem permanências, como as hierarquias sociais. Essa “imposição curricular” que define aquilo que é ensinado ou considerado relevante, para o ensino, por vezes constrói uma visão homogeneizadora e excludente, como nos alerta Kátia Abud (ABUD,1998: 29.)

os currículos são responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo em cooperação com a mídia a existência de um discurso histórico dominante, que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade

O discurso histórico predominante proporcionado pelo currículo e pela mídia, algumas vezes distorce o papel de diversos sujeitos históricos, como os indígenas, quilombolas, mulheres e outros. O currículo possui suas intencionalidades e conseqüências, mas, também esta intimamente ligado a produção do conhecimento histórico.

A Historiadora Circe Bittencourt (2005:59-130), no seu trabalho “Ensino de História fundamentos e métodos” ao tratar sobre o currículo destaca que não se pode pensar que as escolas e professores sempre aceitaram “as receitas prontas” determinadas pelo currículo oficial. Ao contrário, a autora afirma que sempre houve experiências que contestaram e ou enriqueceram o currículo oficial.

Os currículos direcionam aquilo que o Estado elege como relevante de ser ensinado e aprendido pelos alunos. A memória é o instrumento que o povo possui para a formação de sua própria

identidade e o currículo direciona o que e como aspectos históricos serão lembrados.

É importante que o currículo atenda as pautas da identidade e, por conseguinte, das relações etno raciais; Tomas Tadeu da Silva destaca “é através do vínculo entre conhecimento, identidade e poder que os temas da raça e da etnia ganham seu lugar o território curricular” (SILVA, 2005:101.). A legislação que estamos nos referindo tem como um desdobramento importante suas diretrizes que propõem diretamente o combate ao racismo. Indubitavelmente, a lei é um marco e da legitimidade e obrigatoriedade sobre a História e a colaboração da África e do afro brasileiro no Brasil, além de promover o importante e necessário debate sobre as relações raciais em nosso país.

É pertinente lembrar que a lei 10639/2003 nasceu como fruto de diferentes interesses e sujeitos. Os distintos projetos e desejos de intelectuais, militantes do movimento negro, agentes do Estado Brasileiro resultaram nesta legislação. Como pontuam Abreu e Mattos “determinações legais são fruto de encontro de múltiplas intenções e vontades. Os documentos finais nesse tipo de processo são, antes de tudo, o resultado de muita negociação” (ABREU; MATTOS, 2008: p.5-6).

Essa mudança curricular além de necessariamente implicar no aumento de pesquisas e produção de conhecimento sobre a temática incide também sobre a formação de professores e produção de material didático adequado. Esse dispositivo legal nos revela ainda como já mencionado por ABREU e MATTOS “que não é mais possível pensar o Brasil sem uma discussão da questão racial” (ABREU; MATTOS, 2008:5-6).

Entretanto, o ensino de história no que tange a aplicabilidade da lei 10.639/2003, ainda esbarra em três grandes empecilhos: 1) Produção de conhecimento científico/ elaboração de matérias didáticos adequados, 2) Formação de professores e 3) Acompanhamento e fiscalização da secretarias de educação sobre a efetiva aplicação da lei. Vale ressaltar que boa parte desse raciocínio se estende as populações indígenas, que pela lei



11.645/2008 também tem assegura juridicamente o ensino de História indígena (é delicado pensarmos com ficará a aplicabilidade dessas legislações com a nova mudança curricular – Base Nacional Curricular Comum- e novo Ensino Médio).

Aqui também é importante refletir sobre a primeira questão: produção de conhecimento científico/ elaboração de matérias didáticos adequados (aqui precisamente os livros didáticos voltados para a história regional, a exemplo dos livros de Estudos Amazônicos). Sobre o livro didático, enquanto objeto que colabora e é usado para identificar a manutenção ou a problematização de estereótipos sobre grupos étnicos, especialmente nos livros de história.

Como nos lembra Circe Bittencourt (2011:295) o livro didático são suportes fundamentais na mediação entre o ensino e aprendizagem. O livro didático, como também nos lembra a mesma autora, é um instrumento de controle curricular e de ensino. “Os currículos são- por sua vez- responsáveis, em grande parte, pela formação e pelo conceito de História de todos os cidadãos alfabetizados, estabelecendo em cooperação com a mídia, a existência de um discurso histórico dominante que formará a consciência e a memória coletiva da sociedade (ABUD, 1998, p.29)”.

Entre os autores que refletem sobre a história da África nos livros didáticos, os argumentos recorrentes são de que a maioria destes livros, pouco se representa a diversidade climática, religiosa, linguística, econômica, enfim, social que este continente possui. A história dos povos africanos costuma ser apresentada quando de sua conexão com povos europeus, no nosso caso, quando os portugueses estão no processo de expansão marítima, como se a história da África não existisse por si só e não precisasse ser estudada. Quando tratada aparece como ligada a escravidão, a pobreza, as guerras, a descolonização, a subalternidade e a falta de protagonismo de suas populações.

De acordo o historiador Valdemir Zamparoni, de algum modo essas representações nos livros didáticos quer sejam para

períodos mais recuados da história africana, quer sejam para recortes mais recentes, evidenciam ainda uma memória do continente que o percebe como “exótica, terra selvagem, como selvagem são os animais e pessoas que nela habitam: miseráveis, desumanos, que se destroem em sucessivas guerras fratricidas, seres irracionais em meio aos quais assolam doenças devastadoras. Enfim, desumana.” (ZAMPARONI, 2004: 40).

No que se refere aos capítulos sobre os afro brasileiros os livros didáticos costumam representar o negro no capítulo sobre escravidão (colônia e império) como se a participação no período republicano e sua participação e colaboração fundamental na cultural, na ciência, na literatura, em todos os recortes históricos de nosso país não fosse relevante. Também as figuras históricas representativas da não subalternidade são pouco apresentadas.

Pensar como os livros didáticos, sobretudo, como os livros de estudos amazônicos apontam as conexões econômicas e culturais entre, Pará e África e como tais livros corroboram para explicar a presença negra no Estado do Pará e na região amazônica é uma reflexão pertinente, já que são esses livros responsáveis por dar uma explicação, sociológica, econômica, ambiental sobre a região amazônica e, por conseguinte, sobre o Estado do Pará. Podemos nos indagar se de fato pensar as relações com uma história da África e afro brasileira seria realmente pertinente na região. Para reafirmar a relevância do tema, gostaria de lembrar alguns dados.

A presença da cultura afro brasileira no Pará está evidente na língua, nas devoções religiosas, na culinária, no fenótipo da população. De acordo com os dados do IBGE de 2015, o Pará é o Estado que possui o maior percentual de população que se declara preta ou parda, no Brasil cerca de 76,7%. Também é em nosso estado que foi titulada o primeiro território quilombola no país: a comunidade de Boa Vista em Oriximiná, em 1995. Até 2013, tituladas cento e sessenta e uma comunidades remanescentes de quilombos (CRQs) – ou seja, foram reconhecidas pelo poder público enquanto tal — de um total de

duzentas e treze identificadas no estado (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, 2013).

Nesses dados fica evidente a importância fundamental do negro no Pará, mas, como os livros didáticos, notadamente aqueles voltados para a região Amazônica, como as coleções de Estudos Amazônicos, que atendem os alunos do sexto ao nono ano, na forma como inclui (ou não) os sujeitos, colabora para a produção de uma memória onde negros, indígenas, mulheres historicamente foram invisibilizados?

No decorrer do texto, mencionamos que Circe Bittencourt (2005), também define o livro didático como um instrumento de controle curricular. Como nos Lembra Tomas Tadeu da Silva no livro “Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo”. A luta dos grupos étnicos para ter sua presença no currículo e por conseguinte, sua presença no livro didático, perpassou por questionamentos tais como: o que conta como conhecimento oficial? Se “a igualdade não se obtém simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico” (SILVA, 2005: 90), é também necessário mudanças substanciais do currículo existente (e isso foi parcialmente conquistado com a lei 10.639/2003 e 11.645/2008) e, por conseguinte, nos livros didáticos. O livro didático costuma refletir tanto os interesses da indústria editorial, assim, como evidencia também a produção de conhecimento científico sobre a temática.

### **Relações etno raciais e historiografia sobre o negro no Pará**

Para Petronilha Silva (2013:4) a educação das relações étnico-raciais “é fundamental para a consolidação da sociedade brasileira enquanto uma democracia, que visa garantir, a todos os grupos sociais, iguais direitos, poder e autoridade”. A lei 10.639/2003 é importante dentre outras questões porque instou a formulação e aplicação de práticas pedagógicas de combate ao racismo. Ainda que, de acordo com Wilma Bahia e Mauro Coelho (2012) na região norte as práticas escolares anti racistas e que

promovam a diversidade, sejam mais fruto da boa vontade dos professores, do que investimento em formação, formulação e sistematização de práticas pedagógicas.

O processo educacional que envolve o ensino de História e que pode/deve colaborar na promoção de uma educação anti racista e que fortaleça a democracia no Brasil; envolve além das mudanças curriculares, também modificações na indústria editorial, formação de professores e ampliação das pesquisas.

Para Monica Lima (2006:40) desde o início da construção do conhecimento sobre as sociedades humanas sabe-se que elaborar e dar sentido à História de um povo é dar a esse povo instrumentos para a formação de sua própria identidade, com a matéria-prima desta, que é a sua memória social. Ora, como foi oficialmente (via currículo e ensino) construída a memória social sobre o negro no Brasil?

Quando foi criado, o Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) tinha como objetivo a criação de uma narrativa histórica que fornecesse uma identidade a nação. Também no século XIX foi criado o colégio D. Pedro II, para escolarizar os filhos dos nobres. Dessa maneira a história oficial era elaborada no Instituto e ensinada/divulgada no Colégio Pedro II. Desde a “gênese da escrita da História do Brasil” existia um lugar determinado para os sujeitos partícipes da formação da “nação brasileira”. A versão da História do Brasil, elaborada pelo IHGB, colocava o branco como civilizador/cristão e ao indígena e ao negro um papel bem secundário, nesse papel subalterno o negro teria contribuído com sua força de trabalho.

Os estudos sobre presença africana e afro brasileira são volumosos na historiografia brasileira. É indubitável a relevância da obra de Gilberto Freyre, publicada em 1933, onde a escravidão no Brasil foi caracterizada pela brandura entre senhores e escravos, além disso, a obra sistematiza o que depois vai ser chamado de democracia racial, questão que, aliás, causou dissenso

e contestação nas décadas posteriores.<sup>5</sup> De acordo com Stuart Schwartz (2001:23), o trabalho do sociólogo pernambucano, foi um marco na interpretação histórica do Brasil, considerando que foi depois de “Casa Grande e Senzala” que a escravidão e o negro passaram a ter papel fundamental na narrativa histórica do Brasil.

Entretanto, a escravidão e a liberdade do negro são questões amplas que abrangem uma série de temas e métodos. No Brasil as pesquisas sobre tal temática têm avançado e se refinado bastante. No Pará existem temas básicos e clássicos que ainda foram pouco visitados, o tráfico é um exemplo, se a presença africana e afro brasileira é incontestável, como chegaram na região? Quais suas regiões de origem? A que grupos pertenciam?

O estudo sobre o tráfico de africanos é uma das temáticas sobre o qual tem se debruçado muitos estudiosos e cada vez mais novos métodos, fontes e teorias tem ampliado o debate sobre o trânsito de homens cativos de África para o Brasil.<sup>6</sup> Cientes de que outros trabalhos já se ocuparam de maneira eficiente do debate historiográfico sobre a escravidão e suas muitas dimensões no Brasil, neste espaço nossa atenção se volta para debates

---

<sup>5</sup> Entre os contestadores mais enfáticos de Freyre podemos apontar FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965; IANNI, Otávio. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978; VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Difusão Européia, 1966; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Difusão Européia, 1962.

<sup>6</sup> Entre os diversos trabalhos destacamos aqui: FLORENTINO, Manoel. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa: marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; FERREIRA, Roquinaldo Amaral. *Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola, 1830-1860*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 1996; ASSIS, Marcelo Ferreira de. *Tráfico atlântico, impacto microbiano e mortalidade escrava, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1830*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002.

historiográficos mais específicos. Nosso intuito nas linhas que seguem é identificar a percepção da historiografia que versa sobre a presença de africanos notadamente na Amazônia colonial (fazemos esse recorte temporal com o intuito de evidenciar o quanto ainda carecemos de pesquisa sobre o tema nos diversos recortes e temas), privilegiando notadamente aquela que se refere ao Estado do Pará.

As investigações no campo da antropologia nas décadas de 60 e 70 não se deixaram limitar pelas explicações socioeconômicas que diziam que o tráfico de africanos não teve vigor suficiente para que o negro ocupasse um espaço significativo na sociedade paraense, neste contexto surgiram estudos voltados para a investigação do negro na região.<sup>7</sup>

Na década de 80 o interesse sobre o negro no Pará se intensifica com a comemoração do centenário da abolição da escravidão, que fomenta os debates relacionados ao racismo e a escravidão, neste período é reeditado o trabalho de Salles, graças à parceria do Centro de Defesa do Negro no Pará (CEDENPA) com a Secretaria de Estado da Cultura do Pará. Neste mesmo período são publicados artigos relacionados ao tema, como “Africanos na Amazônia: cem anos antes da Abolição” de Arlene Marie Kelly-Normand (1988), outra publicação que deve ser mencionada é a cartilha do CEDENPA (1988).

O tema foi despertando o interesse de outros pesquisadores e Anaíza Vergolino e Napoleão Figueiredo com o interesse em investigar os cultos afros de Belém, buscando descobrir suas áreas de procedência e as referências de

---

<sup>7</sup> SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. Rio, Fundação Getúlio Vargas & Univ. Fed. do Parti, 1971. 336 p.; VERGOLINO e SILVA, Anaíza. *Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia*. Belém, Museu Paraense E. Goeldi, 1968. (Publ. Avulsas, 8); *O negro no Parti: a notícia histórica. Antologia da Cultura Amazônica*. Belém, Amazônia: Ed. Culturais, 1971. (Antropologia e Folclore, v. 6). *O Tambor das Flores; estruturação e simbolismo ritual de uma Festa da Federação Espírita Umbandista e dos Cultos Afro-Brasileiros no Pará*. Campinas. Inst. Filosofia e C. Humanas, 1973. (Projeto de Pesquisas para tese de Mestrado em Antropologia Social, Univ. Estadual de Campinas).

manifestações religiosas mais antigas, não alcançaram seus objetivos iniciais. Entretanto produziram um trabalho ímpar, pois não se conformaram em analisar a participação do negro unicamente na perspectiva da *plantation*, apontaram que o tráfico para a região possuía características distintas daquele realizado em outras regiões do Brasil. Além disso, sistematizaram e compilaram a documentação do Arquivo Público do Pará referente ao negro no período colonial.

Os trabalhos voltados para análise dos quilombos/mocambos também possibilitaram uma maior visibilidade ao negro na região, as publicações de Rosa Acevedo, Edna Castro, Eurípedes Funes e Flávio Gomes<sup>8</sup> são valiosas contribuições para o estudo da presença africana na região. Com tantos quilombos, a questão da chegada destes africanos na região tornou-se uma questão pungente.

Com a publicação do livro *Escravidão negra no Grão-Pará* em 2001, José Maia Bezerra Neto, voltado para a questão da escravidão africana na Amazônia e ao aumento dos trabalhos que versavam sobre a temática, sintetizou no seu mencionado trabalho boa parte dos conhecimentos que haviam sido produzidos sobre a escravidão no Pará, além disso, o autor realizou análises e críticas importantes, que serão apontadas nos parágrafos seguintes, com isso é o historiador que tem capitaneado e alavancado as pesquisas sobre os distintos aspectos da escravidão negra no mencionado Estado.

Os artigos de Rafael Chambouleyron também contribuíram de maneira sensível para a compreensão de aspectos importantes relacionados a escravização de africanos especialmente sobre o

---

<sup>8</sup> ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. *Negros do Trombeta: Guardiões dos matos e rios*, Belém: NAEA / UFPA, 1998; No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2ª. ed., 2004. FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor". *História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. São Paulo: USP, tese de doutorado, 1995. GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: Mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séc. XVII-XIX)*. São Paulo: USP, 1997, Tese de Doutorado.

tráfico no século XVII e meados do século XVIII, os trabalhos *Suspiros por um escravo de Angola* (2004) e *Escravos do Atlântico Equatorial* (2006) são exemplos de produções com análises importantes sobre o tráfico para um período considerado de relevância secundária para a historiografia. É necessário pontuar que além das investigações locais a contribuição de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, por meio de artigos, notas e outros trabalhos acadêmicos tem sido crescente, temas como liberdade, família, irmandades, maternidade escrava, dentre outros vem sendo paulatinamente desenvolvidos.

Contudo, no modelo estabelecido pelos trabalhos de história econômica, há sim uma ausência de africanos e afro brasileiros na história do Pará; essa leitura cristalizou-se e por tal motivo não parece “normal” vislumbrar esse sujeito nos diversos capítulos d história do Estado do Pará. Como bem colocou Vergolino (1990:31) “o número de negros escravos entrados na Amazônia colonial foi bem menor que aquele introduzido no Nordeste, contudo, a questão que se coloca não é a de inverter as cifras do tráfico. Trata-se, isto sim, de se duvidar do vazio humano”.

Nessa perspectiva, Bezerra Neto (2001:18) destacou que “não se deve buscar nas experiências das sociedades coloniais existentes em parte do mundo colonial lusitano a compreensão para o tipo de sociedade colonial surgida na região Amazônia”. Para dar sustentação ao seu argumento, o autor evidencia que, no cenário em questão, houve o imbricamento das relações sociais envolvendo o estabelecimento do extrativismo das drogas do sertão, o apresamento de índios e a existência de uma agropecuária voltada para o mercado, com a consequente utilização do trabalho escravo africano, essa ligação estreita entre tais elementos constituía um de seus pilares é por isso que na perspectiva do mesmo, deve-se evitar a leitura da Amazônia como área periférica da América Colonial Portuguesa.

Nesse sentido, podemos pensar com um maior cuidado, a particularidade da região ao invés de compararmos realidades



distintas, como já evidenciamos. Outro equívoco que deve ser repensado é o de que a mão-de-obra indígena e africana se excluía, pelo contrário, elas coexistiam, como já evidenciou Chambouleyron (2004), escravos africanos e trabalhadores indígenas (livres ou escravos) não eram pensados de forma incompatível.

A presença da cultura afro brasileira no Pará está evidente na língua, nas devoções religiosas, na culinária, no fenótipo da população. Mesmo que desde a década de 70 os estudos sobre o negro venham se desenvolvendo no Estado, muito ainda é necessário pesquisar sobre. Se a presença negra na região é incontestável, o que sabemos nós sobre a relação, por exemplo, entre Pará/África?

Nesse sentido, segundo Maria Paula Meneses (2007), “falar sobre a África significa questionar e desafiar crenças adquiridas, pressupostos afirmados e múltiplas sensibilidades”. O que nos demonstra claramente que o Continente africano fora condenado pelo imaginário e intelectualidade europeia, no decorrer da história, a um espaço periférico da humanidade, como afirmou Hegel “a África não é um continente histórico, não demonstra nem mudança nem desenvolvimento” (HEGEL, 1985). Questão que também fora propagada entre estudiosos brasileiros como Oliveira Vianna, Nina Rodrigues e Sílvio Romero, que condenavam a mestiçagem brasileira e acreditavam que o país não poderia aspirar ao futuro enquanto dispusesse de um vasto contingente populacional negro e indígena.

Como reverter esta memória/história de reproduz a humilhação e a submissão e que pouco evidencia as lutas, as alegrias, as vitórias dos descendentes de africanos no Brasil e, por conseguinte no Pará? Só a educação e a promoção do respeito as relações étnico raciais podem criar um país menos racista. O ensino de História tende a contribuir para a formação de cidadãos que possuam um olhar histórico crítico. Desde que foi instituída no Brasil, enquanto disciplina escolar a História esteve a serviço do interesse dos grupos políticos que ocuparam o poder. A

formação de uma identidade nacional também foi/é uma das prioridades do ensino de História, por isso, colaborar para um ensino de história que promova a cidadania e o protagonismo do povo negro é uma garantia da memória que permita reverter uma visão negativa e/ou depreciativa das populações não brancas e dos institutos culturais a elas relacionados.

É necessário quebrar o ciclo da exclusão educacional, isso pode ocorrer com a ressignificação dos afro-descendentes na educação e sociedade brasileira/paraense e isso é possível por meio da produção conhecimento e de livros didáticos que abordem de forma adequada a história da África e do negro no Pará. Esse esforço poderá contribuir para desfazer ou ao menos amenizar paulatinamente os preconceitos e estereótipos ligados ao segmento afro-brasileiro, à escola certamente é um espaço privilegiado para esta “desconstrução” da imagem negativada do negro e a aplicabilidade da lei 10.639/2003, mesmo depois de década é uma necessidade imperiosa.

## Referencias

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. *Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e Cultura afro-brasileira”*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.21, nº41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. *Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino de história e Cultura afro-brasileira”*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.21, nº41, janeiro-junho de 2008, p.5-20.

ABUD, Kátia. *Currículo de História e Políticas Públicas: os programas de História do Brasil na Escola secundária*. In:BITTENCOURT, Circe. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1998.

ALENCASTRO, Luis Felipe. *Com quantos escravos se constrói um país? O Brasil não era viável sem Angola*. In: *Raízes Africanas*”. Figueiredo, Luciano (org). Rio de Janeiro: Sabin, 2009.

ALVES, Davison Hugo Rocha. *Contando a História do Pará: A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os livros didáticos (1990 – 2000)*. Dissertação defendida Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2016.

AZEVEDO, Eliane. *Raça, conceito e preconceito*. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, Benedito Carlos. *Em outras margens do atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)*. Belém: Dissertação de mestrado (história) UFPA, 2009

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará: sécs. XVII-XIX*. Belém; Paka-Tatu,

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História Fundamentos e Métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, MEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais –Primeiro e Segundo Ciclos do ensino fundamental – História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Parecer CNE/CP3/2004, 10 de março de 2005.

\_\_\_\_\_. *Lei 10.639/2003*. Disponível em: <http://www.smec.salvador.ba.gov.br/documentos/lei-10639-2003.pdf>. Acesso em 02 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília: MEC/SECAD, 2006.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 02 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Terceiro e Quarto Ciclos do ensino fundamental – História e Geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CARTILHA DO CEDENPA. *Raça Negra: A luta pela liberdade*. Belém, 1988.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)*. Revista Brasileira de História. vol. 26 no.52 São Paulo Dec. 2006.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Suspiros por um escravo de Angola. Discursos sobre a mão-de-obra africana na Amazônia seiscentista*. Belém: *Humánitas*, vol.20, n° 1/2 (2004), pp. 105-106.

COELHO, Vilma de Nazaré Baia. *A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores – Pará, 1970-1989*. Belo Horizonte: Mazza Edições; Belém: Editora Unama, 2006

COELHO, Wilma Baia; COELHO, Mauro Cezar. *Por linhas Tortas- Educação para a Diversidade e a Questão das Relações Etno Raciais em Escolas da Região Norte- entre vícios e virtudes*. Revista da ABPN • v. 4, n. 8 • jul.–out. 2012 • p. 137-155.

COSTA E SILVA, Alberto da Costa, na obra: *Um rio chamado Atlântico, A África no Brasil e o Brasil na África*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira: UFRJ, 2003.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)*. Campinas-SP, 1997.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003. Brasília: SECAD, 2005

GONTIJO, R. Identidade nacional e ensino de História. In: ABREU, M.; SOIHET, R. (Org.). *Ensino de História conceitos, temática e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 55-79.

HEGEL, Wilhelm Friedrich. *Introdução à História da filosofia*. In: *Hegel – Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1985, p. 316 – 392.

KELLY-NORMAND, Arlene Marie. *Africanos na Amazônia cem anos antes da abolição*. Belém: Cadernos do CFCH, vol. 18 (out.-dez. 1988), pp. 1-21.

LACocca, Líliliana. *Você e a Constituição: 33 temas para conhecer os seus direitos de cidadão*. Brasil. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: SECAD, 2003.

LIMA, Ivaldo Marciano de França. *Ensino de História da África no Brasil: caminhos e descaminhos de uma luta contra o racismo velado*. Revista Novas Idéias, Recife, V.1, N.1, Jan-Jun 2008.

LIMA, Mônica. *Como os tantãs na floresta: releções sobre o Ensino de História da África e dos Africanos no Brasil*. In: Saberes e Fazeres, Modos de Ver (A cor da Cultura). Rio de Janeiro, Fundação Roberto Marinho, vol, 1, 2006.

LOVEJOY, Paul. *A escravidão na África: Uma História de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARQUES, Elídio Alexandre Borges. *A emergência dos direitos humanos: de “promessas nacionais” a parte fundamental do direito internacional*. In: RIBEIRO, Mara Rejane; RIBEIRO, Getúlio (Org.). *Educação em Direitos Humanos e Diversidade: diálogos interdisciplinares*. Maceió: EDUFAL, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. *O ensino de história e a leitura contra a discriminação racial no Brasil*. In: M. Abreu e R. Soíher. *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra FAPER, pp. 127-136, s/d.

MEDEIROS, Carlos Alberto. *Na lei e na raça: Legislação e Relações raciais, Brasil – Estados Unidos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MENESES, Maria Paula G. *Os espaços criados pelas palavras – Racismo, etnicidades e encontro colonial*. In GOMES, Nilma Lino (Org.). *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 23-37.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MUNANGA, Kabengele. *Estratégias e políticas e combate a discriminação racial*. São Paulo: EDUSP, 1996

\_\_\_\_\_. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.* Disponível em: [www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/09abordagem.pdf). Acesso em: 28 de junho de 2016.

NASCIMENTO, Alexandre. *Ação afirmativa – da luta do movimento social negro às políticas concretas.* Rio de Janeiro: Cadernos CEAP, 2006.

NEVES, Pollyana Cassiano. *As relações étnico-raciais na educação Infantil.* Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CP02.pdf>. Acesso em: 07 jul 2016.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).* Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 28 de fevereiro de 2016.

PEREIRA, Manoel e NETO, Macedo. *Parâmetros Curriculares Nacionais de História: desafios e possibilidades da História Ensinada na educação Básica.* Revista História em Reflexão: vol. 3, n.6, Dourados, julho-dezembro 2009.

PEREIRA, Manuel Nunes. *A introdução do negro na Amazônia.* Boletim Geográfico – IBGE. vol.7, n ° 77 (1949). pp. 509-15.

PEREIRA, Manuel Nunes. *Negros escravos na Amazônia.* Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1952, vol. 3, pp. 153-85.

PINTO, Regina Pahim. *Diferenças étnico-raciais e formação do professor.* Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 108, pp. 199-231, Nov., 1999

QUEIROZ, Jonas Marçal de & GOMES, Flávio do Santos. *Em outras margens: escravidão africana fronteiras e etnicidade na Amazônia*. In: Mary del PRIORE & Flávio dos Santos GOMES (orgs.). *Os Senhores dos Rios. Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, pp. 141-63.

*Raça Negra*. Cartilha do CEDENPA. Belém, 1988.

RIBEIRO, Matilde. Prefácio in PAIXÃO, Marcelo. *Manifesto anti-racista – idéias em prol de uma utopia chamada Brasil*. Rio de Janeiro: DP&a Editores, 2006.

RUIZ PEINADO ALONSO, José Luis. *daquele péssimo mocambo*, In: T(r)ópicos de História : gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI). Belém, Editora Açai.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo- uma reflexão sobre prática*. 3ed. Porto Alegre: Artemed, 1998.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. 3ª edição. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do “ser negro”: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Hélio. *Uma avaliação do combate às desigualdades raciais no Brasil*. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo & HUNTLEY, Linn Walker (Orgs.). *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.



SANTOS, Sales Augusto dos. *A lei 10639/2003 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro*. In: BRASI. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação Anti-Racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/2003. Brasília: SECAD, 2005.

SCHWARCZ, Lilian K. Moritz. *Usos e abusos da mestiçagem no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX*. Afro-Ásia, nº 18, 1996, p. 77 – 101; Idem. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos roceiros e rebeldes*. Trad. Jussara Simões. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, p. 23.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. - 3 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Daniel B. Domingues. *The Atlantic Slave Trade to Maranhão, 1680-1846: volume, routes an organization*. Slavery an Abolition, vol. 29, No. 4 dezembro 2008.

SILVA, Georgina Maria da Conceição G; LOBATO, Maria do Socorro dos Santos. *Educação Etnicorracial e a Lei 10.639/2003: Um estudo de caso em uma escola no município de Abaetetuba-Pa*. 2010. 75 fhs. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal do Pará - UFPA, Abaetetuba – Pará, 2010.

SILVA, Geraldo da; ARAÚJO, Márcia. *Da interdição escolar às ações educacionais de sucesso: escolas dos movimentos*. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). História da Educação do negro e outras histórias. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

SILVA, Marcos Antônio da e FONSECA, Selva Guimarães. *Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 31, nº 60, p. 13-33 – 2010.

SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. *Cidadania e Direitos Humanos*. Caderno de Pesquisa. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. n. 104, 1998.  
Disponível em: [www.iea.usp.br/artigos](http://www.iea.usp.br/artigos). Acesso em: 05 mai 2016.

SILVA, Marley Antonia Silva. “O que se precisa para o adiantamento das lavouras”. Tráfico negreiro no Grão-Pará com o fim da Companhia Geral de Comércio (século XVIII). Belém: Monografia de graduação em História apresentada à Universidade Federal do Pará, 2008.

SILVA, Petronilha B. G. *10 anos da lei nº 10.639/03 – Um olhar crítico reflexivo*. 2013, 6p. (Texto elaborado e disponibilizado especialmente para o Seminário Nacional Virtual sobre História e Cultura africana e afro-brasileira realizado na plataforma moodle da Fundação Joaquim Nabuco).

SLVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade- Uma Introdução as Teoria do Currículo*. Belo Horizonte, Brasil: Autentica, 2005, 2 ed, p,156.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CROSO, Camila. *Igualdade das relações étnico-raciais na escola: possibilidades e desafios para implementação da lei 10.639/2003*. São Paulo: Ação Educativa, Ceafo e Ceert, 2007

SOUZA, Monica Lima, *Venbo de Angola: do vocabulário aos costumes, a identidade brasileira tem origem no outro lado do Atlântico*, p.12. In: Raízes Africanas, Rio de Janeiro, Sabin, 2009.

VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Baía de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo público do estado do Pará, 1990,

**PARTE II**  
**História, narrativa e paisagens**  
**amazônicas**

## **UMA NARRATIVA COLONIAL: A FAUNA, A FLORA E AS SOCIEDADES INDÍGENAS PELALENTE DA COMPANHIA DE JESUS DA MISSÃO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ. SÉCULOS XVII E XVIII**

Raimundo Moreira das Neves Neto

### **Introdução**

Nossa intenção com o presente artigo é analisar a dupla representação jesuítica para o mundo natural amazônico, durante os séculos XVII e XVIII, atentando para a criação discursiva inaciana com relação ora às sociedades indígenas, ora à cobertura vegetal da região e sua fauna. Assim, a pesquisa buscará compreender os sentidos do discurso da Ordem quando representa os dois pontos com intenções que vão para além do âmbito religioso.

Se por um lado a Ordem religiosa representava o índio ora atribuindo-lhe elementos do “bárbaro” ora afastando-o de tal conceito (até mesmo trasladando o sentido de bárbaro aos colonos, caso clássico do Sermão da Epifania do Pe. Antonio Vieira) ela também não se furtou a descrever os recursos naturais da Amazônia colonial. Para tanto, os “elementos teológicos” da “sujeição do mundo natural” ao homem, utilizando termos de Keith Thomas (THOMAS, 2010: 21-40) logo se fizeram presentes na visão utilitarista da Companhia sobre a fauna e a flora da região. Aqui cabe a ressalva feita por Ronald Raminelli ao lembrar que até o século XVIII os cronistas descreviam a natureza da América portuguesa de modo a alcançar mercês junto ao rei (RAMINELLI, 2008:17-61). No caso da Companhia, ela buscava o financiamento para a Missão não apenas junto ao monarca, mas também ao próprio generalato da Ordem e, de igual modo, como muito bem colocou Inácio de Loyola, em relação a “algumas pessoas de importância que (...) pedem muito freqüentemente que se escreva alguma coisa sobre a cosmografia

das terras onde estão os nossos” (LOYOLA, 2006: 398). Até então, portanto, as pessoas (laicas ou religiosas) que codificavam o mundo natural das conquistas em seus escritos o faziam tendo em vista alguma benesse: interesse próprio no caso dos leigos em busca da mercê e coletivo no caso da Companhia que granjeava o financiamento para toda a Missão. Contudo, como pondera Raminelli, chega o século XVIII e Portugal atenta ao fato de não poder deixar aquela codificação do mundo natural ocorrer sem algum fundamento maior da ciência. Nesse contexto, para além da Secretaria de Estado e Negócios Ultramarinos, as inovações como o novo estatuto da Universidade de Coimbra, a Academia Real das Ciências e os Jardins Botânicos de Lisboa e Coimbra virão no intuito de preparar cientificamente as pessoas que passariam a perscrutar o mundo natural das possessões ultramarinas. Portugal toma para si tal tarefa, que nos séculos anteriores ficava a cargo de pessoas que buscavam as mercês régias (RAMINELLI, 2008: 61-97). Mais que isso: aqueles “fundamentos teológicos” passaram a dividir o seu espaço com a revolução engendrada pela nova nomenclatura de Lineu ao propor uma nova hierarquia, onde plantas e animais faziam parte de reinos, filos, classes, ordens etc. (THOMAS, 2010: 70-129). Por ela o mundo natural se explicava, para além do caráter teológico/utilitarista preponderante anteriormente.

O século XVIII, de fato, representou um grande avanço naquele sentido e a Companhia de Jesus, como uma ordem missionária presente em grande parte do globo, sensível a tais mudanças, aplicou-as em seus escritos do século XVIII na descrição do mundo natural amazônico. A fauna e a flora da região não foram descritas de um mesmo modo por Bettendorff (século XVII) e João Daniel (século XVIII). Mauro Cezar Coelho em seu livro “A epistemologia de uma viagem” aborda um pouco desta inflexão ocorrida no século XVIII a partir da viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Coelho adverte que a vontade de descobrir as leis gerais da natureza, leis intrínsecas ao próprio mundo natural e não mais pautadas em argumentos

teológicos, eram a pauta principal de tais viagens. Tal busca pelo saber universal das leis da natureza estava ligada a ideia iluminista de felicidade em dois momentos: 1) o aprimoramento do conhecimento/espírito humano e 2) o mapeamento dos recursos naturais que seriam explorados mais ordenadamente de modo a tirar mais proveito deles, via agricultura (COELHO, 2010: 89-142). Mais adiante voltaremos a tocar nessa inflexão do XVIII, mas falaremos da inflexão jesuítica do XVIII. Contudo, é imperativo fazermos outras ressalvas sobre os primeiros contatos dos europeus com a Amazônia.

Em estudo recente, Ana Pizarro pondera que a exuberância da Amazônia em seus recursos naturais nada mais é que uma **construção** discursiva alicerçada nas impressões do homem europeu, já que “este discurso constituiu um corpus que surgia a partir da **interação** do novo ocupante – espanhol, português, holandês, inglês, francês – com o meio” (PIZARRO, 2009:29). Ora, os termos “construção” e “interação” são significativos, uma vez que qualquer coisa não se constrói do nada e, igualmente, para haver interação é imperativo mais do que um elemento. Nesse sentido tal discurso europeu pode ser decomposto em partes, processo do qual poderemos perceber nele a voz do indígena. Exemplifico: o conhecimento dos inúmeros rios da região, a classificação das plantas e animais em comestíveis e não comestíveis (por vezes até com algum valor medicinal), a descoberta de outros recursos como os minérios etc., todo esse conhecimento codificado em relatos europeus partiu de uma interação com o meio do qual faz parte o indígena – com o seu conhecimento pautado em ampla experiência/vivência com a região. Analisando os discursos das descobertas Orlandi diz que:

O princípio talvez mais forte de constituição do discurso colonial (...) é reconhecer apenas o cultural e des-conhecer (apagar) o histórico (...) Nesse caso, apaga-se um discurso histórico e produz-se um discurso sobre a cultura. Como efeito desse apagamento, a cultura resulta em “exotismo”. (ORLANDI, 2008: 19-21)

Ora, desconsiderando-se a ocupação prévia da Amazônia pelas sociedades que passaram a ser unificadas pelo termo “índio”, a cultura da região descrita nos relatos europeus só pode figurar como exótica, já que deixa de ser pensada como algo natural para aqueles habitantes que foram desconsiderados. Trata-se, portanto, de dar voz aos índios; considerar o processo histórico de contato que engendrou uma interação refletida na codificação da região nos escritos europeus. Isso é significativo quando se considera que a descrição da Amazônia colonial portuguesa só foi possível quando a sua vasta bacia hidrográfica deixou de representar um labirinto aos portugueses. Mas tal processo teve outro protagonista. Vejamos o que nos diz o jesuíta João Daniel:

E assim como são insignes pilotos [os índios] por terra, também o são por mar, onde não é menos dificultoso atinar com os canais em tantas baías, e lagos (...) Os mesmos navios em outro tempo não queriam desferir as velas do Maranhão para o Pará sem levar algum tapuia por prático; e ainda hoje, os que freqüentam esta navegação não a empreendem (...) sem serem governadas pelos índios (DANIEL, 2004: 343).

Após fazermos tais ressalvas sobre os “discursos das descobertas” é chegada a hora de nos embrenharmos mais detidamente na seara do discurso jesuítico. Contudo, antes de partirmos para o caso da Amazônia colonial, é imperativo analisarmos as estruturas da escrita inaciana que vão embasar tudo o que a Ordem produziu sobre a fauna, flora e sociedades indígenas da Amazônia.

### **Elementos da escrita jesuítica: edificação, consolação e curiosidades**

É imperativo atentarmos para o fato de que a Companhia de Jesus havia criado certos elementos para a sua escrita no exato sentido de representar ora as sociedades espalhadas ao redor do mundo (como os índios da Amazônia), ora seus recursos naturais:



aqui estamos falando dos elementos da *edificação*, *consolação* e *curiosidades*, todos previstos desde o nascimento da Ordem pelo seu fundador Pe. Inácio de Loyola. O exercício de avaliação dos escritos inacianos a partir desses três elementos nos guiará a uma nova leitura do mundo natural amazônico colonial, nos apontando os significados das representações de índios enquanto povos “bárbaros” e dos recursos naturais enquanto “fonte inesgotável” ou a “constante presença divina” (o que permanece no século XVIII, mas dividindo espaço com uma descrição mais científica). Nesse último ponto, (o da representação da fauna, flora e demais recursos) será de grande valia a reflexão de Keith Thomas sobre o que ele denominou de “predomínio humano” sobre o mundo natural.

Em recente obra Castelnau-l’Estoile expõe que a narrativa inaciana incidia em excelente meio para que os sacerdotes divulgassem seus conhecimentos sobre o mundo indígena, sempre, é claro, através de “textos edificantes e curiosos com pretensão política” que se prestavam a “justificar e legitimar suas práticas missionárias” (CASTELNAU, 2006: 481). Analisemos os elementos jesuíticos da *consolação*, *edificação* e *curiosidades*, atrelando-os à questão da Graça Divina.

Para a Companhia de Jesus, a **edificação** guardaria um caráter de utilidade ao narrar de modo um tanto quanto miraculoso, e edificante, certos episódios/obstáculos pouco entusiásticos aos missionários. A intenção seria chamar mais padres à Missão, os mesmos jesuítas que se negavam a atravessar o Atlântico rumo ao Brasil ou ao Maranhão devido tanto ao medo dos costumes indígenas quanto à natureza com a sua fauna e flora ainda indomáveis. Por inúmeras vezes, a morte de um jesuíta por mãos indígenas fora narrada como um espetáculo de martírio. Excelente exemplo neste sentido foi a morte do Pe. Francisco Pinto na Serra da Ibiapaba (Ceará). Todos os entraves ao apostolado inaciano passaram a ser relatados como edificantes, alardeando o grande zelo da Ordem religiosa.

Castelnau-l'Estoile nos lembra que, por ordem do fundador da Companhia, a **curiosidade** deveria ficar abaixo da edificação, “que permanece o objeto primeiro” da narrativa. Desta feita, por exemplo, “a curiosidade pelos costumes indígenas deve ser a oportunidade de mostrar a obra de evangelização” (CASTELNAU, 2006: 395). Em outras palavras, as curiosidades referentes às bebedeiras indígenas, à poligamia, às constantes guerras inter-tribais deveriam ser mencionadas para a maior edificação dos padres, e leigos, que, ao mesmo tempo que tomavam ciência de tantos problemas, também vislumbravam a solução de todos – uma espécie de valorização do trabalho missionário. Nada obstante, Inácio de Loyola percebeu que as curiosidades sobre o Novo Mundo eram demandas de benfeitores em potencial. Assim, a curiosidade é “fundamental para os jesuítas que visam desempenhar um papel importante na sociedade de seu tempo graças a apoios de bem colocados” (LOYOLA, 1991: 398). Como já dissemos, apoiados nas análises de Ronald Raminelli, um dos objetivos dos escritos da Companhia era buscar o triplo patrocínio da Coroa, generalato da Ordem e benfeitores da Europa. Em carta já mencionada anteriormente dizia Pe. Inácio de Loyola:

Algumas pessoas de importância que, nessa cidade, lêem com muita edificação as cartas das Índias, desejam ordinariamente ou pedem muito freqüentemente que se escreva alguma coisa sobre a cosmografia das terras onde estão os Nossos [...] Se houvesse ainda outras coisas de andamento extraordinário, animais ou plantas não conhecidos ou mais raros, dêem informação sobre elas. Esse molho que agrada o gosto de uma curiosidade habitual aos homens e que não é má pode vir nas mesmas cartas ou em outras, escritas à parte (LOYOLA, 1991: 872-873).

Nos *Exercícios Espirituais* – centro da espiritualidade e carisma inaciano –, Santo Inácio insiste no amplo interesse da Ordem por todos os povos da terra “mergulhados em tão profunda cegueira”. A “redenção do gênero humano” haveria de ser granjeada sem mensuração de esforços (LOYOLA, 1997: 72-

73). Era necessário conhecer, e muito bem, o outro. Sobre tal procedimento há um trecho de uma das cartas de Inácio no qual ele explica que o comportamento de um jesuíta teria de ser semelhante ao do demônio no tocante ao método de conhecimento do outro.

Em todas as conversas que empreendemos para manter as pessoas na rede do maior serviço de Deus N.S., tenhamos com os outros o mesmo procedimento que o Inimigo [Satanás] toma para todo o mal de uma alma, e nós tomaremos para todo o bem dela. Pois o inimigo entra com as idéias do outro e sai com as suas; entra com as idéias da alma, não lhe contradizendo os costumes, antes louvando-os. Toma familiaridade com ela, trazendo-a a bons e santos pensamentos, agradáveis à boa alma; depois, pouco a pouco, procura sair com as dele, levando-a, sob aparência de bem, sempre ao mal, a inconvenientes de erros ou ilusões. **Assim nós também podemos proceder** para o bem: louvar ou concordar com alguém em pormenor bom que tem, dissimulando em seus outros assuntos maus. Deste modo ganhamos seu amor, alcançando melhor a nossa parte: entrando com a dele, saímos com a nossa. (LOYOLA, 1993: 22)

Do aludido trecho podemos ajuizar o grande esforço dos padres em compreender os hábitos dos indígenas e, de igual modo, passar esses conhecimentos aos seus pares na Corte. A necessidade de deixar nos “outros” ideias inacianas fez com que os missionários travassem um contato profundo com diversas sociedades indígenas.

Se a edificação objetivava chamar mais padres à Missão e se a curiosidade intentava auferir recursos de patrocinadores em potencial, a **consolação** propunha confortar os padres que estavam em campo, no trabalho apostólico. Mais uma vez são os *Exercícios Espirituais* que esclarecem este outro tema basilar tanto da espiritualidade quanto da escrita inaciana, visto que uma e outra são inseparáveis. Comumente, a consolação tem procedência externa, com a beleza de um lugar ocasionando comoção ao expectador (nesse sentido, a Serra da Ibiapaba e o rio Amazonas são exemplares). Tal formosura assinalaria a presença do Todo Poderoso. Em sua forma escrita acabava servindo de

consolação aos padres leitores. Ressaltemos que os bons frutos da catequese podem igualmente gerar a consolação. Tornemos aos *Exercícios Espirituais*:

Chamo consolação quando na alma se produz alguma monção interior, pela qual ela vem a se inflamar no amor do seu Criador e Senhor e, conseqüentemente, quando a **nenhuma coisa criada sobre a face da terra, pode amar em si, senão no Criador de todas elas.** [...] Finalmente chamo consolação a todo **aumento de esperança, fé e caridade e a toda alegria interior** que eleva e atrai a alma para as coisas celestiais (LOYOLA, 1997: 170).

Até agora podemos perceber que a edificação e as curiosidades podem depor contrariamente aos índios. O caso citado anteriormente da morte do Pe. Francisco Pinto como espetáculo de martírio pelas mãos dos índios (edificação) talvez sugira essa primeira leitura. Tal análise primária ganha maior força quando se consideram elementos como bebedeiras, poligamia e guerras intertribais (curiosidades em relação aos costumes indígenas). Visto por tal ângulo, as descrições edificantes e “curiosas” da Companhia de Jesus seriam uma contrapropaganda do seu trabalho missionário. Todavia, não são. É que atrelados ao elemento da Graça Divina curiosidades e edificação alcançam seu termo, o ápice. Os índios eram capazes de todas aquelas “barbaridades”, mas graças a uma centelha de luz divina (que precisava abrasar com o estímulo dos padres) a conversão era possível. Aí consiste toda a propaganda do trabalho missionário. Passemos a analisar a questão da graça divina.

João Adolfo Hansen adverte que os jesuítas defendiam a tese tridentina da presença de alma nos índios. É que a definição escolástica da alma declarava que a mesma era evidenciada pelas potências do intelecto, memória e vontade. Tais elementos revelariam que a “Lei natural da Graça” estaria adormecida nos gentios. Hansen, não obstante, pondera que os textos inicianos propunham “que na mente dos índios a sinderése ou o conselho da luz natural da graça era muito tênue, porque a causa primeira da sua visão reminiscente estava encoberta pela prática de

abominações, como a guerra, a antropofagia, a poligamia, a nudez” (HANSEN, 2005: 31). Quer dizer, era imperativo um estímulo externo dos padres para desencobrir a luz da graça adormecida nos índios. Jogo de idéias muito bem trabalhado pelos padres, pois caso fossem contra a tese da Graça Divina não teriam motivo para se aventurar em seu apostolado, ficando a missão deslegitimada. Com isto queremos mostrar que para além de uma simples percepção pejorativa em relação aos nativos, como por vezes nos deixa transparecer parte da historiografia em uma má análise dos elementos constitutivos da escrita inaciana (ou total ausência desta análise), os jesuítas haveriam também de representar o índio daquele modo.

Alcir Pécora comunga da ideia amparada por Hansen, indo além, ao abordar o problema da escravidão do índio no Maranhão. Ele explica que Antonio Vieira contra-atacava a guerra justa decorrente das práticas “contra-natura entre os índios” pois, para o religioso, tais práticas eram “corrigíveis e não da má disposição do indígena, desumana e irracional”. Por vezes Vieira tratava o nativo por bárbaro: “muitos há muito rudes e bárbaros, mas por falta mais de cultura que de natureza” (PÉCORA, 2005: 89). Amplamente empregado por religiosos e colonos, o termo bárbaro ganhará uma nova nuance nos escritos de Antonio Vieira, tocando as raias mesmo de uma inversão. É que, conforme mostraremos, com base em cartas e sermões de Antonio Vieira, os índios passaram de vítimas condenadas à eterna danação, pois sem a luz do evangelho e sem pastores que despertassem a Graça Divina nos seus corações (discurso legitimador da missão), a receptáculo de Cristo; e os colonos, foram de entrave à empresa catequética (embora cristãos) a bárbaros. Enquanto os primeiros sofrem uma gradação, aos segundos é imposta uma degradação no discurso vieirino.

Ao ponderar os conflitos entre os “projetos coloniais”, Ronald Raminelli lança luz sobre as diversas nomeações dispensadas aos índios já que, para os colonizadores, aqueles eram tidos como “bárbaros, seres incapazes de receber a

conversão”. Nesse sentido, o intuito seria escravizá-los. Já os religiosos os representavam como “gentios, cristãos em potencial, pois do contrário a catequese estaria ameaçada” (RAMINELLI, 1996:16). É que, conforme explicado anteriormente, esta segunda representação está atrelada ao conceito de edificação devido à ânsia de sucesso para a Missão, apesar das adversidades por ela enfrentadas. Nada obstante, como explica Raminelli, os sacerdotes também representavam os nativos como bárbaros, sendo que, “entre os inácianos, a imagem do bárbaro possuía um novo significado; não respaldava a escravidão, mas valorizava a catequese e ressaltava a missão heróica dos enviados da igreja” (RAMINELLI, 1996:17). A análise elaborada pelo autor refere-se à edificação já que “os religiosos sentiam fome, enfrentavam longas caminhadas e a ira dos canibais” (RAMINELLI, 1996:18).

Auxiliomar Silva Ugarte expõe que os cronistas ibéricos (dentre eles inúmeros jesuítas), através de seus filtros conceituais, representavam de modo divergente as sociedades indígenas e a cobertura vegetal da floresta amazônica. Esta era ressaltada positivamente a partir dos modos analógico e utilitarista. Em contrapartida, as sociedades indígenas não seriam tão bem representadas. Desse modo, não sem razão, Ugarte recorre ao duplo conceito de bárbaro proposto por Anthony Pagden: classificação de povos não cristãos ou, de modo mais geral, raças que se comportassem de modo considerado selvagem ou incivilizado ((UGARTE, 2009: 388-389). Aqui o bárbaro parece estar em consonância com o que foi proposto por Ronald Raminelli, quando este alega que para o período colonial tal conceito teria sofrido uma pseudometamorfose dando força ao discurso colonizador. Dessa feita a imagem do bárbaro ganharia sentido quando atrelada aos princípios 1) da colonização; 2) da escravidão; 3) da catequese e 4) da espiritualidade barroca (RAMINELLI, 1996: 79-80).

## A representação da fauna e flora da Amazônia

Se formos analisar os *Exercícios Espirituais* da Companhia de Jesus perceberemos um espírito um tanto quanto antropocêntrico, nutrindo a crença da submissão de todo o resto do mundo natural aos caprichos humanos. Argumentação que, conforme ponderado por Keith Thomas, apoiava-se em passagens do antigo testamento (THOMAS, 2010: 21-30). Diz Santo Inácio:

O homem é criado para louvar, reverenciar e servir a Deus Nosso Senhor, e assim salvar a sua alma. E as outras coisas sobre a face da terra são criadas para o homem, para que o ajudem a alcançar o fim para que é criado. Donde se segue que há de usar delas tanto quanto o ajudem a atingir o seu fim (LOYOLA, 1997: 28).

Do texto acima podemos perceber que, para a Companhia de Jesus, o fim último do homem é salvar sua própria alma, utilizando, para tanto, cada uma das “outras coisas sobre a face da terra”. Nestas *outras coisas* podemos abarcar fauna, flora e, é claro, as demais populações humanas ainda não conhecidas. Todavia, como tais instruções de Santo Inácio repercutiram, após tantos anos, na região amazônica? Vejamos.

É ponto pacífico que as benesses do Rio Amazonas foram fonte de consolação aos missionários. Contudo, antes de alcançar tais paragens, era necessário vencer um grandioso obstáculo. Qual seja: a Serra da Ibiapaba. Ela, nada obstante, por sua grandeza e demais características naturais, também foi tema da consolação jesuítica. Mais que isso: foi palco do martírio do Pe. Francisco Pinto, episódio que inaugura a escrita de edificação para a Missão do Maranhão. Antes, vejamos o que nos dizem alguns missionários sobre o aspecto natural da Serra.

Ibiapaba (...) não é só uma serra, como vulgarmente se chama, senão muitas serras juntas (...). São todas formadas de um só rochedo duríssimo, e em partes escaldado e medonho, em outras coberto de verdura e terra lavradia, como se a natureza retratasse nestes negros

penhascos a condição de seus habitantes, que sendo sempre duros e como de pedras, às vezes dão esperanças e se deixam cultivar (VIEIRA, 1951: 96).

Ora, Pe. Vieira em tal alegoria nos deixa claro que, na sua visão, os habitantes das Serras da Ibiapaba tinham sido moldados pela natureza (leia-se Deus) de modo que se inclinassem a conversão. Os habitantes eram “duros”, mas passíveis da conversão: eis aí um bom exemplo de edificação. Por seu turno, o Pe. Jacinto de Carvalho após tratar de “tantas desconfortosidades” decorrentes da travessia da Serra descreve-a partindo do elemento da consolação jesuítica. Depois de ressaltar os perigos das onças e índios bravos, destaca que

Consta-se esta serra entre as maiores da América (...) principia junto ao Mar Oceano (...) corre pelo sertão dentro, desviando-se da costa até o Rio São Francisco (...) A terra é fecundíssima de tudo que se planta, e de tudo que se cria excede no gosto a quanto se cria no Brasil e no Maranhão (...) Os seus habitantes são robustos, e são mais os que morrem de velhos que de moços (...). É abundantíssimo de peixe (...) [que] vem a cair juntamente com ela [água] nas mãos dos índios, que ali o esperam, e com pouca indústria o tomam em muita quantidade (CARVALHO, 1995: 65-66).

Jacinto de Carvalho descreve os recursos da Serra da Ibiapaba como se a natureza se antecipasse às necessidades dos índios e, assim, contra o curso natural do rio os fizessem alcançar sem algum esforço copiosa quantidade de peixes. Ora, para além da *consolação* divina após a cansativa travessia da serra há de se considerar o fato de que não estamos falando de qualquer espaço. Aí os Padres Luis Figueira e Francisco Pinto, rumo a fundação da Missão do Maranhão, protagonizaram o primeiro espetáculo de martírio com o assassinio do segundo pelas mãos dos índios da serra. Evento que não passou despercebido pelos escritos jesuíticos posteriores pois, a partir de sua descrição edificante, veio a servir de propaganda da Missão do Maranhão aos padres que estavam nos colégios da Europa e se recusavam a vir para tal missão, já que privilegiavam as do Oriente. Imortalizando a Serra



de Ibiapaba Luis Figueira descreve a morte de seu companheiro do seguinte modo:

Chegaram então ao padre e tendo-lhe uns mão nos braços estirando-lhes para ambas as partes ficando ele em figura de cruz, outros lhe deram tantas pancadas com um pau na cabeça que lhe fizeram pedaços, quebrando-lhe os queixos e amassando-lhe as cachages e olhos (...) Com isto me fui e me descí da serra trazendo diante de mim o corpo do padre e ao pé da serra o enterrei. (FIGUEIRA, 1940, 135-137).

Desse “fracasso edificante”, como Castelnau-L’Estoile denominou o episódio, podemos inferir que as orientações de Inácio de Loyola repercutiram na Missão do Maranhão. Contudo, para além da edificação, as curiosidades da fauna e flora e a descrição do potencial natural da região (sobretudo referente ao rio Amazonas) também darão o tom na escrita jesuítica. Sobre o Amazonas, um caso exemplar é a crônica do Pe. Cristóbal de Acuña, da qual também apontaremos algumas possibilidades iniciais de leitura.

Por provisão real de 1639, os padres jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda ficaram responsáveis por acompanhar o Capitão Mor Pedro Teixeira na sua viagem de volta de Quito ao Pará. É que tal capitão havia subido o Rio Amazonas na direção leste-oeste, ou em outras palavras, da sua foz onde estava erigido o forte do Presépio de Santa Maria de Belém do Grão Pará até a cidade de Quito, para as bandas da Cordilheira dos Andes. A viagem dos ditos padres seria, portanto, a descida do aludido rio. Todavia, qual seria a relação entre as percepções dos padres e a natureza por eles narrada? Quais interesses? Atentemos ao seguinte trecho da crônica:

Não só esses gêneros poderiam neste novo mundo descoberto assegurar o suficiente para enriquecer todo o orbe, como muitos outros que, mesmo em menor quantidade, não deixariam de ajudar o enriquecimento da Coroa Real (ACUÑA: 1994: 91).

O utilitarismo decorrente do Rio Amazonas, ou pelas terras férteis por ele banhadas, era elemento central na crônica do Pe. Acuña, conforme podemos perceber pelo fragmento acima quando o mesmo se referia aos quatro principais gêneros que na visão dele poderiam enriquecer a Coroa: madeira, cacau, tabaco e cana-de-açúcar. Tal rio era tido “como a via única, como que a rua principal que, correndo pelo centro do Peru, o sustentava por todas as vertentes que ao mar do norte tributam suas alterosas cordilheiras” (ACUÑA, 1994: 49). A utilidade do Amazonas era indiscutível para o jesuíta, pois banhava “as mais ricas, férteis e povoadas terras de todo o império do Peru”. Diante de tal grandiosidade, sem tardança, já no início da sua crônica, o Pe. Acuña descreve o dito rio recorrendo às analogias, já que sua obra era uma encomenda a ser lida avidamente por um público europeu. Assim, declarava-se que “de hoje em diante, sem usar hipérboles, podemos classificar de maior e mais célebre [rio] do Orbe”. Recorrendo a comparações com os maiores e mais conhecidos rios da época, Ganges, Nilo e Eufrates, os colocava em condição inferior ao Amazonas que “banha reinos mais extensos, fertiliza mais planícies, sustenta mais homens e aumenta com suas águas oceanos mais caudalosos” (ACUÑA, 1994: 68-69). Acuña foi do Amazonas ao Eufrates: mas qual seria a sua intenção? Primeiro, dar a entender a grandiosidade de um rio que ainda não era tão bem conhecido pelos europeus; segundo, pintar com cores mais fortes os recursos do Amazonas no intuito de agradar seus superiores e eventualmente conquistar alguma benesse.

Outra possibilidade de análise sobre a representação jesuítica dos recursos naturais do Amazonas que podemos apontar está na parte intitulada “Animais silvestres de caça, e aves que se alimentem”, um dos inúmeros capítulos destinados à descrição das benesses dispensadas pelo rio. O cronista dá a entender que a natureza fora criada tendo como fim último o serviço humano. Assim, após falar de tantas qualidades de peixes que ocasionalmente poderiam causar enjôo aos nativos, devido a

tanta fartura, diz que “prevenindo seu desejo [dos índios], a natureza contemplou esta terra firme com muitos gêneros de caça [...] maravilha digna de admiração que só se pode atribuir à Paternal Providência” (ACUÑA, 1994: 83-84). Aqui observamos a característica da *consolação*, que ao condicionar o mundo natural à divina providência quer fazer parecer que aquele está submetido às vontades do homem, como se a natureza prevenisse ou antecipasse os desejos humanos, segundo registrou Pe. Acuña. Em verdade, como bem ponderou Drummond, os elementos do mundo natural só passaram a ser considerados recursos quando os homens culturalmente assim os identificaram e avaliaram (DRUMMOND, 1991: 5-6). Não a Providência Divina, mas sim o constrangimento humano ante a uma alimentação débil que o impeliu a buscar novas possibilidades.

No mesmo sentido do que falávamos anteriormente, ao tratar das caças pela ótica de Acuña; significativa é a descrição pelos jesuítas Jacinto de Carvalho e João Daniel: o primeiro ao se referir às cobras do Maranhão diz que “a maior parte destas são de cascavéis (...) e parece que lhes quis dar a natureza este instrumento [o chocalho cascavel] para que se não movessem sem dar aviso de si aos outros viventes para que se desviassem da sua peçonha” (CARVALHO, 1995: 63). De igual modo João Daniel diz que “cascavel é nome de outra cobra das mais venenosas do Amazonas (...); talvez por isso que lhe deu o Autor da natureza o cascavel, que tem na cauda, chamado assim, porque quando caminha faz o som, e estrondo como se avisando que se livrem dela” (DANIEL, 2004: 252). Em ambos os relatos o mundo natural (nesse caso a fauna) tem sua criação em função das necessidades humanas. Para além disso, conforme aponta Keith Thomas, há ainda os “erros vulgares” da classificação dos animais atribuindo-lhes, equivocadamente, características humanas. Se não, vejamos.

Jacinto de Carvalho ao tratar da utilização do fogo para afugentar as onças que os missionários encontraram na Serra da Ibiapaba declara que: “eu entendo que mais se afasta do fogo da

luz do que por temor do calor, verificando-se até nestas feras o aborrecimento à luz dos que obram mal” (CARVALHO, 1995: 64). O paralelo aqui é nítido: a onça é comparada ao ser humano que, quando desviado da palavra de Deus, conseqüentemente praticando o mal, é molestado pela luz do verbo divino. Tais “erros vulgares” foram sendo corrigidos com a correta nomenclatura de Lineu (1707-1778), conforme aponta Keith Thomas. Não sem razão, o Pe. João Daniel, apesar de algumas descrições humanizantes, se aproxima em sua crônica da correta nomenclatura. Assim, no capítulo intitulado “das cobras do Amazonas”, afirma que por já ter descrito os animais anfíbios passaria a nova matéria. Sabemos que cobras são répteis, e ele atentou a isso. Significativa é a mudança da descrição dos animais nos escritos jesuíticos, pois isso nos mostra outra mudança: a da relação entre os seres humanos e animais. Com a nomenclatura de Lineu, como bem atentou Keith Thomas, o leão deixou de ser o animal “bravo” ou “selvagem” e passou a ser simplesmente um felino. Características humanas deixaram de ser utilizadas para descrever os animais. Tal processo, contudo, demandou bastante tempo. Como dissemos anteriormente, a crônica de João Daniel, apesar de alguns avanços, ainda mantém bastante do antigo modo de se classificar os animais.

As “coisas de andamento extraordinário”, como diria Inácio de Loyola, não deixaram de aparecer. Imagem recorrente nas crônicas coloniais, o peixe-boi despertou a atenção de Acuña, que, de modo analógico, o descreveu como sendo do tamanho de um bezerro de ano e meio, com o corpo coberto de pelos à moda de cerdas macias, movendo-se na água “com dois braços curtos em forma de pás, que lhe servem de remo” (ACUÑA, 1994: 78). Se o peixe-boi havia causado tal impressão, dando-lhe o merecimento de ser enquadrado como uma “coisa de andamento extraordinário”, maior estranheza causou um “peixe que os índios chamam de poraquê [...] cuja propriedade estando vivo, é fazer estremecer todo o corpo de quem o toca” (ACUÑA, 1994: 82).

Vale ressaltar que, conforme ponderou Castelnau-l'Estoile, os jesuítas possuíam dois tipos de escrita: uma administrativa, de divulgação interna, e outra literária, aberta a todos, a exemplo das crônicas (CASTELNAU, 2006: 375-377). Daí procede a presença de mais curiosidades no segundo tipo de escrita. Após ter versado sobre consolação e curiosidades tornemos ao utilitarismo, marca indelével da crônica de Acuña, pois obra encomendada pela Coroa Espanhola. É assim que o autor começa a elencar certos gêneros, sendo quatro os principais. Diz que em primeiro lugar estavam as madeiras, “que são muitas e valiosas, como o melhor ébano [...] com a certeza que, por mais que se tirem, não se esgotarão nunca”. Em segundo lugar viria o cacau “bastante apreciado na Nova Espanha ou em outro lugar qualquer, onde se saiba o que é o chocolate”. O cronista atenta que, em caso o cacau fosse beneficiado, poderia vir a ser bastante proveitoso, rendendo cada “cacauero anualmente, oito reais de prata, livres de qualquer despesas”. Em terceiro lugar vinha o tabaco, posto que era tido como “um dos melhores do mundo”. Contudo, é o quarto elemento listado por Acuña que seria a “coisa mais nobre, mais proveitosa, mais segura e de maior lucro para a Coroa Real”. Era este gênero a cana-de-açúcar que “sobretudo nestes tempos em que tanto caiu o comércio do Brasil, deveria ser encarada mais a sério” (ACUÑA, 1994: 90). Até agora apontamos algumas descrições jesuíticas *edificantes* e *consoladoras* onde os padres exaltam a natureza como sendo a mão de Deus na Amazônia. Contudo, o que estava por detrás dessas descrições, quais suas intenções para além do discurso religioso? Acuña parece nos dar uma pista, quando alega que as atividades do Amazonas poderiam suprir a queda do comércio do açúcar no nordeste Brasileiro. Só que ele estava a serviço da Coroa espanhola e não Portuguesa. Serviços que poderiam lhe render algumas benesses reais. Interessante, neste particular, é uma observação de Neide Gondim quando afirma que “desviando-se da tradição bíblica, sem dela fugir totalmente, a visão edênica e a temporal e mercantilista não se contradizem. A igreja e o Estado devem

continuar a tradição ibérica, a ajuda tem que ser mútua, de tal modo que assegure a expansão da Coroa e da Fé” (GONDIM, 2007).

Cabe-nos aqui salientar sumariamente um “parêntese” feito por Alírio de Carvalho sobre o Relato de Acuña. Amparado por uma consulta do Real *Consejo de índias* o historiador alega que os conselheiros espanhóis viam com desconfiança a jornada de Pedro Teixeira, pois segundo eles tal viagem “abre porta para subir [o rio] assim os portugueses como os inimigos desta coroa”<sup>1</sup>. Posto deste modo, não é difícil entender a ordem dada para que os jesuítas Cristóbal de Acuña e Andrés de Artieda acompanhassem o capitão Pedro Teixeira em seu retorno ao Pará. O historiador ainda lembra que a restauração bragantina era apresentada “como ato de traição, não só contra Castela, mas contra a própria cristandade” (CARDOSO, 2002: 228). Em um memorial Acuña é enfático ao dizer que “E se aliados aos holandeses, como estão muitos no Brasil, tentassem semelhante atrevimento, já se vê a preocupação que poderiam dar”.<sup>2</sup> De fato, a preocupação do jesuíta não era à toa. A presença holandesa, por aquela altura do século XVII, era marcante no Maranhão. Portanto, as descrições de Acuña não estavam apenas ao serviço de Deus, mas também do trono de Castela já que ele veio como “olheiro” para investigar o que ocorria na porção portuguesa da América; especificamente se os holandeses do nordeste brasileiro estavam de conluio com os moradores do Maranhão, região conhecida pelo potencial açucareiro de alguns rios (potencial destacado pelo jesuíta).

---

<sup>1</sup> “Consulta de el Consejo de índias azerca de la entrada que hizo el capitam Pedro Tejeira, por el Rio de Amazonas, Al Peru. Madrid, 28 de janeiro de 1640. Biblioteca da Ajuda, Mss., livro 51 – IX-28, fol.25. apud CARDOSO, Alírio. *Insubordinados, mas sempre devotos. Poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão*. Dissertação de mestrado apresentada a UNICAMP. Campinas, 2002, p. 224.

<sup>2</sup> “Memorial apresentado ao Real Conselho as índias sobre o dito descobrimento, depois da rebelião de Portugal” apud CARDOSO, Alírio. *Insubordinados, mas sempre devotos*, 228-229.

Contudo, Acuña não foi o único jesuíta que passou pela região. Muitos se estabeleceram nela e dela fizeram alguns compêndios dos recursos naturais, sendo o exemplo máximo a crônica de João Daniel (sec. XVIII), à qual voltaremos em momento oportuno. De tal feita, passemos a representação dos índios da Amazônia colonial.

### **A representação dos índios no embate entre discursos distintos: jesuítas e colonos**

A representação dos índios da qual falaremos aqui será ponderada a partir da visão de Roger Chartier, que afirma que não há “prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos sociais dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991). Neste sentido lembramos que são distintas as representações sobre os índios do Maranhão elaboradas por colonos e religiosos. Nada obstante, tais representações, para além de um simples jogo de forças entre agentes coloniais, sustentavam-se em substratos bem sólidos da mentalidade do mundo europeu. Nesse sentido nos aproximaremos do que defende Roger Chartier, na sua obra *História cultural: entre práticas e representações*, quando alega que o conceito de representação permite articular o conceito de mentalidade (CHARTIER, 1988: 23). Por mentalidade entenderemos, conforme pondera Philippe Ariès, que “tudo o que está ligado às rotinas banais da existência tende a transformar-se em traço essencial daquilo a que chamamos mentalidade” (ARIÈS, 1999: 469). Dois serão os “traços banais” analisados pela ótica jesuítica: o medo do inferno e da justiça divina.

No sentido do que foi posto anteriormente, concordaremos com Pierre Bourdieu quando considera que o valor simbólico das representações está ligado a “esquemas adequados às estruturas do mundo de que são produto”. É que

para o autor “os esquemas de percepção e de apreciação que estão na origem da nossa construção do mundo social são produzidos por um trabalho histórico coletivo, mas a partir das próprias estruturas deste mundo” (BOURDIEU, 2010, 238). Passemos a articular representação, mentalidade e discurso partindo dos escritos vieirinos sobre os índios do Maranhão.

Em 6 de maio de 1653, Vieira expede uma carta endereçada ao Pe. Francisco de Moraes. Ao ver tantas almas de índios padecendo devido ao pouco esforço da Coroa portuguesa (lembramos que se trata dos tempos do Padroado) em levar a luz do evangelho àqueles sertões, dizia: “Amigo, não é o temor do inferno o que me há de levar ao céu: o amor de quem lá [céu] se deixa ver e gozar sim” (VIEIRA, 2008: 234). Após esse aparente abandono do medo do inferno o jesuíta dá uma meia volta e conclui: “nesta vida há morte, na outra inferno; e ainda é pior que um e outro o esquecimento de ambos” (VIEIRA, 2008: 234).

Para além do medo que o Pe. Vieira sentia em não conseguir salvar as almas dos índios do Maranhão, ele utiliza aquela estrutura mental, adaptando-a ao seu discurso, com o intuito de convencer não apenas seus pares de religião, mas também todo o público leitor leigo da Companhia de Jesus, público muito vasto e que sempre cobrava notícias do que se passava nas possessões lusas.

O exposto até agora nos permite perceber que a representação vieirina sobre o índio do Maranhão era a de vítima indefesa, pois sem a luz dos santos evangelhos haveria de queimar no eterno fogo. Tanto é assim que ele próprio, para dar maior convencimento a sua representação, não se furta em colocar tanto a Companhia de Jesus quanto a Coroa Portuguesa como culpadas (em potencial!) por aquela possível derrota. Desse modo, ao chamar a responsabilidade para si e sua Ordem, o jesuíta justificava todo o empreendimento da Companhia de Jesus na Amazônia e, de rebote, ainda invocava a assistência de Portugal naquele apostolado. Toda essa estratégia de discurso, no qual o índio é vítima, ou melhor, no qual é representado como



vítima, logo ganharia novo emprego: os índios para além de vítimas da falta de pastores passariam a vítimas da escravidão dos colonos. Esta foi a situação do motim de 1661, no qual o Pe. Vieira foi expulso do Maranhão. Significativo, o episódio deu lugar a trasladação do conceito de bárbaro aos colonos. Passemos a ele.

Várias foram as cartas que tanto Antonio Vieira quanto a Câmara do Pará produziram sobre tal motim. Todavia, mais interessante é o Sermão da Epifania pregado pelo jesuíta na capela Real, no ano de 1662, a D. Luiza, regente do trono na minoridade de D. Afonso VI. É neste documento que encontramos as mais incisivas críticas, através de representações mais contundentes, dispensadas por Vieira àqueles que entravam em conflito naquilo que tangia o cativo dos índios. Assim, Antonio Vieira refere-se a Belém do Grão-Pará como a *Pátria do Anticristo*, na qual prevalecia a desmedida cobiça de colonos insaciáveis por mão-de-obra indígena. Após pintar a situação amazônica com as cores que melhor convinham à Companhia de Jesus, Antonio Vieira finaliza o seu sermão com algumas possíveis soluções para restaurar a ordem nas capitanias do Maranhão e Grão-Pará. Uma de tais soluções propostas já nos chama atenção à obstinação do Superior das Missões e Visitador Geral: a volta dos missionários às paragens amazônicas. Analisemos um pouco mais o sermão.

Vieira não se furta a aproximar a figura dos colonos revoltosos à do Diabo. Exclama:

Levantou o demônio este fumo ou assoprou este incêndio entre as palhas de quatro choupanas, que com o nome de Belém, puderam ser a pátria do Anti-Cristo [...] Treme, e tem horror a língua de pronunciar o que viram os olhos; mas sendo o caso tão feio, tão horrendo, tão atroz, e tão sacrílego que não se pode dizer, é tão público e tão notório que não se deve calar (VIEIRA, 1951: 15).

De fato, o Superior da Missão não se cala e, ante a Rainha Regente Dona Luiza e o príncipe Afonso VI, narra todo o acontecido através de seu sermão. Lamenta a expulsão da Companhia não por seus padres, mas pelos “pobres miseráveis índios, que são a presa e os despojos de toda essa guerra”. Ao mesmo tempo em que retoma a imagem dos índios enquanto vítimas, trata logo de representar os amotinadores como verdadeiros demônios que deveriam ser punidos. Dito assim, parece que o discurso não seria convincente para comover a Rainha. Todavia, Vieira alega que no Maranhão a Companhia fazia nascer Cristo no coração dos gentios (lembramos da Graça Divina, explicada anteriormente), sendo os colonos os perseguidores do mesmo Cristo. Novamente a *edificação* evidenciando todas as dificuldades em relação ao trabalho missionário. Diz: “Assim havia de ser, e assim foi, e assim tem nascido Cristo em diferentes tempos em tão diversas partes do mundo; mas em nenhum tempo, e em nenhuma parte onde logo não tivesse um Herodes que o perseguisse” (VIEIRA, 1951: 19). Mais à frente:

Finalmente nasceu Cristo na conquista do Maranhão, que foi a última de todas as nossas; e para que lhe não faltassem naquele Belém e fora dele os seus Herodes, se levantaram agora e **declararam contra Cristo em si mesmo**, e em seus pregadores, os que tão ímpia e barbaramente não sendo bárbaros o perseguem. (VIEIRA, 1951: 20)

Como dissemos anteriormente, os índios passaram de vítimas condenadas ao inferno, em decorrência da falta da luz da palavra de Deus e de padres que acordassem a Graça Divina nos seus corações, a morada de Cristo; e os colonos, foram de entrave à empresa catequética (ainda que cristãos) a bárbaros. Os primeiros sofreram uma gradação; os segundos uma degradação no discurso do Vieira. O jesuíta mostra toda a sua perplexidade no ineditismo daquela perseguição, pois “nas perseguições dos Neros e Dioclecianos os gentios perseguiram os mártires [...]; mas nesta perseguição nova e inaudita, os cristãos [os portugueses] são

os que perseguem os pregadores, e os gentios [índios do Maranhão] os que os adoram” (VIEIRA, 1951: 21).

Antonio Vieira intentava reverter a imagem feita pelos colonos aos índios do Maranhão, vistos como inimigos da fé católica e por isso dignos de cativo (lembramos dos casos da guerra justa). O jesuíta é irônico ao se referir aos catecúmenos como feras, aves de rapina e monstros. Em verdade, ele trasladava todos esses termos aos colonos amotinadores, representando-os deste modo. Ainda proferindo seu sermão a Rainha Dona Luiza:

E estas são hoje as feras que em vez de nos tirarem a vida, nos acolhem entre si, e nos veneram como os leões a Daniel: estas as aves de rapina que em vez de nos comerem nos sustentam como os corvos a Elias; estes os monstros que em vez de nos tragarem e digerirem, nos metem dentro nas entranhas, e nelas nos conservam vivos, como a Baleia a Jonas. (VIEIRA, 1951: 23).

João Daniel, já no século XVIII, novamente traslada os conceitos de bárbaro/gentio aos colonos. Remonta a questão das representações distintas dos índios, quando alega que os colonos ora os tinham por animais (macacos) ora por seres humanos inferiores. No fragmento a seguir o jesuíta é perspicaz ao considerar que as duas representações são passíveis de pena e que, em verdade, os “falsos cristãos” são os colonos.

Vós dizeis que os índios não são gentes: por outra parte abusais, como **gentios** [os colonos], ou falsos cristãos [os colonos], do sexo feminino. Pois uma de duas: ou eles são gente como nós, ou são monstros, e macacos. Se monstros, incorreis nas penas do nefando crime de bestialidade, e como réus deveis dar pública satisfação pelo Santo Ofício, sendo chamuscados, e queimados. E se isto vos cheira a chamusco, deveis confessar, que são gentes, e tão homens e verdadeiramente racionais como vós: e então também não vos limais, nem livrais do grande crime de homicidas, e como tais deveis ser suspensos em uma forca (DANIEL, 2004: 264).

## Conclusão

Como vimos ao longo deste artigo, fica patente que o duelo entre colonos e jesuítas estava para além da questão da legislação colonial portuguesa que, via de regra, era engendrada pela guerra de pena e tinta travada entre ambas as instâncias. Sendo assim, é imperativa uma melhor análise das letras inacianas no intuito de descortinar as intenções ocultas do padrão de escrita pensado por Inácio de Loyola e que fora amplamente empregado na Amazônia colonial portuguesa por seus súditos. Nada obstante, por longo período a Companhia figurou como uma das principais fontes de codificação dos recursos naturais da Amazônia, o que lhe garantiu certo conforto quando apresentava suas acusações contra os colonos ante a Coroa Portuguesa. Nesse sentido, podemos perceber que a Ordem religiosa teve a preocupação de empregar todos os conceitos de sua escrita, conceitos criados pelo próprio Santo Inácio, tanto quando da descrição das sociedades amazônicas, quanto na descrição dos recursos naturais. De igual modo, ainda podemos atentar para uma alteração, bastante gradual, nesta escrita inaciana, já que do século XVII ao XVIII inúmeras foram as mudanças no modo de ver o mundo natural.

## Referências

ACUÑA, Pe. Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas* [1641]. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

ARIÈS, Philippe. “A história das mentalidades”. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques. *A nova história*. Coimbra: Almedina, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARDOSO, Alírio. *Insubordinados, mas sempre devotos. Poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão*. Dissertação de mestrado apresentada a UNICAMP. Campinas, 2002.

CARVALHO, Pe. Jacinto. *Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão*. São Luis: ALUMAR, 1995.

CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril. Os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru/SP: EDUSC, 2006.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Vol. 5, n.11, jan/abr 1991 (<http://www.scielo.br/scielo.php>).

COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem: Alexandre Rodrigues Ferreira e o conhecimento construído na Viagem Filosófica às capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

“Consulta de el Consejo de índias azerca de la entrada que hizo el capitam Pedro Tejeira, por el Rio de Amazonas, Al Peru. Madrid, 28 de janeiro de 1640. Biblioteca da Ajuda, Mss., livro 51 – IX-28, fol.25.

DANIEL, Pe. João. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, vol. I, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. “A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4. n. 8 (1991).

FIGUEIRA, Pe. Luis. “Relação da Missão do Maranhão”. In: LEITE, Serafim. *Luiz Figueira: a sua vida heróica e a sua obra literária*. Lisboa: Divisão de publicações\Agência geral das colônias, 1940.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. Manaus: Editora Valer, 2007.

HANSEN, João Adolfo. “A escrita da conversão”. In: COSTIGAN, Lúcia Helena. (org.). *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

LOYOLA, Ignace. *Écrits*. Paris: Desclée de Brouwer, 1991.

LOYOLA, Inácio de, SJ. *Cartas de Santo Inácio de Loyola*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LOYOLA, Inácio S.J. *Exercícios Espirituais*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra a vista. Discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

PÉCORA, Alcir. “Vieira e a condução do índio ao corpo místico do império português (Maranhão, 1652-1661)”. In: COSTIGAN, Lúcia Helena. (org.). *Diálogos da conversão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: el rio tiene voces*. Chile: Fondo de Cultura Económica, 2009.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da Colonização*. São Paulo: Edusp, 1996.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1580-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

UGARTE, Auxiliomar. *Sertões de bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)*. Manaus: Editora Valer, 2009.

VIEIRA, Antonio S.J. *Cartas*. Vol. 1. São Paulo: Editora Globo, 2008.

VIEIRA, Antonio. *Obras completas do padre Antonio Vieira: sermões*. Porto: Lello & Irmão, 1951, vol II.

VIEIRA, Pe. Antonio. “Relação da Missão da Serra da Ibiapaba”. In: *Obras escolhidas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa\Editora Lisboa, 1951, vol. V.

## OS DIÁRIOS DE VIAGEM DE CUNHA MATTOS E IGNÁCIO MOURA (1839-1910) – UM BREVE ESTUDO DA PAISAGEM DO ITACAIÚNAS<sup>1</sup>

Anna Carolina de Abreu Coelho

Partindo dos interesses do presente relacionados às relações entre homem e natureza e das bruscas transformações da paisagem ocorridas durante o século XX, esse texto busca compreender melhor a historicidade do olhar sobre as paisagens durante os séculos XIX e início do XX na região do Araguaia especificamente nas proximidades da atual cidade de Marabá, utilizando como fontes os diários de viagens escritos em diferentes temporalidades (WORSTER, 1991:198-215).

As viagens se tornaram mais comuns durante o século XIX devido às melhorias no âmbito dos transportes que diminuía o tempo gasto para percorrer as localidades, como comprovam o aumento do número de publicações de narrativas de viagens. Entre os vários tipos de viagens no século XIX estavam: as viagens científicas, as de cunho pessoal (cuja estética dos diários de viagem se aproximavam muitas vezes do romantismo) e as viagens a serviço do país ligadas ao conhecimento e ao poder político (COSTA, 2006).

Arguindo a respeito das viagens a serviço do país o Barão de Marajó,<sup>2</sup> acreditava que estas proporcionavam o conhecimento das províncias, em especial dos recantos mais longínquos, esse conhecimento era essencial para a unidade nacional porque com uma elite conhecedora das especificidades regionais promoveriam

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultante da pesquisa intitulada *Paisagem do Araguaia através do tempo – um estudo comparativo dos diários de viagem de Raimundo José da Cunha Mattos e Ignácio Moura (1836-1910)* cadastrada no IETU/Unifessapa. Apresentada no X Simpósio Regional de História, organizado pela ANPUH-PA em 2016, a versão apresentada neste artigo foi revista e ampliada.

<sup>2</sup> Um intelectual e político que ocupou diversos cargos públicos durante o segundo reinado e no início do período republicano. Escreveu entre outras as obras *Um Protesto* (1884) e *As Regiões Amazônicas* (1896).



uma descentralização e respeito às especificidades provinciais evitariam revoltas e movimentos separatistas. (COELHO, 2015). Essa prática foi seguida por alguns intelectuais e políticos do século XIX, que viajaram pelo próprio país, produzindo relatos dessas viagens como: Couto de Magalhães na obra *Viagens ao Araguaia* (1863); João Severiano da Fonseca em *Viagem ao redor do Brasil* (1875-1878); Gonçalves de Magalhães em *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 a 1840* (1848); Filipe Patroni com o relato *A viagem de Patroni pelas províncias brasileiras* (1851); e Dom Romualdo de Seixas em *Memória dos diferentes sucessos de uma viagem do Pará ao Rio de Janeiro* (1814).

Ainda no período regencial o militar, político e estudioso de geografia Raymundo José da Cunha Mattos publicou em 1836, um longo “itinerário de viagem” que foi dedicado ao regente Diogo Feijó intitulada *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás* (1836). Nessa obra Cunha Mattos narra suas viagens do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, procurando descrever minuciosamente cada localidade sob a perspectiva da geografia física, dialogando com obras anteriores que relatavam viagens nos mesmos locais.

Nos fins do século XIX e início do XX o regime republicano buscava uma integração e conhecimento específico desses territórios considerados “sertões” dando continuidade às viagens e muitas vezes financiando esses empreendimentos. Uma dessas viagens foi a do engenheiro Ignácio Moura, na época deputado que tinha o objetivo de produzir um relatório sobre o burgo agrícola de Itacaiúna, essa viagem ocorrida em 1896, sendo publicada posteriormente em 1908 com o título *De Belém à São João do Araguaia*. Moura pretendeu analisar as condições de colonização apresentadas pelo Burgo de Itacaiúnas que recebia subsídios do governo

Analisamos os relatos de Raimundo José da Cunha Mattos e de Ignácio Moura buscando a historicidade das relações entre homem e natureza no Araguaia, mais especificamente das

proximidades do Itacaiúna. Produzidos em situações específicas, esses dois diários escritos por intelectuais viajantes a serviço do país, ou região expressam a historicidade na forma de perceber a paisagem do Araguaia. Trata-se de uma análise histórica de uma fonte muito específica que são os diários de viagens, assim, conforme lembram os historiadores Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira, o historiador social deve ficar atento a três importantes pontos: o autor, obra e contexto (CHALHOUB & PEREIRA, 1998).

Nesse sentido, o texto possui uma lógica social inserida no contexto do tempo de sua produção, dessa forma a reflexão a respeito da literatura deve historicizar o texto, inserindo-o no movimento da sociedade e buscando revelar a forma como constrói ou representa sua realidade social. Sendo modelar a forma utilizada por Raymond Williams em o *Campo e a Cidade* para compreender os autores e suas obras dentro de sua “comunidade cognoscível”. Assim procuramos perceber as mudanças e/ou permanências na forma de olhar a paisagem, a partir da perspectiva de Raymond Williams. Este autor ao analisar textos dos autores Gilbert White, William Cobbett e Jane Austin que foram escritos em diferentes épocas, mas que descrevem a região de Farnham, localizada na zona rural inglesa, considerou as diferentes possibilidades de abordagem literária da paisagem de um mesmo local expressando a natureza do local:

As relações reais entre homens e natureza, e existência do real do observado e daqueles que ele podia ver apenas dissolvidos numa paisagem, voltavam como um problema: de identidade, de percepção e da própria natureza (WILLIAMS, 2011:212).

## **O Itinerário de Cunha Mattos**

Entre 1720 e 1770 a coroa portuguesa proibiu a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins, na tentativa de evitar o contrabando de ouro, dessa forma não havia uma regularidade da ocupação não indígena nesse território, porém com o declínio da

atividade mineradora em Goiás no início do século XIX, começaram a haver incentivos à navegabilidade através de viagens exploratórias, pretendendo futuramente uma ligação de Goiás até Belém (GIRALDIN, 2002:5).

É nesse contexto que podemos inserir as viagens de Cunha Mattos. Este viajante relata o aumento das explorações na década de 20 do século XIX, segundo ele já haviam trabalhos de referencia escritos entre 1823 e 1826, produzidos em expedições destinadas à demarcação de limites, sendo de difícil acesso pela raridade ou valor alto:

(...) de 1823 a 1826, em que escrevi os que agora apresento, são os dos Astrônomos, Engenheiros e Naturalistas empregados nas demarcações dos limites do Rio Grande, Mato Grosso e Pará; as relações das visitas do Bispo D. Fr. Caetano Brandão; o Diário da viagem do Ouvidor do Rio Negro, Francisco Xavier de S. Paio; e o Roteiro do Coronel Sebastião Gomes da Silva Belford, desde a Cidade de S. Luiz do Maranhão até ao Rio de Janeiro. Os escritos do viajante Inglês Mawe, do Príncipe de Neuwied, do Barão de Eschwege, do Tenente Coronel Varnhagem, os do outro Inglês Koster, e de mais alguns naturais e estrangeiros, apresentam muitas vezes relações itinerárias, isto é, a descrição seguida das marchas que fizeram durante as suas científicas explorações. Depois do ano de 1826 apareceram as estimáveis obras dos Doutores Spix e Martius, Augusto de S. Hilaire, Major d'Alincourt, e mui poucos outros escritos com forma de Itinerários; mas quasi todas elas em razão do seu alto preço ou raridade, não andam em mãos daqueles que não possuem meios de as consultarem.<sup>3</sup>

Cunha Mattos tinha formação militar era formado na Escola Regimental do Algarves em matemática pura aplicada à artilharia, após uma estadia de 19 anos em São Tomé e Príncipe, estabeleceu-se ao Reino Unido (Brasil, Portugal e Algarves) por volta de 1817.

---

<sup>3</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e C<sup>a</sup>, 1836. p.8-9.

O contexto da escrita da obra de Cunha Matos é a independência política do Brasil e sua postura guarda uma concepção ampla de pátria; conforme a historiadora Marta Vieira, Cunha Mattos definia pátria como uma “coisa pública” e “sagrada”, na qual o rei, vinha em primeiro lugar na escala hierárquica, sendo sucedido pelo governo, pelos concidadãos, pela família e pelos amigos”; alguns de seus biógrafos referiam-se a ele como um “filosofo militar”. (VIEIRA, 2010:3)

As informações precisas sobre a navegabilidade e o tempo revelam a preocupação de Cunha Mattos com o conhecimento geográfico na tessitura do território nacional, conforme Vieira (2010) o *Itinerário* era propositivo instruindo aos outros viajantes que pretendessem adentrar o sertão, era um viajante que levava sempre o relógio e o lápis. O escritor percebia que o conhecimento empírico das viagens era um assunto de interesse científico e também voltado aos negócios para o público nacional e estrangeiro, assim sua preocupação é essencialmente medir os espaços e pensar em formas de percorrer (estradas ou navegabilidade) no menor tempo possível:

Fazendo-se de dia em dia mais interessantes os conhecimentos geográficos, físicos e políticos do Império do Brasil, aos naturais e aos estrangeiros, em razão do aumento da sua agricultura, acrescentamento da sua população, desenvolvimento do seu comércio, progressos científicos dos seus habitantes, e sobre tudo pelo extraordinário empenho que se mostra na carreira das empresas da navegação, abertura de estradas e canais que facilitem os meios de transportes, e o estabelecimento de Colônias agrícolas e de mineração, lembrei-me de procurar entre os meus manuscritos estatísticos, geográficos e históricos, o Itinerário que escrevi durante as minhas marchas, e no exercício de Governador das Armas da Província de Goiás, por me persuadir que esta obra. Pode ser de alguma vantagem àqueles que nas sobre ditas circunstancias desejarem consulta-la. <sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e C<sup>o</sup>, 1836. p.7.

Essa preocupação se revela em suas observações a respeito dos caminhos fluviais, por exemplo, ele relata que havia alguns trechos próximos ao rio Itacaiúnas que apresentavam boa navegabilidade, essa questão era fundamental para guiar os futuros exploradores a respeito das formas de percorrer o espaço dos sertões e o tempo que era demandado para o trajeto.

Cunha Mattos também observou se havia na paisagem quaisquer traços materiais deixados pelos colonizadores, pontuando marcos de construção como os que ficavam entre Goiás e o Pará, uma delas era um presidio no rio Araguaia:

Presidio - Da parte superior do Tauiry até ao Rio dos Tacaiunas ou Tacanhunas ou Itacahunas ha dois dias de viagem em rio limpo. Entra na margem esquerda do Tocantins, vindo de Oeste com grande volume de agua. Na margem esquerda do Tacaiunas estabeleceu um posto militar o Governador e Capitão General de Goiaz D. João Manoel de Menezes no ano de 1801. Este presidio passou a ser guarnecido por tropas do Pará, e o Comandante dele por ordem superior removeu-o em 1804 para a foz do Rio Araguaia onde ainda hoje se conserva.<sup>5</sup>

Em outro momento o autor analisa a nomenclatura dos espaços que foram mapeados por viajantes que o antecederam observando que locais tinham seus nomes modificados conforme o interesse de alguns viajantes. Estes intelectuais pretendendo agradar os que lhes hospedaram procuravam mudar os nomes de alguns lugares como rios, córregos e ribeirões com o objetivo perpetuar a memória dos que lhes hospedaram<sup>6</sup>:

---

<sup>5</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e C<sup>a</sup>, 1836. p.222.

<sup>6</sup> Essa questão pode ser notada no romance *Inocência* escrito pelo Visconde de Taunay, em um dos capítulos um naturalista alemão, ao encontrar um espécime novo lhe dá o nome da filha do fazendeiro que o hospedou. Ver: TAUNAY, Visconde de. *Inocência*. Série Bom Livro. 27 ed. São Paulo, Ática, 1998.

Os curiosos comparando os meus mapas e Itinerários com os mapas antigos, acharão diferenças em nomes de alguns lugares: eu dou a razão dessas alterações. No sertão cada fazendeiro tem um santo, seu advogado ou intercessor; e acontecendo estabelecer um sítio ou fazenda, põe-lhe às vezes o nome desse santo; e isto mesmo também se pratica em algumas ocasiões de compras de antigas propriedades, mudando os novos senhores os nomes com que as fazendas eram conhecidas até esse tempo.

Ninguém mais fez uso desta liberdade do que o sábio Barão de Eschwege, e Mr. Marlière. Eles mudaram e deram novos nomes a rios, córregos e ribeirões, principalmente nas proximidades do Rio Doce, talvez por motivos bem fundados. Outros viajantes estrangeiros também os imitaram a este respeito, para fazerem obséquios e perpetuarem a memória dos fazendeiros que os hospedarão nas suas casas: eu apresento um exemplo, e poderia oferecer muitos mais.<sup>7</sup>

No texto de Cunha Mattos a hospitalidade revelava-se moeda de troca entre proprietários e intelectuais viajantes. Dessa forma, os proprietários poderiam encontrar uma forma de plasmar sua memória individual, na nomenclatura de rios, córregos e ribeirões; por outro lado os viajantes conseguiam uma estrutura mínima para conseguir executar seus trabalhos em locais de difícil acesso. Essa prática, mencionada por Cunha Mattos indica a tessitura de um espaço de memória, marcado pela interação com a natureza.

Há pouco lugar para as descrições das paisagens do Araguaia sob o ponto de vista mais pessoal, o *Itinerário* busca por um estudo desse espaço que tornasse possível a navegabilidade produzindo uma mensuração do tempo necessário para percorrê-lo. A natureza estudada sob um ponto de vista prático da geografia física, do poder de assegurar um território que pudesse ser explorado economicamente pela administração do império e das províncias no futuro, porque eram áreas pouco exploradas

---

<sup>7</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e C<sup>a</sup>, 1836. p.14-15.

não haviam sido feitas medições anteriores do Tocantins e do Araguaia:

Belém ao Araguaia. Eu mostrei no roteiro n.º 5o como teve principio a navegação do Rio Araguaia, braço ocidental do Tocantins; mostrei uma descrição do mesmo rio abaixo; agora passo a mostrar a do rio acima, para se conhecerem os processos da viagem; os dias que se gastam nas subidas das cachoeiras, que são muito mais dificultosas de vencer do que quando se navega em sentido da correnteza das aguas. Da Cidade de Belém do Pará navega-se quando principia a encher a maré, rio acima; e passando a foz do Rio Guamá, entra-se pelo Rio Mojú, que recebe o Acará, e vai-se aportar ao Engenho da Ribeira.<sup>8</sup>

A natureza foi estudada por Cunha Mattos sob um ponto de vista prático da geografia física, do poder de assegurar um território que pudesse ser explorado economicamente pela administração do império e das províncias no futuro, porque eram áreas pouco exploradas não haviam sido feitas medições anteriores do Tocantins e do Araguaia.

Dessa forma ocorre em Cunha Mattos uma visão utilitária da natureza, relacionando-se a esse comentário de Carcius Santos: “a relação homem-natureza no século XIX era norteada pelas estratégias de ocupação dos espaços territoriais, com vista ao aproveitamento econômico dos recursos naturais e a formação de domínios.” (SANTOS, 2007:32).

A formação de Cunha Mattos em matemática feita em uma escola militar influencia seu olhar sobre a paisagem, onde sua perspectiva é a de mensuração do espaço da geografia física, preocupa-se com as necessidades de conhecer o território chegando a elaborar um mapa de Goiás. A medição e o conhecimento desse espaço facilitaria futuros projetos relacionados à mineração e ao “aumento da agricultura”.

---

<sup>8</sup> MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás*. Rio de Janeiro: J. Villeneuve e C<sup>ª</sup>, 1836. p.217.

## **Ignácio Moura - De Belém a São João do Araguaia**

Com o advento do segundo reinado ocorreu uma dinâmica de propostas para a abertura dos rios às navegações, missões religiosas de os capuchinhos, os salesianos e os dominicanos foram subvencionadas pelo governo imperial e fizeram parte de frentes de expansão no Araguaia, Xingu, Tocantins e Amazonas. O recém-instituído regime republicano continuou apoiando as missões religiosas como demonstra a atuação de Frei Gil Villanova, dominicano de origem francesa, que entre 1889 e 1904 atuou em uma missão que viria a ser conhecida como “Conceição” nas proximidades do Araguaia, Frei Gil conseguiu apoio governamental do estado do Pará nas gestões de Paes de Carvalho e de Augusto Montenegro. (CHAVES, 2008:129-132)

Nesse contexto deve ser pensado o texto de Ignácio Moura. O autor, nascido em Cametá, cidade paraense próxima de Belém, era engenheiro, em 1826 tornou-se presidente de honra do Instituto Histórico e Geográfico do Pará; esteve ligado à divulgação da Amazônia em eventos internacionais como o Congresso Internacional de Americanistas (1908) que ocorreu na cidade de Viena; o mesmo ocorreu em 1893, quando esteve com o Barão de Marajó e outros intelectuais para representar o Pará na Exposição de Chicago.

Publicou em 1908 a obra *De Belém a São João do Araguaia*, esse livro foi o resultado de um relatório feito em 1896, a serviço do governo do Pará. A viagem tinha o objetivo de analisar as condições apresentadas no Burgo de Itacaiúnas, atual cidade de Marabá-PA, o governo do Pará havia concedido um território nessa região a Carlos Leitão, cujo objetivo era formar uma vila e explorar a agricultura, a pecuária e o extrativismo da castanha do Pará. (CORMINEIRO, 2015:8). Nesse trecho, Moura apresenta o Burgo de Itacaiúnas:

Dai a alguns minutos, saltávamos no Burgo de Itacaiúna e éramos recebidos pelos colonos, tendo á frente Carlos Leitão , que nos cercava de obsequiosidades, de modo que compensassem os enfados



anteriores. Eis os principais trechos do extenso Relatório que sobre esse Núcleo Colonial apresentamos ao Governo do Estado do Pará, como resultado da comissão a nós incumbida naquela viagem.<sup>9</sup>

O texto inicia com um artigo escrito pelo Barão de Marajó a respeito de suas memórias da cidade de Belém entre 1847 e 1897, depois Ignácio Moura disserta a respeito de sua viagem partindo de Belém atravessando cidades próximas ao rio Tocantins até chegar o rio Araguaia, a narrativa segue em uma linguagem agradável voltada a um público mais abrangente, inspirado em narrativas de viagem do século XIX. (CABETE, 2010). Na última parte, anexa seu relatório da viagem a serviço no Burgo de Itacaiúnas, demonstrando a atuação de um intelectual viajante a serviço de seu país e de sua região (COSTA, 2006, p.33).

A natureza e as formas de viver da povoação do Itacaiúnas são descritas com o mesmo cuidado que a as condições de navegabilidade. Sendo que o texto se centra em discutir as possibilidades de colonização enfatizando as atividades econômicas produtivas, como é possível perceber em seu relato que descreve a povoação do lago Vermelho (próximo ao rio Itacaiúnas):

Quando subi aquela escada de Jacob no dia 25 de Março, dei em cima com o terreiro limpo, que forma a única rua da povoação. Galinhas mariscavam e cabras pastavam num silêncio beatífico, enquanto as mulheres, descuidosamente, na sala aberta das casas, fiavam á roca ou catavam o milho estendido nas esteiras enxutas. Parecia reinar ali a constituição da primitiva vida patriarcal: havia só uma casa de forno para fazer a farinha de todos aqueles lavradores. Mestre Germano, o negro patriarca daquela aldeia, rodava ao forno, enquanto o rapazio charqueava ao sol carnes de anta, veado e caitetú.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> MOURA, Ignácio de. *De Belém a São João do Araguaia: Valle do Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.p.249-250.

<sup>10</sup> MOURA, Ignácio de. *De Belém a São João do Araguaia: Valle do Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.p.245.

A descrição da “primitiva vida patriarcal”, sob a liderança de mestre Germano, cujo povoado possuía pequenas criações, plantações e apenas um forno de farinha, demonstrava uma preocupação com as formas de produção agrícola e pastoril. Estas se mostravam obsoletas ao olhar do viajante que pretendia analisar as possibilidades de uma produção agropastoril no núcleo colonial do Burgo de Itacaiúnas

Conforme Lacerda e Vieira havia um projeto no final do século XIX e início do XX expresso em textos produzidos por autoridades e grupos de letrados nos quais a ideia de progresso e desenvolvimento partiria da floresta e dos espaços rurais. Porém essa elite considerava que um dos entraves para o progresso era a natureza fértil e até mesmo excessiva unida a uma agricultura rudimentar. Desse modo, o ensino agrícola, a correção dos “excessos da natureza” e o saneamento rural se constituiriam como soluções para o enfrentamento de problemas para colocar em prática a proposta de desenvolvimento do Pará nos primórdios da república (LACERDA; VIEIRA, 2015:159-160). Dessa forma, o Ensino agrícola seria uma proposta para esses letrados que:

Entendendo os agricultores como atrasados e pouco civilizados, desconsiderando a cultura dos lavadores do interior do Pará, que associavam muitas vezes a lavoura com o extrativismo, tais observadores viam no ensino agrícola a solução para este problema. (Lacerda; Vieira, 2015:164)

Esse tipo de perspectiva sobre a natureza e as atividades agrícolas pode ser observada no discurso de Ignácio Moura. Uma relevante questão para o autor era a falta de modernização na lavoura, não havia, por exemplo, moendas e forno para o fabrico de farinha; havendo um contraste entre a fertilidade da terra e as formas de produção. Devido a essa situação Moura acreditava que era mais viável a pecuária para a região devido a uma área de pastagem na região próxima ao Maranhão e a Goiás, local de

onde vinham as provisões de carne verde. Para o autor a vocação dos moradores do Itacaiúnas era a criação de gado:

A realização deste melhoramento daria como resultado o estabelecimento de uma colônia pastoril de mais futuro que a pequena colônia agrícola já existente, produzindo despesas e utilizando a verdadeira vocação daqueles habitantes, que sempre foram criadores e só cultivam a terra por necessidade, para tirar desta o preciso á sua subsistência. Existiam então no Burgo Itacaiúna, em domicilio próprio, 222 habitantes, compostos na maior parte de órfãos e mulheres, constituindo 55 famílias agrícolas.<sup>11</sup>

Os moradores do burgo de Itacaiúnas eram foragidos das lutas de Boa Vista (que pretendiam a separação entre Tocantins e Goiás). O povoado se situava junto à foz do rio Itacaiúnas. Foram destacadas por Moura as condições climáticas e topográficas, de modo a observar se haviam condições satisfatórias e higiênicas para a implantação da colônia agrícola, em geral ele considera boas essas condições com clima ameno próximo aos 28° centígrados, no entanto observa a insalubridade dos castanhais “conhecidos pontos de infecção da moléstia”.

A questão climática da região já era considerada como um aspecto primordial nos projetos de atração de imigrantes estrangeiros desde o século XIX, sendo que diversas estratégias discursivas eram utilizadas nas obras de propaganda oficial como o livro *El Pará* (1895) que circulava em cidades espanholas, de acordo com Sarges e Gomes:

Dessa forma, pretendia-se mostrar, através de dados e testemunhos de sábios e viajantes, considerados “insuspeitos” pelo governador, que a temperatura sob a linha dos trópicos era suportável – agradável, até – e que não havia a alardeada insalubridade que causava pavor, opondo-se à detração regional levantada pelos sulistas em relação aos aspectos sociais, salutareos e geográficos da Amazônia, “demonstrando a superioridade do clima em razão dos ventos gerais e alísios e das

---

<sup>11</sup> MOURA, Ignácio de. *De Belém a São João do Araguaia: Valle do Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.p.253.

chuvas abundantes”, contribuintes indispensáveis da salubridade e habitabilidade do solo. (SARGES & GOMES, 2014:4)

Além de demonstrar preocupação com as questões de clima e salubridade da região, Moura em sua narrativa faz um texto muito elogioso, até mesmo heroico sobre os irmãos Pimentel e Heliodoro Lima em sua busca dos campos gerais, cuja aventura resultou na descoberta do caucho, uma variedade de árvore de onde se podia extrair o látex, eles chegaram próximo aos campos, mas era um território indígena e não prosseguiram a viagem. Ocorrendo na obra de Moura conexões discursivas entre a narrativa sobre os irmãos Pimentel em sua busca do “El-Dorado” com a literatura grega (argonautas), com textos bíblicos (Moisés), história dos grandes navegações (Colombo) e com uma obra clássica do renascimento italiano a *Divina comédia* de Dante Alighieri:

**Pobres Moisés**, que viam a terra prometida ao longe, onde, se tivessem a felicidade de tocar, não teriam aventura de lhe gozar os frutos. (...)

Três companheiros, já enfraquecidos pela derrota e desesperados do bom êxito, foram de acordo que se dividisse o resto da farinha, a fim de poderem tocar para traz; porém, os dois Pimenteis e Heliodoro Lima, de armas na mão, lhes intimaram prosseguissem até aos campos ou até á morte. Este movimento de energia daqueles **Colombos de um novo mundo** produziu a harmonia na equipagem e restabeleceu a confiança nos chefes e o entusiasmo na empresa. O espírito de exaltação dos exploradores era tal que, apesar da alimentação sofrível, cada um deles apresentava a fisionomia emagrecida, como aqueles **fantásticos heróis que o Dante pintou no caminho do Inferno**, ou como os **argonautas que procuravam o Velocino de Ouro**. Antônio Pimentel, na luta das insônias golpeadas pela energia viril, sonhou que vira uma barraca indígena bem próxima de campos extensos, tão risonhos como aqueles em que brincava na infância. Os sonhos eram narrados aos pobres companheiros, em cujas faces amarelecidas parecia já passar o sorriso da descrença ou idiotismo do cético.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> MOURA, Ignácio de. *De Belém a São João do Araguaia: Valle do Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.p258.

A memória de Carlos Leitão e dos irmãos Pimentel é recorrente em obras sobre a região, como marco da fundação da cidade de Marabá.<sup>13</sup> Sobre Carlos Leitão alguns trechos do documento escrito por Ignácio Moura apresentam a imagem do administrador do Burgo como um homem de sensibilidade acolhendo as famílias em um barracão “Carlos Leitão, para dar guarida a muitas famílias que ficaram sem casa, mandou construir um grande barracão de 25 metros de comprimento sobre 8 de largura com as precisas divisões”. Em outro momento Leitão é descrito como fidalgo por Moura “o Sr. Carlos Leitão, sempre com o mesmo **trato fidalgo**, cedeu-nos uma canoa e guias que nos ajudassem a explorar rio acima, até ao ponto que fosse da nossa vontade”.<sup>14</sup>

Da mesma forma em que na segunda metade do século XIX, Cunha Mattos mencionou que havia uma tendência entre os intelectuais viajantes colocar nomes dos proprietários de terras que os acolhiam nos acidentes geográficos; a memória desses proprietários ou colonos também é plasmada nas obras do início do século XX, não com a nomenclatura da natureza, mas com a construção de uma memória sobre o local. Moura sendo bem recebido por Carlos Leitão traça um perfil do responsável pelo Burgo Itacaiúnas muito elogioso (sensibilidade e fidalguia) no relatório entregue ao governo do Pará, posteriormente publicado na forma de literatura de viagem de certa forma perpetuando a memória de Leitão (administrador) e dos Pimenteis e Heliodoro como heróis da região que hoje é o município de Marabá. Carlos Leitão teria recebido os Pimenteis como heróis em meio a festas entre a povoação do Burgo, e seria um dos que tentaram divulgar a façanha dos irmãos Pimentel para o governo do estado e mesmo em um jornal estadunidense:

---

<sup>13</sup> Pode ser encontrada essa referência em muitas obras que falam sobre a região, a exemplo de Marília Emmi: EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanheais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

<sup>14</sup> MOURA, Ignácio de. *De Belém a São João do Araguaia: Valle do Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.p.260.

Carlos Leitão, com a sua gente, os recebeu como a heróis; organizaram-se festas, curaram-lhes as feridas abertas nos pés e no corpo pelos espinhos da travessia e pelos insetos, fazendo-se de tudo comunicação oficial ao Governador do Pará. Foi esta viagem interessante que excitou a curiosidade e o espírito investigador do jornalista new-yorkino.<sup>15</sup>

A questão de domesticar os excessos naturais da Amazônia como um discurso recorrente entre os letrados do início do século XX, discutida por Lacerda e Vieira (2015); pode ser notada nos escritos de Moura ao elencar os Pimenteais heroicos por seu enfrentamento da natureza demonstrado nas cicatrizes de espinhos e insetos.

É importante mencionar que a população indígena não é mensurada no texto como parte do povoamento humano da região, apenas os colonos são considerados nas estimativas populacionais, os indígenas surgem neste texto de Moura como parte da natureza, devendo posteriormente tornarem-se parte da população em uma paisagem mais “domesticada”, a interação entre colonos e indígenas ocorreria no futuro com a expansão da pecuária:

O caminho traçado pelos viajantes foi aproveitado pelos selvagens, que apareceram, meses depois, nas cercanias das roças do Burgo, amedrontando os habitantes, que, para evitarem deles um ataque, organizaram muralha de pau a pique em roda de todo o povoado. Tenho já, por varias vezes, defendido pelos jornais a malévola intenção que querem prestar aqueles pobres índios, ocultos na riquezas os campos e afastados de uma civilização, que os recebe de bacamarte ao olho e de facão em punho (\*). Tenho esperanças fundadas no futuro de que só esses selvagens trarão vida ao Burgo e nos levarão até á beira encantadora daqueles campos imensos, pasto de boiadas, que farão o nosso engrandecimento pastoril e perpetuarão o nome dos ousados viajantes que sangraram os pés demarcando o caminho entre a civilização e a catequese.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> MOURA, Ignácio de. *De Belém a São João do Araguaia: Valle do Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.p.260.

<sup>16</sup> MOURA, Ignácio de. *De Belém a São João do Araguaia: Valle do Tocantins*. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.p.260.

Do mesmo modo que a pecuária e possibilidades de projetos de “integração” dos indígenas foram visibilizadas, Moura observou as atividades extrativas do caucho e da castanha, e as possibilidades de navegabilidade do Araguaia, “O Araguaia tem águas mais calmas e cachoeiras mais fáceis de remoção do que o Tocantins, existindo trechos perfeitamente navegáveis, até por vapores, como entre Leopoldina e Santa Maria, em uma distancia de 960 quilômetros”. Atentando para o abandono da colônia de São João do Araguaia desde os tempos do império, ele verificou que havia a circulação livre de criminosos de vários estados fronteiriços.

O texto de Moura descreve as paisagens de forma utilitária, procurando o que ele considerava relevante para um processo de colonização que constava nas práticas de extrativismo e pecuária visando às possibilidades de produção em uma vindoura modernidade para a região.

### **Considerações finais**

Os diários de viagem de Cunha Mattos e Ignácio Moura são textos que expressam as viagens como uma atividade intelectual a serviço do país ou de uma região. Os percursos são inversos, enquanto Mattos parte do Rio de Janeiro para chegar a Belém, Moura parte de Belém para São João do Araguaia, centrando seu texto no Burgo de Itacaiúnas.

O texto de Mattos preocupa-se com a configuração de um espaço da nação sendo necessário um conhecimento empírico do tempo em que se gastava para percorrer as espacialidades, seu *Itinerário* é escrito na perspectiva da geografia física de conhecer e percorrer os territórios. Dessa forma, a natureza é percebida na perspectiva da mensuração do espaço-tempo para chegar a determinados locais, onde futuramente seriam desenvolvidas atividades para o “aumento da agricultura” e para a mineração.

Moura por sua vez, apresenta uma perspectiva que se preocupa com as formas de colonização e atividades produtivas

que estavam sendo desenvolvidas na região. As alterações da paisagem com o extrativismo intensivo da castanha e da seringa são positivas, já a lavoura apresentava grandes entraves devido à forma “primitiva” com a qual era executada, a pecuária seria a atividade mais promissora aliada a um trabalho de integração dos indígenas. A natureza devia ser “domesticada” no presente para garantir um futuro prodigioso.

Deve-se perceber a questão dos espaços e da memória em ambos os textos, enquanto Mattos observava que era costume dos viajantes inserirem na nomenclatura dos espaços dos sertões, os proprietários que os recebessem com gentileza. No texto de Moura essa troca entre viajantes e proprietários ocorre com a narrativa laudatória, que é feita do perfil de Carlos Leitão como um administrador sensível e fidalgo no tratamento. Da mesma forma, que Leitão procurou tratar os irmãos Pimentais como heróis em sua chegada, Moura em sua obra traçou um perfil heroico com várias referências a uma literatura clássica. Plasmando uma memória local, que sempre é mencionada na historiografia posterior, mesmo que seja para discussão tornou-se importante mencionar essa memória ao tratar da fundação de Marabá (EMMI, 1987; CORMINEIRO, 2015; SANTOS, 2007).

Em ambos os textos a paisagem é percebida em perspectiva utilitária, cujo conhecimento cumulativo seria para o desenvolvimento de atividades econômicas; no caso de Mattos agricultura e mineração e no de Moura o extrativismo (do caucho e da castanha) e pecuária. A população indígena é percebida como parte integrante da natureza da região, não constando em dados sobre a população, mas em comentários isolados.

## Referências

CABRAL, Lígia Maria Martins (Org). *O rio Tocantins no olhar dos viajantes – Paisagem, Território, Energia Elétrica*. Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 2013.



CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A História Contada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CABETE, Susana Margarida Cavalheiro. *A narrativa de viagem em Portugal no século XIX: alteridade e identidade Nacional*. Tese de Doutorado em Literatura Comparada. Universidade de Nova Lisboa, Université Paris III, Lisboa, 2010.

COSTA, Wilma Peres. *Narrativas de Viagem no Brasil do século XIX – Formação do Estado e Trajetória Intelectual*. (Org.) BASTOS, Elide, RIDENTI, Marcelo e ROLAND, Denis. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CORMINEIRO, Olivia Macedo Miranda. Dos abismos: imaginação e tradição na tessitura da narrativa sobre os rios Araguaia e Tocantins em Ignácio Baptista de Moura e J. A. Leite Moraes. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais* Vol. 12, nº 1, 2015.

CHAVES, Carlos Eduardo. Um frei entre o Xingu e o Araguaia: circulação de informação e civilização indígena no século XIX. In: SOUZA, César Martins; CARDOSO, Alírio. (orgs). *Histórias do Xingu: Fronteiras, Espaços e Territorialidades (Sec. XVII – XXI)*. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2008.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa (1855-1906)*. Belém: Açai, 2017.

CROSBY, Alfred W. *A mensuração da realidade: a quantificação e a sociedade ocidental, 125—1600*. São Paulo: UNESP, 1999.

DUARTE, Regina Horta. *História e Natureza*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. n.8, 1991. p.177-197.

EMMI, Marília. *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanbais*. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

GIRALDIN, Odair. Território, meio ambiente e povos indígenas no Tocantins. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael. *Trópicos de História – Gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVI a XXI)*. Belém: Açai, 2010. p.229-251.

GIRALDIN, Odair. Catequese e civilização. Os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*, sér. Ant. 18(2), 2002.

LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina Corrêa. “O celeiro da Amazônia”: agricultura e natureza no Pará da virada do século XIX para o XX. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 157-181, jan./jun. 2015.

LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1994.

MAGNOLI, Demetrio. *O corpo da pátria, imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: UNESP, 1997.

MATOS, Maria Izilda. Viagens pelo Rio das Amazonas. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 38, supl., p.189-198, nov. 2012.

MORAES, Tarcisio Cardoso. *A engenharia da história: natureza, modernidade e historiografia na Amazônia*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e Sociedade no Brasil monárquico. (org) GRINBERG, Keila; SALLES Ricardo. *O Brasil Imperial. v.III 1970-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RÊGO, Walquíria Domingues. Federalismo e fundação da nação. (orgs). RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Elide Rugai; ROLAND, Denis. *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

SANTOS, Carcius Azevedo dos. *Araguaia natureza, Araguaia projeto: paisagens socioambientais em Couto de Magalhães, século XIX*. Dissertação de Mestrado em História, UNB, Brasília, 2007.

SARGES, Maria de Nazaré; GOMES, João Arnaldo. Os espanhóis na cidade de Belém: conflitos e solidariedade. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. Vol. 11, ano XI, nº 1, 2014.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIEIRA, Martha Victor. Cunha Mattos entre a pena e a espada. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Vol. 7, Ano VII, n.1. 1º semestre de 2010.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e A Cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

## **PAISAGENS AMAZÔNICAS: O ESPAÇO VAZIO E A FLORESTA**

Edilza Joana Oliveira Fontes

A noção de espaço vazio está presente nos discursos dos governos em relação a região Amazônica, desde os anos iniciais do século XIX e chega aos anos trinta, do século XX, quando será resignificada. Uma das ressignificações foi feita no período Vargas. A revolução de 1930, através dos discursos do presidente Getúlio Vargas propôs á região sair do seu sono nostálgico, do tempo da economia da borracha e pensar um novo projeto. Vargas fez critica a elite dirigente da Amazônia, do início do século XX, por ter gastos os recursos advindos da borracha com palacetes e prédios e não ter solidificado uma economia forte e integrada ao país, além de ter deixado a economia dos Estados Amazônicos profundamente endividada. Os governos revolucionários vieram, no discurso varguista, para “redimir” e “integrar” a região ao estado nação. Caberia a formação de uma civilização na Amazônia, aos governos revolucionários de 30.

O contexto desta visita diz muito em relação á imagem projetada sobre a região. A primeira vez que o presidente Vargas visita a região foi no ano de 1933, ele foi o ano de eleição para assembleia nacional constituinte que iria fazer a proposta de constituição para o Brasil, após o movimento constitucionalista de 1932 liderado pela oligarquia paulista. O movimento foi derrotado pelas forças militares mobilizadas pelo governo Vargas, que contou com apoio de contingentes militares de vários Estados, inclusive do Pará. A derrota levou a uma negociação com o governo Vargas que se comprometeu em convocar uma assembleia constituinte para elaborar uma constituição para o Brasil. As eleições para os constituintes foram realizadas e no Estado de São Paulo o interventor não fez um constituinte. A oposição ao governo Vargas, fiz toda bancada paulista. A oposição ao governo Vargas fez constituintes no Rio de Janeiro,

Rio Grande do Sul, Minas Gerais fazendo com que o presidente pensa-se em uma grande viagem de visitação aos estados do nordeste e do norte para consolidar alianças e debater o novo momento que o país vivia com a reconstitucionalização. Vargas sabia que os interventores destas regiões, todos militares e advindos do movimento tenentista, eram contra a reconstitucionalização. Vargas sabia que necessitaria dos votos dos constituintes para garantir propostas na constituição de 1934, que iria começar a ser formulada. Afinal a constituinte deliberaria sobre a eleição presidencial e Vargas estava interessado em ser eleito, pelos constituintes, indiretamente para presidência do Brasil por pelo menos mais quatro anos. Esta proposta teria que ser articulada. Era necessário ir aos Estados para consolidar as bases dos revolucionários de trinta. Vargas sabia que em 1933 a luta já se transferirá “do prélio das armas para o das urnas” (NETO, 2013). A viagem para o nordeste e para o norte, depois de dois anos de governo discricionário, foi pensada neste contexto. A viagem foi feita saindo da Praça Mauá, no Rio de Janeiro, no dia 20 de agosto de 1933, e passaria pelo Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Na passagem pelos Estados o presidente pode comprovar o abandono do homem do campo. A leitura das anotações do presidente, em seu diário, nos faz perceber como a aspereza da paisagem foi sendo montada na medida em que as visitas nos Estados são relatadas. Na Bahia a situação do homem do campo, do trabalhador rural foi vista como mal alimentado, mal vestido e morando em casinhas em ruínas. No Ceará onde o presidente visitou Fortaleza e o interior, deparou-se com os “Campos de Concentração”, zonas rurais cercadas, isoladas à margem das cidades onde foram confinadas cerca de 70mil flagelados, principalmente na seca de 1932. Eram homens, mulheres e crianças, confinados em condições subumanas, impedidos de sair do local, pelos soldados e por cercas e ninhos de arames farpados. Verdadeiros currais humanos (NETO, 2013). As

adversidades sertanejas eram explícitas. No Maranhão anotou o presidente, no diário, o abandono, a pobreza e a desolação. A paisagem montada na viagem é de uma região muito pobre, sem apoio do poder central, sem política de incentivos e de integração a nação. Uma região onde a civilização não havia chegado.

Quero lembrar que a região norte era entendida, naquele momento, como todos Estados acima da Bahia. O governo central chamava para si a tarefa de integrar, ocupar e desenvolver a região. Ainda no ano de 1933, em 27 de setembro, a caravana chegava a Belém. O presidente Getúlio Vargas, falou, então, das riquezas da região Amazônica. Segundo Thiago Mesquita (2016) após fazer fortes críticas aos governos anteriores a revolução de 1930, o presidente destacou o avanço da produção da castanha e sua exportação e elogia a atuação do interventor Magalhães Barata. Defendeu também a criação de colônias agrícolas e uma política de Estado. Para ele a revolução de 30 redimiria a região que deveria ser incorporada à nação.

O espaço vazio seria ocupado por imigrantes nacionais, homens fortes, adaptados e experimentados no clima da região e selecionados para vencer o inferno verde. Estes homens venceram a natureza em uma luta diária e teriam a ajuda do governo central para implantar na região uma civilização. A floresta precisaria ser vencida. Uma ocupação bem planejada, com objetivos definidos pelo governo da república faria da região um lugar do futuro e da esperança. Essas visões do “paraíso” e do “inferno amazônico” são construções de um discurso governamental para colocar a função do governo Vargas de tirar a região da sua estagnação. Seria o estado nacional que tiraria a região e a levaria para um novo surto de desenvolvimento e sua integração à nação. Faltava fixar o homem ao solo.

A legislação agrária do Estado já tinha estas visões da Amazônia, que foram expressas pelo presidente Vargas na sua visita ao Pará em 1933. Já faziam parte dos textos legais do Pará, que produziu uma vasta legislação agrária que abrangeu o período republicano até o golpe civil militar de 1964. A legislação no Pará

já estava, desde 1930, ocupando-se de, taxar as atividades de extrativismo na floresta e criar órgão que controlariam a produção e o acesso aos castanhais e seringais.

Antes de 1960, a economia da Amazônia e principalmente a do Pará, não são registrados problemas em relação ao acesso e posse da terra. A economia era fundamentada no extrativismo, a agricultura era de subsistência e a região mantinha-se pouco integrada ao resto do país. A economia extrativa era de base vegetal e não havia exigência de titulação das terras. O preço das terras era baixo e o que mais importava era o que poderia se extrair da terra. A questão fundiária não era vista como fundamental para se desenvolver as atividades extrativistas. Havia um desinteresse pelas terras públicas do Estado, que não tinham castanhais ou seringais. Ter aforamentos de castanhais e seringais era ter certeza de exploração de uma riqueza da floresta e ter poder político no estado. Outro aspecto era que a lógica de ocupação das terras do estado seguia as trilhas dos rios. Formou-se uma sociedade voltada para os rios. Havia grande extensão de terras devolutas no estado que faziam parte da floresta, sem grandes densidades populacionais, no sul e sudeste do estado.

A vitória da revolução de 1930 fez com que as atenções dos novos dirigentes no estado voltassem para a legislação sobre os castanhais. A economia do estado estava passando por um momento de desarticulação, dado que a economia da borracha não implantou no estado uma sociedade com base agrícola e muito menos com uma economia baseada na exploração dos bens da floresta de forma sustentável. A criação de gado delimitava-se a partes da ilha do Marajó, que abastecia Belém, não tendo excedente para suprir outros mercados. Havia pouca criação de gado em partes do Baixo Amazonas. Não foi implantada uma indústria da pesca, apesar da extensa costa. Não havia condições para disputar o mercado internacional da borracha, apesar da borracha da região ser de melhor qualidade. Os custos de produção e o sistema de aviação encareciam o produto. Era desordenados a exploração de sementes e madeira e

o Estado sofria com a falta de uma logística de escoamento dos seus produtos. Era restrita a zona Bragantina a produção agrícola intensiva. Havia uma disputa pelas terras devolutas onde existiam castanhais nativos no interior da floresta. A castanha era um produto em alta nos mercados internacionais, o que valorizava as terras onde sua extração era possível. Os aforamentos dos castanhais garantiam a riqueza de poucas famílias e foi objeto imediato do governo provisório da revolução de 1930, ainda em novembro do mesmo ano.

As terras devolutas do estado conheceram um período extenso de desenterre-se e a preocupação com seu povoamento foi assunto dos discursos do presidente Vargas e de legislação agrária do Brasil e do Pará. A junta governativa baixa de imediato o Decreto Lei de 11 de novembro de 1930 visando a reversão provisória “ao patrimônio do Estado os castanhais antes concedidos, até que fossem examinadas as respectivas concessões” (LAMARÃO, 1977). É a primeira manifestação da Revolução de 30 no Pará, referente à legislação agrária, e determina no seu artigo 1º que “todos os castanhais do território do Pará reverteram, provisoriamente para seu exclusivo patrimônio”. A junta governativa do movimento denominado Revolução de 30 admite, no preâmbulo da lei, que uma das maiores renda do Estado vinha da indústria de castanha e considera que os castanhais foram entregues, nas quase totalidades á particulares, “por compra a dinheiro á vista ou em prestação, com cupons, apólices da dívida do Estado, com crédito e vencimentos a receber do Estado, por permuta, por concessões, por aforamento perpétuos, ou por antigos títulos de posse”,<sup>1</sup> portanto havia uma legislação que permitia a compra de terras públicas com cupons e apólices da dívida do Estado, o que permitiu que algumas famílias com prestígio político, como os Mutrans, na região de Marabá e a família do senador José Porfírio na região do Xingu, conseguissem passar para fortuna particulares

---

<sup>1</sup> Decreto de 11 de novembro de 1930



a grande maioria dos castanhais do Estado. Considerando também que estas famílias não recolhiam aos cofres públicos os imposto e taxas, além de que os contratos de aforamentos, foram questionados pelo novo governo e a junta governativa, não reconhece a legitimidade dos aforamentos concedidos pelos governos estaduais. Justificando-se, o governo da revolução de 1930, que todos eles prejudicaram as finanças públicas.

O decreto reverteu para o domínio do Estado todos os castanhais adquiridos por concessão ou aforamento perpétuo, não pagando qualquer indenização. Uma das marcas desta legislação foi á extinção do uso do aforamento como meio abusivo de aquerencia de terras no Pará e alguns os castanhais, foram transformados em castanhais para uso do povo. Todos os contratos de venda dos castanhais, inclusive os com títulos definitivos foram revistos por uma comissão definida pelo governo da revolução no estado. Este decreto demarca a legislação paraense, na medida em que quebra com o uso do aforamento para acesso as terras devolutas. Chamo a atenção que a avaliação feita dos governos estaduais, que esta no preambulo do decreto, será a mesma avaliação feita pelo presidente Getúlio Vargas no seu discurso proferido em Belém em 1933, iniciando um diálogo permanente entre o interventor e o presidente. Um diálogo que garante ao interventor uma influencia na visão da região feita pelo gestor do país.

Sabemos que dentro do movimento tenentista havia divergências em relação as ações que deveriam permear os governos revolucionários no início dos anos 30, do século passado. Havia uma corrente que defendia ações de cunho sociais mais efetivas, congelamentos dos preços dos alugueis, desapropriações de terrenos urbanos, para vendas com preços populares, desapropriações de terras aforradas, tabelamentos de preços de gêneros alimentícios. O interventor do Pará, coronel Magalhães Barata fazia parte deste grupo e fez várias ações na sua primeira interventoria que questionaram as posses das oligarquias locais.

Como interventor do Pará, o coronel Magalhães Barata, desapropria os terrenos urbanos de vários bairros de Belém, que eram pertencentes a famílias tradicionais do estado, que herdaram de sesmarias vindas do Império. Com o decreto 12 de 14 de novembro de 1930 regulamenta o decreto 412 e 416 cria-se a inspetoria de minas e Castanhais e a Diretoria de Agricultura, Indústria e Comercio em 1931. Estas junto com a Diretoria de Obras, Terras e Aviação passaram a cuidar das terras devolutas do Pará. Barata devolve para o Estado extensas faixas de terras, enfraquecendo as oligarquias rurais e começa uma política de ocupação das terras devolutas buscando a ocupar o espaço Amazônico com base na pequena propriedade e com um projeto de núcleos colônias.

A análise da legislação estadual demonstra que o projeto do governo Vargas para Amazônia dialoga com as ações do interventor do Pará, até na avaliação das oligarquias locais e seu projeto de utilização das terras públicas do estado. Há uma característica de intervenção na estrutura agrária do Estado principalmente querendo retomar o controle sob os castanhais, para deslegitimar e enfraquecer as oligarquias locais. Não podemos esquecer que a revolução de 30 no Pará havia sido derrotada pelas forças políticas e policiais do governador Eurico Vale e as terras dos castanhais e seringais estavam nas mãos das oligarquias que dominavam o Estado desde os tempos da economia da borracha. O coronel Magalhães Barata, que assume a interventoria, era a favor de um Estado centralizado, nacional e forte. Ele promoverá uma serie de medidas para desestruturar as oligarquias locais.

O decreto 184 de 12 de março de 1931 altera e amplia os artigos 62 e 64 do regulamento de Terras do Estado para beneficiar os lavradores do Pará, isentando-os de impostos, taxas, selos e quaisquer ônus para aquisição de pequenos lotes de terras devolutas. O decreto assinado pelo interventor Magalhães Barata, afirma que tem como objetivo intensificar a agricultura e amparar as classes proletárias. O decreto concede a título definitivo, lotes

agrícolas, isentos de pagamento, em qualquer parte do estado, com extensão de 25 hectares. Os lotes destinavam-se a pessoas que provassem que tivessem 5 pessoas na família e já tenham requerido as posses de até 50 hectares. A comprovação da família do requerente deveria ser atestada pelo juiz, ou pelo prefeito, ou pelo delegado por declaração, afirmando que o requerente dos lotes mantinha sob sua dependência, vivendo sob o mesmo teto, os 5 dependentes. Os lotes seriam fornecidos gratuitamente sem pagamento de qualquer taxa. As terras agrícolas seriam escolhidas pelo prefeito ou seu vice, para implantação dos núcleos coloniais. Novas colônias agrícolas seriam definidas pela secretaria de obras Publicas Terras e Viação e agricultura e pecuária. Destinavam-se os lotes, aos ex-praças do exercito, Armada, extinta Força Pública da Policia Militar do Estado, operários e pescadores. Os lotes seriam inalienáveis, constituindo-se bens de família. O decreto 357 de 8 de maio de 1931 considerava que ainda existia no Estado muitas posses adquiridas por ocupação primárias, que não foram registradas que são ocupadas pelos primeiros posseiros ou seus herdeiros, resolve prorrogar, sem multa, até 31 de dezembro de 1932, o registro de posse de terras legitimáveis ou revalidáveis. Já o Decreto 397 de 25 de junho de 1931, extingue os aforamentos perpétuos dos castanhais, transformando áreas das regiões Tocantina, a do lago de Tucuruí, no Xingu e no Araguaia em castanhais do povo. São declarados inexistentes os aforamentos de terras públicas feitos pela lei 1.947, de 1920 por contrariarem o programa do Governo revolucionário. Em 7 de junho de 1933 o interventor Magalhães Barata assina o Decreto 1.014 que deu nova regulamentação aos serviços de localização dos castanhais nas terras devolutas do Estado, estabelecendo medidas para proteção do trabalhador rural.

É também de 1933 o Decreto de nº 1.044, de 19 de agosto de 1933, que consolida toda legislação agrária anterior e foi o Regulamento de Terras do Pará. O Regimento de Terras, nome que definia o decreto 1.044, consolidou a estrutura jurídica e administrativa do estado que permitiu aos governadores do Pará,

no período de 1933 até 1965 executarem a maior parte das ocupações e colonização do estado em terras devolutas. Por este Regulamento voltou-se a estabelecer os limites dos lotes em 4.356 hectares, foi mantido os arrendamentos dos castanhais em terras devolutas. Já se exigia medidas de reflorestamento, a fixação de homens a solo, a implantação de culturas definitivas e o impedimento de implantação de novos latifúndios. Tinha 256 artigos e junto com o decreto 410 do fim do século XIX e do decreto-lei 57, a lei de terras de 1969, os três mais importantes repositórios da legislação agrária do Pará (LAMARÃO, 1977).

Em pleno Estado Novo o presidente Vargas, propôs a ocupação das terras devolutas da Amazônia com base em um plano de colonização visando a instalação de núcleos agrícolas de pequena propriedade. Noções muito propagandeadas pelos governos Vargas, principalmente no Estado Novo, que criaram um imaginário sobre a região. O conjunto de discursos proferidos por Getúlio Vargas em outubro de 1940 nas cidades de Belém, Manaus e Porto Velho reafirma a visão da Amazônia como uma região que necessitava ser despertada para compor a nação. Voltada para ocupação das terras novas para desenvolver a pequena propriedade e atividades de cooperativas. Implantaram-se algumas colônias agrícolas, inclusive no Pará. Trabalhava-se com a noção de espaços vazios e terras desocupadas. Era necessário expandir a fronteira agrícola, integrar o território nacional, fortalecendo o Estado. Primeiro visava-se a ocupação da região Centro-Oeste e depois a Amazônia. Os discursos oficiais incentivaram a migração para região amazônica

Podemos pensar que a Amazônia fez parte do pensamento social do Estado Novo. “O discurso do Amazonas” representa uma maior atenção, e um olhar renovado sobre a região. Os textos de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau sobre clima, raça e civilização foram apropriados para produção dos discursos e políticas dos governos Vargas com objetivos de construir um imaginário sobre a Amazônia.

Antes de 1930 o imaginário sobre a Amazônia onde o homem era derrotado, devorado pela natureza. O homem foi aprisionado pelo ambiente, aprisionado pelo inferno verde. Há uma visão dualista de natureza intocável. Edem/inferno. Clima e fronteira. Já na legislação há outra leitura da população local, após a revolução de 1930. Os indígenas e o caboclos são incentivados a ocupação racional da floresta, eles seriam os homens que fariam a região. A terra deveria ser oferecida a eles. Os núcleos coloniais são a chave para o povoamento e a ocupação. A noção de natureza é resignificada. O selvagem desaparece dos discursos e na legislação termos como trabalhador rural, colono, posseiro extrator, locatário são frequentes. A floresta é apresentada como espaço de convivência harmônica e a noção de floresta que aprisiona é descartada. É necessário um acompanhamento da ocupação. Há uma valorização do caboclo expressa na política de permissão de acesso a terra sem burocracia. A Amazônia ainda precisava ser conquistada.

Ao longo dos anos 40 do século XX, são criadas colônias agrícolas nacionais em Guaporé, no Acre, no Pará e no Amazonas com a finalidade de desenvolver o potencial agrícola da região amazônica, dentro da lógica do Estado Novo, que lançou a Marcha para o Oeste. Utilizavam-se as terras devolutas, não se mexia nos latifúndios estabelecidos e nas relações de trabalho no campo. Priorizava-se a pequena propriedade para os núcleos coloniais. Usar-se-ia a legislação das terras devolutas para povoar e legitimar as posses. Em visita à região em 1940, o presidente Vargas defende o povoamento da região, um processo de distribuição de terras devolutas a agricultores, trabalhadores nacionais vindos de outras regiões. O governo Vargas no início dos anos 40 do século XX, tinha a proposta de fixar os do campo no seu habitat. Os homens do campo não receberiam os direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos. Propunha fixar os homens no sertão de Goiás, Mato Grosso e Amazônia. Havia uma política de ocupação da Amazônia pela colonização. Ocupação dos espaços vazios. A região seria ocupada, através de

uma “Marcha para o Oeste”, lançada por Vargas, que propôs uma mobilização nacional de populações vindas de outras fronteiras internas para região amazônica. Esta política foi abandonada após a assinatura dos acordos de Washington, assinados no contexto da segunda guerra mundial, onde o Brasil se comprometeu em produzir borracha para os aliados. O sistema de aviação, que foi muito criticado pelo governo Vargas, seria redimensionado e o governo abandonaria os “planos colonizadores” para região. (SECRETO, 2007)

Será montada uma propaganda e criado órgão, bem como o Banco da Borracha, para execução da ação que ficou conhecida como a Batalha da Borracha. Houve recrutamento de trabalhadores rurais para a Amazônia, que vieram ser soldados da Borracha e trabalhar nos seringais, produzindo borracha para Vitória dos Aliados. (SECRETO: 2007: 307).

Pretendendo colonizar o sul do Pará o interventor, Magalhães Barata, em 1945 por doação, cedeu 50 milhões de hectares de terras para Fundação Brasil Central, “só que a Fundação vendeu 137 mil hectares para famílias japonesas de São Paulo, que não ocuparam a áreas e negociaram esses títulos com famílias paulistas, paranaenses, catarinenses”. Esta situação será o contexto de muitos conflitos no início dos anos 60 do século XX.

No governo Zacarias de Assunção, em 19551 foi restaurado a política do aforamento como meio de concessão de terras, onde “de 1950 a 1960, em mais de 830.000 hectares foram alocadas cerca de 160/180 famílias. A ação demarcatória não era obrigatória e cada foreiro explorava, cerca de 4 hectares, que era, na época, o tamanho do módulo rural”<sup>2</sup>. A Lei 913 de 1954, também do governo Zacarias de Assunção, era a Lei que vigorava em 1959 quando a rodovia Belém-Brasília foi inaugurada. Esta Lei era regulamentada pelo Decreto 1.044/33, que revogou parcialmente o Regulamento de Terras. As especificidades desta legislação demonstram a importância dos castanhais para

---

<sup>2</sup> Fonte: BARATA; CPI/ ALEPA/1991.

economia do estado e sua apropriação, pelas oligarquias rurais, feito com a permissão de uma legislação que usando o espaço legal se apropriou de vastas proporções de terras devolutas.

O que queremos ressaltar é o papel do estado e dos governos no comando de políticas em relação a destinação dos usos, e até mesmo da posse e titulação de terras públicas. No capítulo II artigo 7 a Lei dispõe sobre terras de serventia pública diz que o Estado reservará parte das terras devolutas que tenham produtos coletáveis, á servidão pública. Essas terras eram inalienáveis. A Lei introduziu mudanças ampliando a área máxima de arrendamento para duas léguas quadradas podendo ser ampliada para 10.000 ha, quando se referisse as empresas que beneficiavam os produtos nos municípios. Os detentores de capital que tinham recursos para manter um sistema de aviamento dentro ou próximo aos castanhais/aos sistema de escoamento da produção, foram os beneficiados com esta legislação. (KITAMURU,1984).

Com a implantação dos sistemas rodoviários federais e estaduais, os pretendentes a aquisição de terras devolutas, aumentaram os pedidos de empresários, fazendeiros, especuladores e colonos que vieram para fronteiras abertas, para regularização fundiários dirigidos a Secretaria de Estado foram atraídos pelos custos baixos da terra e das facilidades que a legislação instituía para esse fim. Houve a aquisição de grande quantidade de glebas, em nome de familiares e prepostos, que chegaram em grande quantidade já pretendendo uma titulação definitiva como também lhe facultava a Lei (MONTEIRO, 1980). O preço da terra era irrisório, simbólico. A legislação existente tinha como objetivo principal estimular a ocupação territorial. Havia também um alto custo da demarcação, pago pelo futuro dono da terra. (MONTEIRO, 1980). Foi sob a égide do Regulamento de Terras de 1933 que se promoveu a maior parte das ocupações primárias das terras devolutas do Pará, através de Títulos Provisórios, que foi instituído pelo Regulamento de Terras. Estes títulos eram dados aos posseiros das terras

devolutas, “eximindo-o da demarcação custosa e imediata e assim facilitaram a ocupação do vasto território paraense, ainda não sujeito ao interesse e a cobiça das correntes migratórias do centro e do sul do País” (MONTEIRO, 1980).

Figura 1 – Folha de S. Paulo de 1960 publica anúncio sobre terras no Pará

**TERRAS NO PARÁ**

OCEANO ATLÂNTICO

TERRAS NO PARÁ

TERRAS NO PARÁ

**TERRAS NO PARÁ**

O BRASIL PRECISA DE EXPORTAÇÕES PARA GARANTIR A SUA BALANÇA DE PAGAMENTOS; O BRASIL TERÁ NA EXPORTAÇÃO DA CARNE O SEU MELHOR MERCADO DE MOEDAS FORTES. VÁ V. AJUDAR O BRASIL A CONSTRUIR ESSE MERCADO DE MOEDAS FORTES. VÁ V. PRODUIZIR A CARNE MAIS BARATA DO MUNDO NAS FAMOSAS E FERTILÍSSIMAS TERRAS DE PARAGOMINAS ENTRE OS RIOS GURUPI E CAPIM.

VÁ CONHECER A MELHOR REGIÃO ECOLÓGICA DO MUNDO PARA O ZEBU. TEMPERATURA CONSTANTE. VEGETAÇÃO INCOMPARÁVEL. AGUADAS ABUNDANTES. TEMPO CERTO PARA QUEIMADAS SEM BERNES, SEM CARRAPATOS, SEM INVERNO, SEM ARRACAJAMENTOS. O PORTO DE BELEM SITUADO NA METADE DO CAMINHO DOS MERCADOS CONSUMIDORES SERÁ O MAIOR EXPORTADOR DE CARNE DO "NOSSO ZEBU". A BELEM-BRASILIA GARANTIRÁ SEMPRE O FUTURO DO SEU EMPREENDIMENTO. TRANSPORTE PERMANENTE E SEGURO. DEZENAS DE MADEIRAS DE LEI CLASSIFICADAS PARA A EXPORTAÇÃO E COM MERCADO FRANCO A BEIRA DA BELEM-BRASILIA. TUDO O QUE V. PRODUIZIR TERÁ ESCOAMENTO GARANTIDO. PEGUE O SEU AUTOMÓVEL E VÁ COM A SUA FAMÍLIA CONHECER A REGIÃO DE PARAGOMINAS PRONTA PARA SER DESBRAVADA.

INFORMAÇÕES COM —

CELIO REZENDE MIRANDA  
RUA QUINZE N.º 19-A TELEFONE: 6-4724  
GOIÂNIA — ESTADO DE GOIÁS.

ANÚNCIO SOBRE PARAGOMINAS NO JORNAL "A FOLHA DE S. PAULO".

Fonte: Altamirando Macedo. Disponível em [http://oladouaparte.blogspot.com.br/2010\\_04\\_01\\_archive.html](http://oladouaparte.blogspot.com.br/2010_04_01_archive.html) acessado em 23 de fevereiro de 2017.



As propagandas anunciando terras no Pará eram comuns em jornais de grande circulação nacional, a exemplo do anúncio acima sobre Paragominas, publicado em 1958, na “Folha de São Paulo”, afirmando serem “fertilíssimas terras de Paragominas entre os rios Gurupi e Capim”.

No anúncio percebemos que a proposta de chamamento de investidores na região esta pautada na vinda para criação de gado zebu e para extração de madeiras nobres retiradas da floresta. Observamos que a preocupação com a garantia do escoamento da produção e a afirmação de que a região não será mais isolada do resto do país, assim como a proximidades dos mercados consumidores é um ponto fundamental na propaganda, o que nos permite afirmar que a visão que o anunciante tem da região é de uma fronteira aberta para novos empreendimentos, que ainda não tinham investimentos no Pará. Chamo atenção que a época o estado não tinha grandes rebanhos de bois, e a indústria de extração da madeira era quase inexistente.

Era uma proposta de ocupação das terras férteis para derrubada das madeiras e criação de gado. Era uma proposta de fortalecimento de uma atividade produtiva em uma região aberta pela construção da estrada Belém-Brasília, dentro dos planos do presidente Juscelino Kubistchek, onde as intempéries de outras regiões não se faziam presentes. Este nuncio nos permite dialogar com a política de expansão de uma fronteira agrícola que chega na região Amazônica seguindo a estrada.

O anunciante é de outro estado e apresenta-se como negociador de terras, que são devolutas e não é sua preocupação a questão da legalização das terras a beira da estrada. O importante é apresentar as terras como férteis e livres para serem ocupadas. Portanto, o senhor Célio Rezende Miranda trabalhava com a noção de espaço vazio. Para ele, as terras na beira da estrada, como terras devolutas, abriam possibilidades para os futuros ocupantes, reivindicarem suas legalizações alegando a posses e o direito da usucapião. A posse seria “mansa”, ou seja, sem conflitos por não serem ocupadas (MOTTA, 2005, p.57). O

proponente do anúncio não era qualquer autoridade com poder de regularizar as terras. É um chamamento de gente de outras fronteiras fechadas, fronteiras internas dentro do país. A segurança do escoamento da produção se faz diante da proximidade da estrada. O anúncio cita a proximidade da estrada e dos portos como fator de mudança, de valorização das terras devolutas.

No anúncio de 1958 o senhor Sérgio Rezende mobiliza noções muito propagandeadas pelos governos Vargas, principalmente no Estado Novo, que criaram um imaginário sobre a região. No anúncio citado, a presença do estado não é percebida, neste movimento de expansão. A ocupação da nova fronteira passaria por articulações entre proprietários “*chegantes*”, que tinham interesse em investir na região amazônica. A fronteira é pensada no sentido de vazio demográfico e pronta para receber o progresso, com o estabelecimento de um modelo de produção agrícola e de criação de gado, visando um mercado externo onde “as relações sociais (e de produção) na frente de expansão são predominantemente relações não capitalistas de produção e mediadoras da reprodução capitalista do capital” (MARTINS, 2009, pp.47).

A fronteira é pensada como uma frente de expansão capitalista. Um espaço para o estabelecimento de um mundo residual de outros espaços. Os territórios sobre os quais se movem esta fronteira de expansão são marcados pela ausência da propriedade fundiária moderna predominando, a posse efetiva ou o aforamento. O anúncio não cita qualquer questão em relação a legalização das terras a serem ocupadas. Trabalha com o imaginário que há uma abundância de terras e que o acesso a elas é fácil e que sua legalização é rápida. Estas terras, no momento da construção da Belém-Brasília, são valorizadas pela possibilidade do escoamento da produção.

O município de Paragominas situado na região do nordeste paraense é um dos principais municípios por onde passa a rodovia Belém-Brasília, ficando no entroncamento de rodovias

que ligam o sul e sudeste do Pará ao eixo de integração da BR-010 ou BR-14, sendo, portanto, porta de entrada para migrantes que vinham em busca de terras no Estado do Pará, no momento da construção da Belém-Brasília. As memórias de migrantes, que chegaram ao Pará no início dos anos sessenta do século XX, sobre a posse das terras devolutas no em torno da estrada fazem referência constante, em seus depoimentos, da fronteira aberta com a construção da rodovia e o fato de que todos que chegavam vinham caçando terras. Vinham em busca de um sonho, ter terras (FONTES, 2012, p.89). Estes migrantes não queriam deixar o mundo rural. Queriam tornassem proprietários de terras. Queriam permanecer no campo. Vinham de outras fronteiras cujos processos de expulsão de grandes massas de produtores rurais, já haviam iniciado. Vinham de estados como Sergipe, Minas Gerais, Goiás, Maranhão, Rio Grande do Sul, Maranhão, Piauí e Pernambuco. Temos dois blocos de imigrantes. Um bloco basicamente de pequenos lavradores sem grandes recursos, que chegavam à região em busca de terras e tinham a produção voltada para agricultura familiar e outro bloco de produtores que eram grandes fazendeiros, criadores de gado e que visavam aumentar sua produção e alcançar os mercados externo. O anúncio do senhor Sergio Rezende se destina ao público, do segundo bloco. Ele terá uma atuação de agenciador das terras devolutas e aproveitando a legislação existente e de relações construídas junto ao governo do presidente Juscelino Kubistchek, venderá lotes de terras públicas.

A fronteira amazônica só pode se construir na medida em que outras fronteiras, em outros estados estavam se fechando. Os anos do governo Juscelino Kubistchek propaga a necessidade de integração do Brasil, colocando-se a disposição da expansão da economia capitalista e busca uma modernização da sociedade brasileira, querendo acabar com a existência de dois Brasis. A proposta do governo Juscelino Kubistchek não traz uma política de reforma agrária, de implantação de núcleos colônias, de organização da estrutura fundiária nos estados onde as vias

rodoviárias estavam abrindo novas fronteiras. A abertura da Belém-Brasília mudará a forma de ocupação das terras no Pará e a penetração na floresta de novos sujeitos modificará a sociedade paraense e abriu caminho para estabelecimento de grandes conflitos agrários no Estado.

No Brasil, a segunda metade do século XX foi marcante os conflitos no campo que tomaram a visibilidade política que levou as articulações do debate da reforma agrária como uma ação necessária para o desenvolvimento do país. Neste debate o lugar do homem do campo é lugar sagrado nos planos de mudanças, dos governos e partidos, que pensavam a passagem de um país subdesenvolvido para um país em desenvolvimento. Dentro deste debate também encontramos articulações para expansão dos direitos trabalhistas ao homem do campo, como já previa a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para o trabalhador urbano, bem como a questão do acesso à terra e a regulamentação de contratos de arrendamentos e parcerias. Ou seja, as relações de trabalho estabelecidas e que sustentavam os donos da terra, foram questionadas pelos novos sujeitos sociais que começavam a se organizar e reivindicarem seus direitos. Havia um discurso de defesa da necessidade de assistência sanitária e educacional ao homem do campo, não reconhecendo o trabalhador como produtor, com interesses próprios.

No início dos anos 60, do século XX, instaura-se na região um processo de posseamento, incentivado pela legislação do Pará, dos anos 30 e 40, que permitia o acesso as terras devolutas do Estado. Abriu-se uma nova fronteira na região amazônica. Surgiram conflitos, principalmente pelo não assentamento dos pequenos proprietários que chegaram à região em grande número e porque parte destas terras já serem ocupadas por uma população tradicional, entre elas, as populações indígenas, migrantes vindos em outras épocas do século XX, como os nordestinos vindos para trabalhar nos seringais e por habitantes originários do Estado.

A expulsão de camponeses de suas posses, intensificada a partir dos anos de 1940 em vários estados brasileiros fez com que a fronteira aberta, pela construção da Belém-Brasília, seja a Amazônia. Várias regiões passaram por este processo. Em Pernambuco, no nordeste, foi à ampliação do plantio dos canaviais, após a II guerra mundial, que avançava sobre as terras cultivadas por pequenos camponeses, provocando a expulsão. No Rio de Janeiro, no sudeste, ela foi a ampliação do espaço urbano das cidades avançando sobre campos e serras. Em Goiás, no centro-oeste, e no Paraná, no sul, houve concentração de terra, processo de grilagem e a expulsão de posseiros (GRYNSZPAN, 2002, p.130). Havia, também, uma lógica de expansão da fronteira agrícola em torno das estradas federais e estaduais, que possibilitava a exploração de terras férteis ao longo de suas margens.

Para entendermos a imagem projetada no anúncio da Folha de São Paulo e a postura de seu autor, quando da implantação do sistema rodoviário no Pará, é necessário analisar a legislação agrária do Estado, que permitia ações como as de Sergio Rezende, na medida em que as terras devolutas, do Pará, eram possíveis de serem apropriadas, por pessoas que chegavam a região, a partir de um requerimento, feito à Secretaria de Obras, Terras e Viação do Estado, onde “a compra dessas terras ainda continuavam regulamentados pelo Decreto 1.044, vigente desde a Revolução de 1930 com raríssimas e pequenas alterações” (MONTEIRO; 1980, p.167). Foi, ainda, sob o domínio do decreto 1.044, editado pelo interventor Magalhães Barata em 1933, que se construiu a estrada Belém-Brasília, quando as terras no seu entorno foram muito valorizadas, tanto as terras na beira da estrada, como as terras próximas, “desde o vale do rio Guamá, onde ela começa nos arredores de Belém, até o vale do Araguaia, onde terminam os seus quase 1.000 quilômetros em territórios paraense” (LAMARÃO, 1977, p.98).

Até a abertura da Belém-Brasília as ocupações das terras devolutas do Pará eram feitas por correntes migratórias de

nordestinos, que vinham como mão de obra barata para o trabalho dos seringais e castanhais. A demanda de empresários, fazendeiros, especuladores e colonos que começavam, a se interessar pelas terras devolutas, beneficiadas pela abertura das estradas aumentaram bastante. Houve uma valorização das terras devolutas na beira da estrada. Instalando-se uma economia de criação de gado, uma agricultura intensiva, uma indústria de extração de madeira, colocando as antigas zonas de pecuária da Ilha do Marajó e do Baixo Amazonas, em segundo plano, devido ao processo acelerado de ocupações e pelos arranjos produtivos instalados nas regiões do sul e sudeste do Pará, o que levou á uma galopante valorização imobiliária nestas regiões. Outros núcleos de criação de gado se estabeleceram, nos municípios de Conceição do Araguaia, Redenção, Marabá, Paragominas e Xinguara. Hoje o Pará tem o quarto rebanho de gado do Brasil, e uma crescente indústria de extração de madeira. O anúncio de Sergio Rezende trabalha com o plano de estabelecer na região pecuarista e não projeta qualquer preocupação com a Floresta. Não tínhamos á nível de legislação federal e estadual qualquer legislação ambiental e o projeto para Amazônia era a produção de mercadorias estranhas á floresta Amazônica. A floresta em pé era um problema e o convite a derruba-la é feita no anúncio. O chamamento para empresários da indústria madeireira é explícito e a Amazônia é pensada e vendida como fornecedora de matéria prima para mercados externos com produtos vindos de fora. A região é projetada conectada a outras nações e neste sentido a integração proposta é a um mercado externo, não mais a nação.

Vieram neste processo de abertura da fronteira, aventureiros de toda sorte, junto com pequenos produtores “caçando” terras. Somando-se com os fracos serviços de controle das terras devolutas do Estado, sem funcionários disponíveis, disponíveis, sem cadastro dos títulos já expedidos e a falta de planejamento por parte dos governos estaduais, adicionada a uma legislação agrária permissiva, possibilitou um processo de anarquia quase total na alienação das glebas devolutas. “Entre o

término da Belém-Brasília e a revolução de 64, isto é, essencialmente nos anos de 62 e 63, é inacreditável a degradação a que se chegou na titulação de terras” (LAMARÃO, 1977:106).

Figura 2 – Anúncio publicado na revista Veja 30/12/1970

Muitas pessoas estão sendo capazes, hoje, de tirar proveito das riquezas da Amazônia.

Com o adluzo e o incentivo da SUDAM.

Com o aplauro e o incentivo do Banco da Amazônia.

O Brasil está investindo na Amazônia e oferecendo lucros para quem quiser participar dessa empreendimento.

A Transamazônica está aí: a pista da mina de ouro.

Comence agora. Faça sua opção pela SUDAM. Aplique a dedução do seu imposto de renda num dos 454 projetos econômicos já aprovados pela SUDAM. Ou então apresente seu próprio projeto (seja ele industrial, agropecuário, ou de serviços).

Você terá todo o apoio do Governo Federal e dos governos dos Estados que compõem a Amazônia. Há um futuro à sua espera. Aproveite. Futuro. Enriqueça junto com o Brasil.

Informe-se nos escritórios da SUDAM e nas agências do Banco da Amazônia.

**Chega de lendas, vamos faturar!**

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUDAM

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Fonte: MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, Lilian. *História da vida privada no Brasil* Vol. 04. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Analisando o anúncio acima temos que perceber que a paisagem mudou. A floresta apresentada é uma proposta de futuro para região, assinada por órgãos federais do governo

brasileiro. O anúncio é assinado pelo banco da Amazônia e pelo ministério do interior, diferente do anúncio anterior. É o estado dizendo qual o futuro que ele pretende incentivar, possibilitar na região. É a projeção de uma paisagem profundamente modificada e mudada pela ação dos homens, que usando recursos públicos fariam uma mudança profunda na paisagem, extinguindo com a floresta.

A chamada do anúncio encerra o desejo dos governantes e uma proposta de progresso e de futuro. Chega de lendas, vamos faturar indica que o passado da floresta serviu para abrigar lendas e não desenvolveu a região. É chegada hora de mudar a forma de ocupação do solo e dos usos da floresta. É necessário incluir a região ao resto do país. A floresta é um espaço para faturar, para enriquecer. É um chamado para se tirar proveito das riquezas da Amazônia. Expressa uma política de incentivos fiscais para região. O estado estaria oferecendo incentivos para quem quisesse investir na região. A região é um empreendimento. Um espaço vazio. Uma fronteira aberta. Uma fronteira para implantação de relações capitalistas de produção. Relações de venda de terras. Não se fala em terras devolutas do estado e em castanhais do povo. A transamazônica é a pista do ouro, aqui o anúncio lembra o mito do eldorado. Mito desde o tempo imemoriais do período colonial. O chamamento para vinda para região de gente a procura do ouro.



**CHEGA DE LENDAS, VAMOS FATURAR!  
MUITAS PESSOAS ESTÃO SENDO CAPAZES, HOJE, DE TIRAR  
PROVEITO DAS RIQUEZAS DA AMAZÔNIA.  
COM O APLAUSO E O INCENTIVO DA SUDAM.  
COM O APLAUSO E O INCENTIVO DO BANCO DA AMAZÔNIA.  
O BRASIL ESTÁ INVESTINDO NA AMAZÔNIA E OFERECENDO  
LUCROS PARA QUEM QUISER PARTICIPAR DESSE  
EMPREENHIMENTO.  
A TRANSAMAZÔNICA ESTÁ AI: A PISTA DE MINA DE OURO.  
COMEÇE AGORA. FAÇA SUA OPÇÃO PELA SUDAM. APLIQUE A  
DEDUÇÃO DE SEU IMPOSTO DE RENDA, NUM DOS 464 PROJETOS  
ECONÔMICOS JÁ APROVADOS PELA SUDAM. OU ENTÃO APRESENTE  
SEU PROJETO (SEJA ELE INDUSTRIAL AGROPECUÁRIO OU DE  
SERVIÇOS).  
VOCÊ TERÁ TODO O APOIO DO GOVERNO FEDERAL E DOS  
GOVERNOS DOS ESTADOS QUE COMPÕEM A AMAZÔNIA. FATURE.  
JUNTO COM O BRASIL. INFORME-SE NOS ESCRITÓRIOS DA SUDAM E  
NAS AGÊNCIAS DO BANCO DA AMAZÔNIA.**

## **Referências**

### **Fontes/Arquivo Nacional:**

- SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. Cópia do relatório de inquérito policial militar. Atividades Subversivas – Julho de 1964 – Belém Pará, 19 NOV 1981.
- Documento ACE/SNI/Belém, nº 2358/72, 13 de novembro de 1972, Assunto: Geraldo Manso Palmeira, BNH – delegacia regional. Difusão 4º, DN 8º, RM – 1ª, Z. Ae. – SR/DPF.
- Documento de Informações nº 0338/15/ABE/72. SNI – Agência Belém, confidencial, ACE nº 2266/82.
- Extrato de prontuário de Benedicto Monteiro. Documento secreto do serviço federal de informação e contra informação. Rio de Janeiro, 68, 1 de junho de 1964. Ficha do IPM Nº18.0.15. Protocolo geral CGO 76.

- Acervo Iconographia em anúncio publicado na revista Veja, no dia 30 de dezembro de 1970. Imagem publicada em: Martins, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ Lilia. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea, São Paulo: editora Companhia das Letras, 1998, volume 4, pp.665

## Jornais

*A Província do Pará*, 17 de abril de 1964.

## Bibliografia

BARATA, Ronaldo. Cem dias quarenta anos depois. In: NUNES, André Costa et.al. *1964 – Relatos Subversivos: Os estudantes e o golpe no Pará*. Belém: Edição dos autores, 2004. p.119-149

DE PAULA, Delsy Gonçalves; STARLING, Heloisa; GUIMARÃES, Juarez (org.). *Sentimentos de reforma agrária, sentimentos de república*. Belo horizonte. Editora UFMG, 2006.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. 1964: temporalidade e interpretações. In: REIS, Daniel Aarão & RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O golpe militar e a ditadura: quarenta anos depois*. Bauru (São Paulo): Edusc, 2004, pp.15-28.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela. O golpe que derrubou um presidente, pôs o fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta. *João Goulart entre a história e a memória*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004

FONTES, Edilza. A reforma agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962). *Antítese*, v. 8, n. 15 esp., p. 366-392, nov. 2015.

FONTES, Edilza. *O golpe civil-militar no Pará em 1964: prisões, torturas e mortes de trabalhadores urbanos e rurais*. (no prelo).

FONTES, Edilza; MESQUITA, Thiago; MALHEIROS, Rogério. *Na estrada da memória: a história do município de Abel Figueiredo (1960-2012)*. Belém: editora Paka-tatu, 2012.

GARCIA JR; GIRYNNNSZPAN, Mario. Veredas da questão agrária e enigmas do grande sertão. In: Miceli, Sérgio (org.) *O que ler na ciência social brasileira: 1970-2002*. São Paulo: Anpocs, Sumaré: Brasília, Capes, 2002, p.311-348.

GRYNSZPAN, Mario. Da barbárie à terra prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. Alberti, Verena; Pandolfi, Dulce; Gomes, Ângela. *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002

MARTINS, José. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MONTEIRO, Benedicto. *Direito agrário e processo fundiário*. Rio de Janeiro: PLG comunicação, 1980.

MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém, editora Cejup, 1993.

MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Rodrigo. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: Ferreira, Marieta. *João Goulart entre a História e a memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PARÁ. Assembléia Legislativa. *Projeto de Lei de 1º de maio de 1962 de processo no467/62*. Cria o Instituto de Reforma Agrária no Pará, disciplina o aproveitamento de terras públicas e dá providências. Disponível em Acervo da Assembleia Legislativa do Pará.

PASSARINHO, Jarbas. *Na Planície*. Belém: editora CEJUP, 1ª ed. 1997.

SECRETO, Verônica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

\_\_\_\_\_. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 40, julho-dezembro de 2007, p.115-135.

**PARTE III**  
**Direitos humanos, diversidade e identidades**  
**na Amazônia**

## **DA AGRICULTURA DIVERSIFICADA PRODUÇÃO DA MONOCULTURA DO DENDÊ: A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO UMA COMUNIDADE DE MOJU/PA**

Elías Diniz Sacramento

### **Introdução**

A gente não vai dormir nunca com medo de uma guerra entre os países que produzem petróleo. A gente não vai dormir mais com medo de que um dia pode acabar o petróleo que existe no território brasileiro. Na hora que acabar, nós não precisamos cavucar o chão. Nós vamos é plantar mamona, soja, dendê, girassol e vamos extrair essa matriz energética extraordinária, que pode fortalecer ainda mais a independência do nosso país.

Luís Inácio Lula da Silva Presidente da Republica do Brasil- Moju-Pa - 27/04/2005. IN: [WWW.uniblog.com.br](http://WWW.uniblog.com.br)

O discurso apresentado por Luís Inácio Lula da Silva em Moju, na comunidade do Arauaí, palco do projeto piloto sobre a agricultura familiar com a monocultura do dendê, desenvolvido em parceria com a Agropalma, foi feito debaixo de um sol forte, uma vez que o presidente chegou nesta vila por volta das 12:30 hs do dia 27 de abril de 2005. Mostrou que o Brasil iria sim, investir neste tipo de produção, o dendê no caso, uma vez que ficou expresso em sua fala, que se o mundo “padecer da falta de petróleo, a mamona, soja, o girassol e o dendê serão a solução aqui do Brasil”, pois diferente dos combustíveis derivados do petróleo que é encontrado no solo, com esses produtos, se plantando, não será preciso “cavucar” o chão como afirmou o presidente.

Esse tipo de discurso mostra bem qual o interesse dos governos Municipal, Estadual e Federal para o campo. A visita inédita do Presidente da República em 2005 no município de Moju, que estava acompanhado do governo do Estado do Pará, Simão Jatene e do prefeito de Moju Iran Lima, além de quatro ‘importantes’ Ministros só faz concretizar a ideia de que a

agricultura do Brasil precisava tomar novos rumos, em outras palavras, ao invés de investir na produção de grãos que viessem gerar alimentos para a população brasileira, o caminho mais indicado a seguir, seria o de um grande investimento na produção do biodiesel, então, de acordo com o Ministério das Minas e Energia, tudo o que pudesse ser plantado para ser transformado em combustível, diga-se de passagem, para alimentar uma grande quantidade de automóveis, teria o apoio do Presidente.

Expulsar camponeses para a implantação de projetos desenvolvimentistas no Brasil e mais precisamente na Amazônia não é nenhuma novidade na história atual. Diversos métodos sempre foram utilizados, dos mais simples como a compra de terras por valores irrisórios até os mais perversos como a expulsão de suas pequenas propriedades, intimidação a violência explícita, ora por espancamentos e até assassinatos. Tudo isso possuía um significado, aumentar a expansão do agronegócio.

Agora, a nova modalidade de expansão do agronegócio que se pretende instalar na Amazônia, mais precisamente no município de Moju, sem sombra de dúvida é algo novo que está sendo posto dentro de um mundo capitalista que nunca primou por pensar o pequeno como algo que pudesse fazer com que a região pudesse se desenvolver. Neste caso, o que o governador Almir Gabriel, junto com sua equipe da Secretaria de Agricultura (Sagri) pensaram, a partir de 1997, depois de uma viagem a Malásia é realmente inovador, uma vez que a partir de então as famílias próximas dos projetos de dendê, mais precisamente a Agropalma em Moju estariam inseridas neste modelo de desenvolvimento, até então postos apenas para os que tivessem condições econômicas de desenvolvê-las.

Pensar a Amazônia como um espaço ainda ocioso e com excelentes condições para desenvolver algum empreendimento ainda permeia a mentalidade de muitos empresários do sudeste brasileiro e do sul. Essa mentalidade vem principalmente dos tempos dos governos militares. Na visão destes, a Amazônia, como foi entendida por ser um, carecia de um grande contingente

de seres humanos para trazerem o progresso para uma terra ‘inóspita’, naquilo que Don Erwin Krauer<sup>1</sup>, Bispo da prelazia do Xingu, condenou como se esses governantes não olhassem os índios e o os colonos que viviam nessas terras como seres humanos.

Petit, historiador Catalão, já na introdução do trabalho intitulado *Chão de Promessas*, nos mostra que o regime militar que nasceu em 1964, não representou grandes mudanças pelo governo Juscelino Kubitschek na presidência a partir dos anos de 1950, uma vez que o modelo continuou o mesmo para as regiões sudeste e sul. No entanto, para a Amazônia, nos diz o historiador,

foi a partir de 1966, após a criação Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia S/A (BASA), que se intensificaram as ações da Administração Federal na região. Essa intervenção modificaria substancialmente a forma de ocupação e utilização econômica do território e aceleraria o processo de expansão das relações capitalistas na Amazônia e suas articulações ao mercado nacional e, sob novas formas e produtos, ao mercado internacional. (PENARROCHA, 2003)

Uma crítica ao Presidente Lula é feita por Viana no livro “Plantados no chão”, onde a autora mostra que ao assumir a presidência da República com o discurso que daria mais atenção ao campo, priorizando uma agricultura familiar baseada na policultura fazendo com que os conflitos agrários diminuíssem, não é o que se tem visto. Segundo Viana, esses conflitos que deveriam diminuir ou desaparecer foram mais de duzentas mortes, um número significativo, uma vez que esses assassinatos eram muito criticados nos governos anteriores. A autora cita, por exemplo, a morte da missionária norte americana Dorothy Stang, que apoiava o projeto de desenvolvimento baseada nos PDS, Projetos de Assentamentos de Desenvolvimento Sustentável, no

---

<sup>1</sup> Ver documentário “Nas terras do bem-virá: das origens ao assassinato da irmã Dorothy”. Direção – Alexandre Rampazzo. Produção executiva – Tatiana Polastri. 2007.



município de Anapu, no Sul do Pará, bem diferente dos pretendidos pelos donos de Serrarias e da criação de gado na região e naquele município.

Lutzenberg, em uma de suas obras, “Manual da Ecologia: Do Jardim ao Poder”, nos mostra neste trabalho como falta uma mentalidade para o ser humano ver a beleza do mundo. Existe uma cegueira no homem diante da natureza. Para Lutzenberg, é possível conciliar progresso e preservação ambiental. Uma de suas grandes críticas estava relacionada ao uso de agrotóxico, pois além de ser prejudicial a saúde humana, também era muito prejudicial as plantas. (LUTZENBERG, 2004)

Da forma tradicional os colonos da Amazônia e do Brasil aprenderam com os nativos que viviam nestas terras quando aqui chegaram o uso da roça comum, onde cada morador geralmente não derrubava anualmente mais do que um hectare de mata para fazer sua plantação e ali introduzir uma diversidade de culturas como a mandioca, o milho, o arroz, a abóbora, a macaxeira, a melancia, o maxixe, o quiabo entre outros, numa ótica completamente diferente de apropriação do capitalismo. Em muitos casos ainda acontece dessa forma, sendo que depois de alguns anos, aquela área que foi derrubada está renovada para ser reutilizada, diferente do processo da derrubada de uma só vez de dez hectares para a plantação do dendê, onde nesta cultura, não se pode plantar mais nada, a não ser o dendê.

Ainda sobre a visita a Moju pelo presidente Lula, o governador do estado do Pará Simão Jatene, o Prefeito municipal Iran Lima e os quatro ministros, diversos meios de comunicação teceram vários comentários sobre o momento histórico em que as famílias vivenciaram, pois o próprio *ABC Político* ironizou a visita presidencial numa parte da Amazônia tão esquecida, uma vez que ali nesta comunidade faltava energia elétrica, o que foi uma das promessas do presidente para as famílias. No entanto, a construção de uma escola a menos de um mês da visita ilustre, chamou atenção, visto que antes as crianças eram obrigadas a estudar em um ‘barracão velho’, sendo que se estas autoridades

não fossem fazer esta visita, provavelmente continuariam por muitos anos nessa situação.

## **A comunidade do Arauaí**

Assim, o projeto da agricultura familiar do dendê na comunidade do Arauaí foi tido como um projeto-piloto idealizado pelo governador do Estado Almir Gabriel que através da Secretaria Executiva de Agricultura (SAGRI), com interferência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além das partes mais interessadas, a empresa Agropalma e as famílias, sendo que termos de compromissos e responsabilidades foram assinados por ambas as partes a fim de garantir maior segurança, principalmente para a empresa. As terras destinadas no primeiro momento do projeto deviriam se de aproximadamente 600 hectares, onde cada uma das cinquenta famílias deveria possuir aproximadamente 25 hectares, ou seja, cada família poderia plantar no Máximo 12 hectares de dendê.

Outros parceiros desse projeto foram os seguintes: a Emater que destinaria técnicos para acompanhar técnicos agrícolas junto também da secretaria Municipal de agricultura de Moju, o Basa, responsável por uma parte do financiamento, o órgão do governo Federal, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, além do Instituto de Terras do Pará, que regularizou as terras que ainda não estavam regularizadas e a Empresa Reasa, que auxiliou com as mudas e subsídios.

Os projetos agroindustriais, principalmente o dendê, chegaram a Moju nos fins dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Naquela década, com um pensamento de expansão, a firma, então na época Reasa, hoje Marborges, desencadeou um processo de acumulo de terras para a plantação do dendê, em que o município mojuense conheceu seus piores dias de turbulência, pois muitas famílias perderam suas propriedades, mas camponeses de duas comunidades chamadas de Ipitinga e

Curupeté, localizadas na Rodovia PA 252, que liga Moju ao município de Acará, mataram o representante desta firma, e que por sinal havia poucos meses sido empossado como vereador da Câmara municipal. Esse episódio ocorreu no dia 07 de setembro, e pode ser compreendido no 3º capítulo da dissertação intitulada *As almas da terra a violência no campo paraense*. (SACRAMENTO, 2007)

Nesse contexto, é importante focar a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju representado principalmente por Virgílio, Aldenor e outros líderes dos lavradores que junto com o padre Sérgio Tonetto, recém-chegado da Itália e com outros lavradores lutaram muito para que as famílias do campo não vendessem ou saíssem de suas terras. Como essas lideranças que pensavam uma Amazônia nos moldes de uma economia baseada na auto sustentabilidade este pagou com sua vida no ano de 1987. É de grande reconhecimento por muitas pessoas das várias comunidades de Moju, que enquanto esteve vivo, o sindicalista Virgílio, com sua concepção, foi muito importante para que estas resistissem nas suas terras.

Carmela Pereira, em um trabalho de Mestrado defendido pela Universidade de Brasília explica que a tensão gerada pelo conflito e modelo do projeto desenvolvimentista a todo custo queria passar pelas terras dos quilombolas, sendo que muitos espaços eram tidos como sagrados, como cemitérios, além de destruição de igarapés, de nascentes de igarapés, de roças, destruição de moradias, acabando com um modelo de vida há séculos pelos antepassados dessas famílias nesta região. E assim, continua Pereira, a figura do padre Sérgio e da equipe da Comissão Pastoral da Terra da região Guajarina foi muito importante, uma vez que esse foi o grande ‘advogado’ dessas famílias, que a todo custo a Vale do Rio Doce queria ‘enrolar’ com propostas irrisórias e insignificantes, sendo que no final de tudo, a empresa teve de se comprometer em pagar uma indenização justa para as famílias mais atingidas, bem como a construção de algumas benfeitorias como a construção de um

posto medico, de uma casa familiar entre outros. (PEREIRA, 2007)

Na Amazônia, problemas relacionados à questão da apropriação de terras quilombolas não é nenhuma novidade, como nos mostra Azevedo e Castro no trabalho sobre Negros do Trombetas, onde as duas autoras abordam o processo de chegada e instalação da empresa Mineradora Rio do Norte, no município de Oriximiná, no Oeste do Pará. Ali, as autoras mostram como esses homens e mulheres acostumados com um ritmo de vida, tiveram que buscar novas alternativas de vida depois que sofreram o impacto desta empresa que absorveu porções de suas terras, em nome do progresso e do desenvolvimento para a Amazônia. (ACEVEDO & CASTRO, 1998)

Maia e Moura (1995), menciona que o processo de instalação do projeto Albrás/Alunorte<sup>2</sup> fez com que mais de 500 famílias tivessem que desocupar seus espaços de moradas e de extração de seus alimentos para que essas terras ficassem a disposição da empresa. As autoras procuram mostrar que a maior parte dessas famílias faziam uso direto dos recursos ali existentes, desde a construção de suas casas, passando pelo uso dos igarapés para o consumo da água, para o banho, para a pesca, bem como da extração de frutos que eram dados nas arvores dos sítios, sendo que a roça era de onde retiravam basicamente os sustentos das famílias, foi o que mais impacto causou, uma vez que a dinâmica social desse modelo de vida é diferente do modelo do trabalho assalariado, pra onde essas pessoas deveriam ser encaminhadas como ‘recompensa.

Algo interessante que estas autoras apontam sobre a forma de instalação de grandes projetos na Amazônia e que está ligada diretamente com a expulsão do homem de suas terras é a transformação que também acontece no espaço urbano, uma vez que, por diversos motivos este incentiva o êxodo rural, ora por

---

<sup>2</sup> O Projeto começou a funcionar no município de Barcarena a partir do ano de 1976 depois de um acordo internacional firmado principalmente entre o governo brasileiro e o governo japonês

que, faz do processo, uma vez que as pessoas vendem suas terras, outra, por que as famílias são expulsas, por não se encaixarem dentro dos padrões desse tipo de empreendimento. Não diferente de Barcarena, que passou por esse mesmo processo, Moju, até os dias atuais continua apresentando índices alarmantes de crescimento demográfico urbano que são expressos no crescimento desordenado, uma vez que o município não se preocupa em receber essas pessoas, que não são preparadas para viver uma vida urbana, por falta principalmente de formação e principalmente por que a cidade não possui toda a estrutura com moradias adequadas e empregos, gerando assim, uma falsa sensação de ‘vida boa’.

### **Mentalidades externas**

A concepção de uma Amazônia desenvolvida nos padrões do que pensou Getúlio Vargas a partir dos anos 30 para o Brasil, principalmente no sudeste brasileiro e Juscelino Kubistchek já com a ideia da construção de uma rodovia que ligaria o sul ao norte do Brasil, fazendo com que esta nação pudesse se aproximar dos padrões dos países desenvolvidos, não foi diferente pós-revolução militar em 1964.

Antonio Couto, agrônomo da Sagri, em uma entrevista, afirmou que para todas as famílias que foram cadastradas no projeto da agricultura familiar com a monocultura do dendê, as que não estavam com suas terras legalizadas, tiveram que fazer isso junto ao INCRA, existindo um ‘esforço’ enorme para esse processo ocorresse, quando se sabe que na maior parte dos casos relacionados a essa falta de regularização no Estado todo perpassa por uma questão burocrática e que geralmente levam-se anos para a concretização.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> SANTOS, Antonio do Couto. Engenheiro Agrônomo. Funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará. Entrevista realizada em 12/09/2008, Belém-PA.

Uma preocupação deve se relacionar com os contratos firmados entre as partes, ou seja, entre a empresa Agropalma e os colonos da vila do Arauaí, pois além de fazer com que as terras dessas famílias produzam basicamente o dendê, é sobre como está especificado sobre a compra desse produto, no caso o dendê, pois segundo informações, o contrato é vitalício, podendo apenas a empresa Agropalma ser a única compradora, e a preço de mercado, não restando outra alternativa para os colonos.

Agora, uma coisa é importante frisar sobre esse novo modelo, é que de certa forma causa preocupação, pois se nos anos de 1980 quando os projetos agroindustriais foram se instalando, formou-se uma frente de resistência que em diversos trabalhos monográficos<sup>4</sup> sobre Moju, ressaltam a atuação do

---

<sup>4</sup> Neste caso, ver os trabalhos de LIMA, Jairo Valente. Conflito pela posse da terra – Moju-Pa (1984-1985). 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba-PA. Neste trabalho, o autor filho de camponeses da região do Ipitanga, descreve o conflito que terminou com a morte do vereador Edmilson Soares. SACRAMENTO, Edna do socorro Diniz. A luta pela terra em Moju: a história do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Pará, Campus de Abaetetuba-Pa. Neste trabalho, a autora, filha do sindicalista apresenta numa espécie de trabalho bibliográfico sobre a história do sindicalista assassinado em 1987. SACRAMENTO, Elias Diniz. Os conflitos pela posse da terra em Moju na década de 1980, Breve Resumo da História Social da luta pela Terra. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) – Universidade Federal do Pará, Núcleo Universitário de Tailândia-Pa. Aqui o autor, também filho do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento, apresenta um resumo dos principais conflitos pela terra em Moju na década de 1980, quando a agroindústria chegou nesse município. TONETO, Sérgio. Poderão matar as flores, mas não a primavera: a construção de Benezinho e Virgílio como símbolos de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região Guajarina. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Antropologia). Universidade Politécnica Salesiana/Sub-sed de São Luís do Maranhão. Neste trabalho, autor, padre Sérgio Tonetto, mostra o imaginário simbólico criado sobre a memória dos dois sindicalistas assassinados na região Guajarina, Benezinho em Tomé-Açú e Virgílio em Moju. Sérgio Tonetto quis mostrar como essas duas figuras incorporaram um projeto de defesa de lavradores, colonos, posseiros,

Sindicato dos trabalhadores Rurais, principalmente na figura de Virgílio Serrão Sacramento, depois Aventino Valente Rodrigues, Aldenor dos Reis e Silva e Armando Alves já nos anos de 1990, o que se vê nos tempos atuais ou desde que o projeto começou a ser pensado em Moju, no início dos anos de 2000, não se tem percebido uma 'barreira', para que esse projeto não fosse construído todo dessa forma, pelo contrário, o atual presidente, e que foi um dos organizadores dos movimentos sociais em Moju no começo de 1980, Manoel Libório, dá demonstrações de que é completamente de acordo com o projeto.

São várias as empresas empenhadas em utilizar a monocultura do dendê no município mojuense. Dentre essas empresas, por exemplo, existe a Marborges situada na divisa de Moju com o município de Acará, que ao se instalar, foi denominada de Reasa, sendo a que mais crise e pânico gerou nas famílias localizada na região do Jambuaçu, onde ali moravam e moram ainda várias comunidades remanescentes de Quilombolas. Assim, o método criado para se conseguir as terras dessas famílias pautava-se na base da violência, instalando-se um clima de terror sem limites, pois, ora a violência da intimidação se fazia presente, com derrubada das roças, invasão de gado para acabar com a plantação, queima das casas e a violência física, como espancamento, ameaças de mortes e assassinatos.

Em um trabalho apresentado a Embrapa, os autores Furlan Júnior, Veiga, e Kalter, apresentam um estudo mostrando a situação do dendê, mais especificamente alguns dados cronológicos. Assim, segundo esses autores, o dendê chegou ao Estado do Pará no ano de 1951, quando naquela época a Embrapa era a então IAN, Instituto Agrônomo do Norte, e que depois de uma visita a África, técnica trouxe de lá algumas linhagens para se obter mais informações a respeito da palmeira. (FURLAN JÚNIOR & KALTNER, 2001)

---

camponeses, ribeirinhos que estavam sendo expulsos de suas terras pelos projetos desenvolvimentistas da região, a ponto de perderem suas vidas.

Porém, segundo ainda os dados estatísticos, sua produção em larga escala se deveu apenas no ano de 1967, quando a antiga SPVEA – Superintendia do Plano de Valorização Econômica da Amazônia apoiou a plantação de 1 500 hectares no município de Benevides, e que somente em fins dos anos de 1970 chegou ao município de acará, com a Reasa, sendo que em Moju a Agropalma foi a primeira a plantar seguida de outras como, Dempasa, Crai, Agromendes. De acordo com estes autores, sobre o dendê, temos os seguintes dados.

**TABELA 1: Principais produtores e dendê do Brasil e intenção de novos plantios (hectares)**

	Ano						Total
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
<b>PARÁ</b>	38.61	9.280	8.000	9.810	6.500	5.500	77.701
Agropalma	1	5.000	4.000	5.000	5.000	5.500	50.00
Codenpa	26.00	30	300	300			3.130
Dentauá	0	250	500	750			3.850
Palmasa	2.500	500	500	500			4.723
Marborges	2.350	500	200	260			3.490
Yossam	3.223	3.000	1.500	1.500			6.000
Denpasa	2.530						1.608
Prog. Estd.	0		1.000	1.500	1.500	500	4.900
	1.608						
	400						
<b>Amapá</b>	3.500						3.500
Copalma	3.500						3.500
<b>Bahia</b>	9.572	800	5.400	5.900	0	0	21.672
Jaguaripe	700	500	1.000	1.500			3.700
Mutupiranga	0						0
	4.000	0	1.000	1.000			6.000
Oldesa	3.000						3.000
Pindorama	1.872	300	400	400			2.972
Opalma	0	0	3.000	3.000			6.000
Progr. Estd.							



<b>Amazonas</b>	1.900	0	5.000	5.000	5.000	5.000	21.900
Caiaue	1.900						1.900
Progr. Estd.			5.000	5.000	5.000	5.000	20.000
<b>Total</b>	53.58	10.08	18.40	20.71	11.50	10.50	124.77
<b>Brasil</b>	3	0	0	0	0	0	3

Fonte: FURLAN JÚNIOR, José, KALTNER, Franz Josef. & VEIGA, Alexandre Sanz.

Podemos perceber através da tabela apresentada, que apesar de existirem possibilidades do cultivo do dendê em outras partes do Brasil, principalmente na Bahia, onde já existia uma produção, é na Amazônia, principalmente no Pará que se concentra a maior produtividade deste produto, principalmente no estado do Pará, sendo que o município de Moju, Tailândia e Acará lideram a capacidade de maior desenvolvimento para essa monocultura. Fica evidente que a Agropalma dentre todas as outras empresas produtoras é a grande campeã e que mais possui estrutura para aumentar ainda mais essa capacidade de produção, tanto que em 2000, a empresa tornou-se maior acionista do Grupo Coacará, que a partir de então passou a se chamar Companhia Palmares da Amazônia. (HOMMA, 2001).

No contra discurso enfatizando que a agricultura familiar deveria ter outro viés, temos um relatório apresentado pela ONG Repórter Brasil, publicado no ano de 2008. Intitulado “O Brasil dos agro-combustíveis”. Apresenta uma série de dados a respeito de várias palmáceas como o algodão, o milho, pinhão-manso, a soja e o dendê que possuem qualidade para serem transformados em bicomcombustível. Este documento mostra, que a Agropalma, por ser a maior produtora de dendê no Pará com 34 mil hectares já plantados dos 106 mil hectares que esta possui, é a que mais consegue demonstrar que investir neste modelo de agricultura é

bom. O relatório mostra ainda que a Biopalma pretende cultivar 40 mil hectares das 70 mil adquiridas.<sup>5</sup>

Neste caso, é o que começa a ser pensado em Moju, nos fins dos anos de 1990. A anexação das famílias junto às empresas de dendê, principalmente a Agropalma, que iniciou sua atuação basicamente no ano de 1981, simultâneo com o empreendimento da Reasa. Só que no início de sua chegada em Moju, o pensamento de ampliação das terras como já foi mostrado eram outros, a expulsão das terras, diferente do que a Agropalma começou-se a pensar nos fins da década de noventa.

Tem-se então, no ano de 2008, o então projeto consolidado da agricultura familiar, no qual as famílias de Arauaí se tornaram “parceiras” desta empresa, um projeto desenvolvido em forma de diversas parcerias, sendo as seguintes: as famílias que possuísem um lote de terra, ou seja, 25 hectares, a agroindústria Agropalma, a prefeitura municipal de Moju, o governo do estado do Pará e o governo federal, cada um com suas responsabilidades. Então depois de muita discussão, a nível local, empresarial, municipal, estadual e federal, foi possível perceber a viabilidade para que o novo modelo de agricultura familiar fosse desenvolvido neste município, sendo o que causa muita preocupação é como a maior parte das pessoas foi basicamente levada a aceitar esse tio de empreendimento.

Antonio do Couto Santos, da Secretaria de agricultura do Estado do Pará, um dos responsáveis pela elaboração do projeto que começou a ser pensado no ano de 1997, após uma viagem do então governador do Pará Almir Gabriel à Malásia, onde percebeu que até ‘dentro dos quintais’ as famílias cultivavam o dendê, e que segundo Couto, o governador Almir Gabriel ficou fascinado com o modelo de agricultura familiar daquele país, um dos maiores exportadores deste produto. A ordem dada pelo governador ao então Secretario de Agricultura, Hildegardo Nunes, seria, a de que se existia grandes quantidade de terra próximo aos

---

<sup>5</sup> BRASIL, ONG Repórter. *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade – Palmáceas, Algodão, Milho e pinho-manso.*

empreendimentos de dendê aqui, por que então não fazer o mesmo com as famílias dessas regiões. A seguir um pequeno trecho em que o senhor Couto nos mostra o início do projeto.

Houve bastante resistência nesse sentido por que de primeira, o que se acreditava lá perante os pequenos produtores que não possuíam área legalizada e a gente foi tentar, de muita reunião com eles, a gente foi tentar que ninguém estava ali para tomar qualquer outra intenção, outra vontade de dizer assim, não isso aqui nos legalizar aqui pra vocês. Aí houve bastante resistência por que eles não eram donos da área, o dono da área era o Estado, aí sim que eles estavam ali como posseiros, digamos assim, e fazendo o seu dia-a-dia, trabalhando como cultura de subsistência, arroz, feijão, mandioca, que nós fomos lá pra dizer pra eles, olha nós não vamos tirar nada de vocês, nós viemos trazer oportunidade maior, bem como legalizar a área de vocês e havia muita resistência lá por que eram muitas famílias, umas trezentas a quinhentas famílias lá e pra selecionar cinquenta que quisesse participa\re de correto foi muito difícil até no momento em que nós estávamos quase pra desistir por não alcançávamos a quantidade necessária de cinquenta famílias, por incrível que pareça, na última reunião pra decidir isso só tinham quarenta e nove famílias e fomos obrigados até a ir atrás de uma pessoas lá e o camarada resistiu nem queria participar da reunião e nem queria saber do projeto e nós fizemos a ele, mostramos a ele que nós estávamos ali pra ajudá-los, nós queríamos que ele fizesse parte integrante do projeto e também legalizar a área onde ele estava residindo com sua família com sua filharada todinha e naquela proporção incrível de dizer pra eles que nós estávamos trazendo avanço na sua maneira de viver.<sup>6</sup>

Embora o projeto da agricultura familiar tenha sido idealizado na gestão do governador Almir Gabriel, foi muito mais na gestão do então sucessor de Almir, Simão Jatene que este projeto pode ser realmente concretizado. Como este se fez presente na visita do presidente Lula a Moju, em sua fala de agradecimento lembrou a todos os presentes, que o povo da

---

<sup>6</sup> COUTO, Antonio do Santos. Engenheiro Agrônomo. Funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado do Pará. Entrevista realizada em 12/09/2008, Belém-PA.

Amazônia é um povo sofrido, mas muito batalhador principalmente o camponês,

são as que constroem o Estado do Pará no seu cotidiano. Um povo simples que faz o milagre de transformar o seu suor e a terra em alimento". (...) o projeto do Moju é exemplo que deve ser replicado por outras comunidades: "A experiência com o dendê é a ponta do iceberg; podemos fazer assim também com a mandioca.<sup>7</sup>

## Conclusão

A Amazônia tem sido palco de conflitos durante todo o seu processo de colonização e ocupação. Desde a chegada dos portugueses nestas terras por volta do ano de 1616 quando se tem notícia dos primeiros confrontos entre ente índios Tupinambás e a esquadra de Francisco Caldeira Castelo Branco, o então conquistador do Grão-Pará, passando por muitos outros momentos de tensão que na maior parte das vezes levaram a derrota dos grupos mais fragilizados.

Desde o momento dessa ocupação, a colônia portuguesa sempre privilegiou o modelo de produção voltado pra exportação sempre pautado em um ou outro modelo que fosse sinônimo de dar lucros. Foi assim com os famosos casos de exportação do Pau-Brasil, algodão, açúcar, café, gado, ouro e até a borracha amazônica. Isso significa que os governantes, fossem monarquistas e até os republicanos não tivessem interesse em promover um modelo de produção de forma diversificada.

Tem assim durante todo esse tempo, e no século XX não foi diferente, principalmente a partir que os militares deram o golpe no Brasil. Para a Amazônia pensou-se na velha e tradicional política de desenvolvimento econômico pautada na produção da larga escala, com altos investimentos na pecuária e produção de indústria madeireiras e outros projetos agroindustriais. Não é a

---

<sup>7</sup> Discurso de Simão Jatene. Ex-governador do Pará. Disponível em: WWW.ABCPolitiko.com.br.

toa que resultado disso foram os conflitos inevitáveis que se iniciaram e persistem até os dias de hoje, quando grileiros e latifundiários tentam a todo custo tirar o pequeno agricultor que possui um pedaço de terra para o sustento de sua família. Acontece que no modelo da agroindústria, quanto mais terra, melhor para a produção do produto.

É nisso que se tem baseado projetos como da comunidade do Arauaí em Moju, pois ao invés de ficar tentando expulsar esse colono pela força, a agroindústria tem procurado cooptar esse sujeito para o 'seu lado', pois consegue fazer com que ele mude sua mentalidade de ficar trabalhando uma agricultura diversificada, mas para a empresa do agronegócio, nada rentável, mas se este for para a produção de uma monocultura, como no caso do dendê, a empresa só tende a aumentar seu lucro. E nesse sentido, muitas famílias acabam aderindo a esse modelo com a ideia e sensação de que elas também passam a fazer parte desse projeto inovador acreditando estarem em uma cadeia de estágio avançado, como do patamar dos donos das agroindústrias. No entanto, essas pessoas permanecem na mesma escala, pois sua produção não tem a mesma dimensão dos agroindustriais, apenas ficam sendo menor produtor que deverão repassar seu produto no final para que seja comercializado por quem está no topo da escala.

Assim, ficam os questionamentos principalmente quando for se verificar realmente junto aos estes colonos o que o fizeram mudar de um modelo tradicional de produção baseado na policultura pra um modelo em que só é permitido plantar um tipo cultura. O que, por exemplo, faz com um grande empresário aposte na 'parceria' até então inimaginável com o pequeno agricultor. Por que o governo federal, estadual e municipal compreende que investir mais na agricultura familiar baseada apenas em um produto pode ser sinônimo de coisa boa para o homem do campo, fazendo com que o famoso banco da Amazônia pudesse investir alto nesse empreendimento, diferente, quando trabalhadores rurais de vários municípios cobraram

investimentos junto ao FNO nos anos de 1990, e só conseguiram algumas concessões depois de vários anos de longas ‘batalhas’ jurídicas e de enfrentamentos com a polícia inclusive. São questões que precisam ser discutidas e analisadas com bastante seriedade para se entender melhor essas mobilidades no município mojuense.

Este trabalho procurou entender um pouco essas dinâmicas que ocorrem no campo da Amazônia. É apenas um exemplo de tantos que acabam acontecendo, e muitas vezes passam despercebidas. Evidente, que em um caso como este, é necessário ainda, seja elaborado um trabalho de campo mais eficaz. No entanto, trazer algumas dessas questões é necessário, para que dentro do campo do ensino possa ser percebido como tais questões econômicas estão sendo apresentadas para diversas famílias com tradições em outros campos.

## Referências

ARROYO, João, FATHEUER, Thomas & MACHADO José Alberto da Costa. *Amazônia: estratégias de desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a elaboração de Planos de desenvolvimentos e Agenda 21*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA/UFPA. 1998.

ASSIS, Francisco de & LOBO, Guilardo. *Estatísticas básicas: pesquisa e planejamento agropecuário da região norte*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA/UFPA, 1995

ASSIS, Francisco de. *Grande capital e agricultura na Amazônia: a experiência Ford no Tapajós*. 1ª Edição. Belém. Editora: UFPA, 1993.

ASSIS, Francisco de. *Agricultura familiar em transformação no nordeste paraense: o caso de Capitão Poço*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA, 2000

ASSIS, Francisco de. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. 1ª Edição. Belém. Editora: UFPA, 1992.

BARBOSA, Priscila Faulhaber. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA, 2001.

BRITO, Daniel Chaves de. *A Modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA/UFPA. 2001

BRÜSEKE, Franz Josef. *A Lógica da decadência: desestruturação sócio-econômico, o problema da anomia e o desenvolvimento sustentável*. 1ª Edição. Belém: Editora: Cejup. 1996.

CARMO, Eunápio Dutra do. *Gestão do trabalho na indústria de alumínio ALBRÁS: noção de qualidade e seus interlocutores*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA/UFPA, 2000.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Energia na Amazônia*. 1ª Edição. Belém. Editora: UFPA, 1996.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. 1ª Edição. Belém. Editora: UFPA, 1994

CASTRO, Edna Maria Ramos de & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Amazônias em tempo de transição*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA/UFPA, 1989.

CASTRO, Edna Maria Ramos de & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA/UFPA. 1993.

CASTRO, Edna Maria Ramos de & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *No caminho de pedras de Abacatal: experiência social de grupos negros no Pará*. 2ª Edição. Belém. Editora: NAEA/UFPA, 2004.

COELHO, Maria Célia & COTA, Raimundo. *10 anos da Estrada de Ferro Carajás*. 1ª Edição. Belém: Editora: NAEA/UFPA, 1997.

COSTA, Jackson & SILVA, Maria Jose Oliveira. *Demografia e mão-de-obra na Amazônia*. 1ª Edição. Belém: Editora: Alves, 1990.

COSTA, Luciana Miranda. *Discurso e conflito: dez anos de disputa pela terra em Eldorado do Carajás*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA/UFPA, 1999.

COSTA, Gilson da Silva. *Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA/UFPA, 2006.

DANSEREAU, Pierre. *A terra dos homens e a paisagem interior*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA/UFPA. 1999.

FERNANDES, Marcionila e GUERRA, Lemoel. *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2ª Edição. Belém: Edit. UNAMAZ. 2006.

GUTENBERG, Armando Diniz. *O Posseiro da fronteira: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense*. 1ª Edição. Editora: NAEA, 2001.

HEBETTE, Jean. *A Amazônia no processo de integração nacional*. 1ª Edição. Belém. Edit. NAEA/UFPA, 1974.

HEBETTE, Jean & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Colonização para quem? – 1ª Edição*. Belém: Edit. NAEA/UFPA, 1979.



HEBETTE, Jean. *O Cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia*. 1ª Edição. Editora: Vozes.

HEBETTE, Jean e CASTRO, Edna Maria Ramos de. *Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA/UFPA, 1989.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *A Escrita da história paraense*. 1ª Edição. Belém. Edit. NAEA/UFPA, 1998.

MOJU, Prefeitura Municipal. *Lei ambiental do Município de Moju: Lei n. 737, de 25 de agosto de 2003. Dispõe sobre a Política Municipal de Gestão Ambiental de Moju e dá outras providências*. SEMAGRI, 2003.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu & MONTEIRO, Dion Márcio Carvaló. *Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural*. 1ª Edição. Belém: Editora: NAEA/UFPA, 2006.

SENA, Ana Laura dos Santos. *Trabalho e trabalhadores da pesca industrial face à metamorfose do capital*. 1ª Edição. Belém. Editora: NAEA, 2006.

SOUSA, Raimundo Valdomiro de Sousa. *Campesinato na Amazônia: da subordinação à luta pelo poder*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA/UFPA, 2002,

TRINDADE, José Raimundo B. *A Metamorfose do trabalho na Amazônia: para além da Mineração Rio do Norte*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA/UFPA, 2001.

XIMENES, Tereza. *Cenários da industrialização na Amazônia*. 1ª Edição. Belém: Edit. NAEA/UFPA, 1995.

## **CORRENTES QUE APRISIONAM: A PRÁTICA DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO COMO UM ATENTADO CONTRA A DIGNIDADE HUMANA NAS AGROPECUÁRIAS DO ARAGUAIA/MT DURANTE A DÉCADA DE 1970**

Luciene Aparecida Castravechi

O presente texto tem como objetivo trazer uma breve reflexão a respeito das relações trabalhistas que envolvem a prática do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. As análises deste estudo se convergem para a área da Prelazia de São Félix do Araguaia<sup>1</sup> que está situada no Araguaia mato-grossense localizada na região nordeste do estado de Mato Grosso, fazendo divisa com os estados do Pará, Tocantins e Goiás. A região é formada por quinze municípios<sup>2</sup>, distantes em média a mais de 1.100 km de Cuiabá capital de Mato Grosso.

O recorte temporal privilegia a década de 1970, pois o governo ditatorial militar implantou no Brasil novamente uma

---

<sup>1</sup> Conforme informações retiradas da carta pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, o decreto de criação da Prelazia de São Félix do Araguaia, denominado de "Quo commodius", foi assinado por Paulo VI, aos 13 de março de 1970, estabelecendo os limites estritos da Prelazia de São Félix: "Ao norte, os confins da Prelazia de Conceição do Araguaia, que atualmente delimitam os Estados do Pará e Mato Grosso; ao leste os confins da Prelazia de Cristalândia, e ao oeste os da Prelazia de Diamantino, ou seja, os rios Araguaia e Xingu; ao sul a linha traçada em direção noroeste desde a confluência dos rios Curuá e das Mortes; e daí em linha reta até a confluência dos rios Couto de Magalhães e Xingu". A Prelazia de São Félix abrange 150.000 km<sup>2</sup> dentro da Amazônia Legal, no Nordeste de Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal (CASALDÁLIGA, 1971, p. 4).

<sup>2</sup> Sendo estes: Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascelheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada e Vila Rica.

política de (re)ocupação<sup>3</sup> da Amazônia, área considerada espaço vazio, assim sob o pretexto de promover a Segurança Nacional, os militares instituíram naquela região os Projetos de Colonização e Agropecuários em favorecimento do grande capital estrangeiro, sendo desenvolvidas naquela área atividades econômicas ligadas principalmente aos setores agrícolas e pecuários. Para a instalação dos projetos, as empresas receberam do governo grandes extensões de terras e incentivos fiscais para expansão das novas “fronteiras agrícolas” da Amazônia<sup>4</sup>.

A partir dos subsídios oferecidos pelo governo militar, bem como os incentivos fiscais e o crédito com juros e taxas muito baixas oferecidas pelo Banco do Brasil e pelo BASA, muitos empresários se interessaram pelos projetos de colonização, agropecuários, madeireiros e minerais na Amazônia. Esses projetos deixaram de lado a população local: posseiros, índios, ribeirinhos, caboclos, pequenos extrativistas e agricultores que foram expulsos de seus antigos territórios para darem lugar à entrada do grande capital nacional e estrangeiro.

A política de colonização da Amazônia ocasionou grandes mudanças na região, bem como a expulsão de índios e posseiros para dar lugar aos pastos e a concretização de uma nova economia pautada na ótica do capitalismo excludente. Portanto, “As novas atividades econômicas instauraram o grande latifúndio moderno, vinculado a poderosos conglomerados econômicos nacionais e estrangeiros” (MARTINS, 2009: 75).

---

<sup>3</sup>Remetemos ao processo de (re) ocupação, para demonstrarmos que a Amazônia já era ocupada por etnias indígenas e povos da floresta, antes da entrada das empresas agropecuárias e projetos de colonização implantados durante a ditadura militar no Brasil, a qual alegava que o interior do país, ou seja, a Amazônia Legal era considerada como espaços vazios. A respeito consultar: (BECKER, 1982); (BECKER; MACHADO, 1990);(GUIMARÃES NETO, 2002).

<sup>4</sup>A região Norte está inserida na Amazônia que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins. A Amazônia Legal é acrescida pelo Estado de Mato Grosso e parte do Maranhão.

O trabalho de abertura e desmatamento desses novos empreendimentos ocasionou a demanda de um grande número de trabalhadores, sendo estes buscados principalmente nos estados do Nordeste do Brasil. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como *peões*, subjugados pelos grandes proprietários rurais ou funcionários intermediários.

José de Souza Martins alega que os projetos agropecuários na Amazônia transformaram o espaço rural, e conseqüentemente ocasionaram a concentração de terras e os conflitos por estas pelos diversos grupos sociais presentes naquela região:

A tendência à concentração fundiária não tem se dado impunemente. [...] o Estado tem a sua política em relação à questão, as empresas têm a sua, mas eles não estão sozinhos [...]. Existem os interesses daqueles que não estão na terra e que precisam de terra para trabalhar. Portanto, a tendência à concentração fundiária tem sido, ao mesmo tempo uma tendência ao aumento dos conflitos pela terra. (MARTINS, 1984:68).

Os projetos oficiais de colonização ocuparam 7.104.285,3 ha representando 73,4 % da terra apropriada para essa finalidade, e enquanto os projetos particulares 2.573.485,6 ha e 26,6% do total, respectivamente (BECKER; MIRANDA, 1990: 35). O Estado de Mato Grosso desenvolveu projetos de assentamento em conjunto ligados ao PIC, sendo estes em sua maioria de iniciativa privada concentrados em duas áreas de destaque: parte Norte da rodovia Cuiabá-Santarém, e parte Leste, na bacia do Araguaia (BECKER; MIRANDA, 1990:36).

Os empreendimentos agropecuários estabelecidos no nordeste do Araguaia mato-grossense, merecendo destaque as empresas CODEARA, FRENOVA, Suiá-Missu, BORDON S/A, Tamacavy, TAPIRAGUAIA, entre outras demandavam um número significativo de trabalhadores que passaram a ser buscados em outros lugares, especialmente em razão da falta de mão de obra na região para o atendimento de suas necessidades, de tal sorte que as mesmas tiveram que buscar trabalhadores no

estado de Goiás e no Nordeste brasileiro, como veremos mais adiante.

Com a entrada das empresas agropecuárias na região do nordeste de Mato Grosso ocorreu a inserção do trabalho assalariado, prática “desconhecida” ou não exercida pelos posseiros, que estabeleciam suas técnicas laborais através das relações de troca ou da reciprocidade. Através destes empreendimentos incidiu uma corrente migratória impulsionada pela migração laboral, pelo uso de *peões* nos trabalhos de aberturas das novas fazendas durante a década de 1970 a 1980. Os números de migrantes para a região são incertos, mas de acordo com Casaldáliga (1971: 112) só a CODEARA estabelecida em Santa Terezinha no ano de 1966 possuía 1.200 trabalhadores, em contrapartida no povoado havia 140 famílias, cerca de 500 pessoas residiam naquele local, desse modo, o número de trabalhadores migrantes excedia em muito ao número dos moradores de Santa Terezinha.

### **Correntes do Araguaia: o modus operandi do trabalho escravo contemporâneo**

Para Ricardo Rezende Figueira a escravidão contemporânea, possui algumas diferenças em relação à antiga, mas também guarda semelhanças “a vítima é sempre uma estranha ou estrangeira no local onde ela é submetida. O escravo é o outro absoluto, o migrante, o diferente; não é o de casa. Estranhas ao local onde o trabalho é executado, as pessoas ficam mais vulneráveis aos abusos e às coerções dos seus senhores” (FIGUEIRA, 2005:3).

O serviço de contratação é realizado por terceiros, empreiteiros, conhecidos também como *gatos*, aos quais cabe aliciar os trabalhadores com falsas promessas de alta remuneração, boas condições de trabalho e todo tipo de assistência. Tal processo se inicia com o recrutamento, transporte, alojamento, alimentação e vigilância. Essa experiência se

materializa com maus-tratos, fraudes, ameaças e violência física ou psicológica. Para que a prática da escravização do trabalhador tenha maior eficácia é necessária determinada condição de legitimidade, conferida à relação entre o *gato* e o *peão*.

Ao aceitar a proposta de trabalho do *gato*, o trabalhador já se vê endividado, em seu contrato começa a acumular a sua dívida: transporte em caminhão, conhecido como pau-de-arara, hospedagem em pensões e fornecimento de mercadorias. Ao chegar à fazenda são alojados em lugares insalubres, com péssimas condições de higiene, são obrigados a fazer suas compras nos armazéns da fazenda, e ao final do mês a sua conta é maior que sua remuneração. Essa situação os faz ficarem presos nas fazendas, pois como sempre devem ao *gato*, há um sistema de vigilância realizado por pistoleiros para impedir a fuga. Na imensa maioria esses trabalhadores não possuem carteira de trabalho assinada. Toda essa situação de dependência e falta de liberdade, configura a condição análoga à de trabalho escravo, conforme a lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003 do artigo 149 do código penal brasileiro:

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou jornadas exaustivas, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com empregador ou preposto. Pena – reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além de pena correspondente à violência (Apud GOMES, 2008:15).

Conforme, Ângela de Castro Gomes, discutir a questão do trabalho escravo contemporâneo no início do século XXI não implica mais em reconhecer e condenar a existência dessa forma de exploração, mas de se firmar um acordo sobre qual a melhor forma de se abordar – legalmente, politicamente e academicamente este problema que marca o mundo do trabalho contemporâneo e que possui grande poder de mobilização, nacional e internacional. Ainda de acordo com a autora, empregar o termo trabalho análogo ao escravo decorre de uma expressão

que a literatura que aborda o tema se utiliza para tratar da memória e de suas relações com a história, as quais podem ser chamadas de “usos do passado”. Este uso provém da releitura e da re-significação do passado, realizada evidentemente pelo julgamento deste, o qual está estruturado como uma estratégia política que mobiliza as relações entre história e memória com o propósito de assegurar direitos, neste caso os direitos humanos vinculados ao ato de trabalhar (GOMES, 2008:33).

Portanto, para Gomes “entender a categoria trabalho análogo à de escravo não como um “rótulo”, mas como uma “metáfora”, construída pelo discurso e pelas práticas que objetivam seu combate no mundo contemporâneo, particularmente no Brasil” (GOMES, 2008:38-39). Para compreender a categoria trabalho análogo à de escravo como uma metáfora, que a autora “titula” os trabalhadores de “escravos”, justamente para dizer o que eles não o são, e que é intolerável a existência de escravos e de escravidões de quaisquer tipos.

Os proprietários de pensões e comércios locais estabelecem acordos com o empreiteiro para manter os trabalhadores, em seu estabelecimento até o próximo contrato de serviço. Ao serem contratados, esses *peões* têm sua dívida saldada junto à pensão. Ela deverá ser paga com seu trabalho na futura empreita. Este pagamento, por vezes, é feito sob a forma de vales, papéis nos quais o *gato* declara o valor devido ao trabalhador. Outra prática comumente utilizada pelos donos de comércios é atribuir aos referidos vales um valor muito inferior para depois receberem dos *gatos* seu valor de face, integral. Essa prática provoca o endividamento do *peão*, que fica preso na fazenda enquanto não quitar sua dívida com o *gato*, o trabalhador se vê impedido de vender sua força de trabalho à outra empresa.

A precariedade do trabalho se revela para os trabalhadores rurais conhecidos como *peões*, a partir das suas condições de trabalho, a qual é evidenciada no seu cotidiano pela insegurança que vive no seu local de trabalho, pelos equipamentos usados,

pelo trabalho exaustivo que enfrentam, bem como as condições do alojamento, alimentação fraca e inadequada para suprir suas necessidades diárias de proteínas e calorias, insalubridade e falta de assistência médica.

Os *peões* enquanto categoria de trabalho surge a partir da entrada dos empreendimentos agropecuários na Amazônia. Conforme Borges (2002) o trabalho destes já nasce de forma precária e não como um trabalho que se precariza por conta de uma intensificação de exploração, como ocorreu ao longo da história. Essa atividade ocorre nos espaços de frentes pioneiras, tendo em vista que são áreas que estão sofrendo a inserção do capitalismo, bem como a abertura de fazendas. Vale ressaltar que em alguns casos a exploração destes trabalhadores se torna exacerbada ao ponto de se utilizar da violência nas relações de trabalho, configurando assim, um dos elementos que caracterizam a prática do trabalho escravo contemporâneo.

## O medo no espaço de trabalho

Segundo Dom Pedro Casaldáliga<sup>5</sup>, no início dos anos de 1970, no nordeste do estado de Mato Grosso, a mão de obra vinha do Nordeste brasileiro e de Goiás, os métodos de recrutamento eram promessas de bom trabalho e remuneração justa, feita geralmente por *gatos* que assumiam os trabalhos nas

---

<sup>5</sup> Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. No ano de 1968, Dom Pedro Casaldáliga veio para o Araguaia mato-grossense como missionário para assumir as responsabilidades pastorais. Sentiu-se convocado, diante dos problemas encontrados, além das diligências religiosas, investiu tempo e energia na organização de indígenas e posseiros e nas denúncias das violações dos direitos humanos que estes e os *peões* sofriam. Em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa.



fazendas sob o regime de empreita, uma forma de terceirização que pretendia isentar o fazendeiro das arbitrariedades que sabidamente o *gato* cometia.

Os pagamentos eram efetuados como e quando o *gato* queria, muitas vezes apenas com vales, que era uma maneira de prender o trabalhador, fato que gerava um comércio paralelo desses papéis, alguns vendidos pela metade que valiam. Inútil denunciar tais crimes à polícia militar, frequentemente conivente com as irregularidades, ou quando não impotente para enfrentar os interesses daquelas empresas, conforme nos revela o documento abaixo:

O delegado e a polícia local não estão salvos da influência toda poderosa dos ricos locais e fazendeiros. São utilizados à serviço da escravidão. O delegado é comprado e não tem autoridade para dar voz de prisão a um poderoso e é intimidado em vez de intimidar. Se pede reforço, não encontra mais nem um rastro do criminoso.<sup>6</sup>

Ao fim dos trabalhos, os *peões* eram largados nas vilas e tinham que arcar com as despesas de volta para seus estados de origem. Considerados pelos moradores locais como inferiores, muitos assumiam essa identidade, passando a viver entre períodos de trabalho forçado nas fazendas (que podiam durar meses) e períodos de folga nas vilas à espera do próximo trabalho, permanecendo em locais públicos (praças, ruas, terminal, rodoviário), reconhecidos como pontos de concentração desse tipo de mão de obra e aos *gatos* e proprietários de terra recorriam quando precisavam de seu trabalho.

O trabalhador migrante conhecido como peão do trecho<sup>7</sup> é uma analogia ao pião de brinquedo que roda de um lugar para

---

<sup>6</sup> Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08.1.2.48, 1971, p.1.

<sup>7</sup> Trabalhador fora do seu lugar de origem, desligado das antigas relações familiares sem construir novas, trabalha sucessivamente em fazendas atrelado a um ou a diversos empreiteiros. Entre uma empreitada e outra cria débitos em pensões e cabarés, mantendo-se preso à rede de endividamento e ao trabalho coercitivo.

outro em busca de trabalho, seja qual for e onde for. Os documentos da Prelazia de São Félix demonstram que *peão* “é um termo usado na região para designar o trabalhador rural que trabalha nas derrubadas para a instalação de fazendas e projetos agropecuários aprovados pela SUDAM”<sup>8</sup>. O trabalho desses *peões* se dava da seguinte forma: com o *gato* ou “sub empreita”, e por time ou em “sociedade”.

Os *gatos* eram responsáveis pela contratação dos trabalhadores, pois agiam como mediadores no processo de contratação e aliciamento destes trabalhadores para o nordeste de Mato Grosso. Eles eram responsáveis pelo controle dos trabalhadores, pela execução do serviço, funções estas que eram realizadas de modo informal e pessoal. Geralmente, os *gatos* pertenciam à mesma categoria social dos trabalhadores, e até mesmo realizaram trabalhos como *peões*. O trabalho realizado junto ao *gato* era a forma mais comum na região. O *gato* formalizava um contrato escrito com a fazenda, no qual constavam as exigências de execução da empreita, prazos, preços, etc. Incluía também a isenção explícita de assistência médica aos *peões*, sendo apenas responsáveis pelo tratamento da malária, mas que na maioria das vezes como nos expõe os documentos da Prelazia, as fazendas não se preocupavam com a saúde dos trabalhadores, tendo em vista que:

Por conseqüência, não há seguro, nem assistência médica. As fazendas não são equipadas para atender os peões doentes ou acidentados. Não há médicos, nem enfermeiros. [...] Os medicamentos são insuficientes e pagos. [...] A maioria das mortes de malária é devido a falta de atendimento. Envia quando já está passando. E o pior é que trazem casos graves para os povoados sem recursos, quando o caso só se resolve em Brasília ou Goiânia.<sup>9</sup>

---

Em geral é analfabeto, sem qualificação profissional e tem problemas de alcoolismo. É também chamado de *peão rodado* (FIGUEIRA, 2004, p.18).

<sup>8</sup> Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08. 1.2.48, 1971: 01.

<sup>9</sup> Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08. 1.2.48, 1971, p. 1-2.

Os códigos que regulam as relações de trabalho, tanto para trabalhadores como para empregadores não estavam presentes no cotidiano dos *gatos*, conforme Bruno e Vieira “que organizam sua relação com os trabalhadores baseados na experiência, onde predomina a naturalização da exploração do trabalho e o desrespeito às leis trabalhistas” (BRUNO; VIEIRA, 2011: 49). O *gato* impõe-se de modo pessoal através de ameaças física e moral, configurando o crime contra a dignidade humana, pois os trabalhadores estavam sujeitos à violência, coação e humilhação.

Diante desse universo desse universo de exploração e desrespeito aos direitos humanos, todos os agentes (*fazendeiros, gatos, gerentes, peões*) envolvidos no trabalho nas agropecuárias no nordeste de Mato Grosso possuem algum tipo de medo. O medo mais constante presente nos documentos da Prelazia de São Félix diz respeito à morte. “Confio em mim; e confio em Deus. A vida que eu tenho, eles têm. Eles têm o medo que eu tenho” (CASALDÁLIGA, 1971: 08).

O medo está relacionado a vários fatores e cada indivíduo se comporta de forma diferenciada em relação a este sentimento, em alguns causa a paralisação em outros a reação que pode ser manifestada de maneira direta contra aquilo que é perigoso a partir da fuga ou outro modo de defesa (FIGUEIRA, 2004: 156).

Há vários tipos de medo presentes nos espaços de trabalho nas agropecuárias:

Ele se manifesta em relação aos animais, à distância, à chuva e à seca, às dívidas crescentes, à viagem, à permanência na fazenda, à fuga, à polícia, aos homens que controlam o trabalho, aos que detêm o monopólio da violência e definem a solidão, às sanções morais e físicas e, por isso, aos limites do movimento do corpo e da liberdade. (FIGUEIRA, 2004: 155).

Os maus tratos contra os trabalhadores nas fazendas desencadeavam nestes o ato da fuga, o sentimento de medo provocado pela violência incitava nos trabalhadores a obediência e submissão, aumentando a reciprocidade entre os trabalhadores,

pois estes agem em conjunto para fugir das fazendas ou para se defender das agressões como nos mostra o documento a seguir:

Um peão, maranhense, da fazenda “Tamacavi” – onde ele e outros colegas viram um peão “amarrado entre dois animais”, por castigo, - ele chegou a São Félix, doente. Conseguiu não voltar à fazenda, por temor às represálias do gerente, e fugiu atravessando a pé a Ilha do Bananal. “Direi aos meus colegas do Maranhão: fiquem aqui, ganhando dois contos... Aqui a gente vive... Lá é prá morrer!” (CASALDÁLIGA, 1971: 107-108).

Nas fugas os *peões* contavam muitas vezes com a ajuda dos posseiros da região, que abrigavam em suas casas, dando-lhes comida e orientações sobre os caminhos a seguir. Os índios Karajá e Tapirapé também eram seus aliados, levando-os de canoas para a outra margem do rio Araguaia para o estado de Goiás (ESTERCI, 1987: 109).

O medo das doenças, principalmente da malária, assim como o medo de morrer anônimo na mata, sem os devidos cuidados e apoio da família, incitavam os trabalhadores empreenderem a fuga, bem como enfrentarem os riscos de serem pegos pela polícia local e pelos seguranças privados das empresas.

Vieram para “Codeara”, com ele, 35 homens, e já 15 tinham morrido. Ele próprio afirmava: “Não tenho medo da fome, mas de morte de doença na mata. É horrível. Morre esquecido, queimando de febre e sabe que será enterrado como os outros sem caixão, e que jamais a família vai saber” (CASALDÁLIGA, 1971: 109).

Morrer anônimo incitava no trabalhador migrante um grande medo, o medo de ser esquecido, de sofrer dentro da mata sem ajuda, e sem poder contar com um enterro digno, deixando assim, a família com a dúvida da sua verdadeira ausência. Estes “homens que não só foram mortos fisicamente, mas tiveram uma outra morte, a simbólica, expressa na ocultação de suas identidades, quando não, dos próprios corpos” (FIGUEIRA, 2004: 289).

A dívida impagável gerada no armazém da fazenda e a violência representada pela presença de homens armados poderia gerar o medo e como resposta a este, a propagação de uma violência em maior grau, ou seja, estes trabalhadores tornavam-se reprodutores de uma violência aberta como um ato de defesa de si ou de seus companheiros. “Josué Messias, do norte de Goiás, foi enganado à “Tamacavi”. Quando quis fugir, o gerente tentou matá-lo. Os colegas do peão reagiram, ameaçando de morte o gerente se Josué morria. Só assim consegui sair” (CASALDÁLIGA, 1971: 108).

O conflito e a violência são inerentes aos mecanismos de execução e controle do trabalho de sujeitos mantidos em situação análoga ao de trabalho escravo no interior das fazendas. Neste espaço o medo surge como um resultado que provoca a aumento da violência, como também é considerado a sua causa, visto que o medo não só aterroriza como também incita a atitude de matar por este sentimento (FIGUEIRA, 2004: 211).

A fuga dos trabalhadores decorre de uma situação insuportável caracterizada pelo grau de violência aplicada no ambiente de trabalho, a dívida crescente e o medo da malária tirar-lhes a vida. “Outros muitos, doentes, sentindo-se sem forças e temendo morrer naquelas condições, não conseguindo receber o que de direito, fogem para sobreviver. Outros ainda fogem por se verem cada vez mais endividados. E nestas fugas são barrados por pistoleiros pagos para tanto” (CASALDÁLIGA, 1971: 27).

Tem-se que levar em conta que os lugares onde ocorria a prática de trabalho escravo eram regiões remotas, distantes dos olhos das autoridades, lugares de difícil acesso até mesmo para funcionários pelas investigações e pelas providências legais contra os empregadores (MARTINS, 1999). As empresas estavam distantes dos cuidados das autoridades e da opinião pública, em contrapartida os trabalhadores eram desprovidos de conhecimento sobre seus direitos legais, bem como estavam desamparados pelo Estado e distantes dos meios de comunicação

para denunciar as suas condições de trabalho nas fazendas da Amazônia.

A instituição que tomou frente às denúncias de trabalho escravo no Araguaia foi a Igreja que a partir de várias acusações de padre Francisco Jentel, padre Antônio Canuto e Dom Pedro Casaldáliga<sup>10</sup>, conseguiram em 1971 a intervenção da Polícia Federal na CODEARA em Santa Terezinha, reprimindo os prepostos da agropecuária fazendo liberar centenas de trabalhadores coagidos, fato este que teve publicidade em nível internacional pelas denúncias de Dom Pedro, bem como nacional pela repercussão em jornais, como “O Globo”:

GOIÂNIA (O GLOBO 16-2-71) Chegou à Justiça Federal o inquérito realizado pela Polícia Federal neste Estado e apontando como um dos maiores processos – talvez o maior -, sobre escravidão branca no Brasil. Para levá-lo a termo, a Sub-Delegacia Regional de Goiás preparou o mais volumoso inquérito de sua história, ouvindo cerca de 400 pessoas.

Centenas de trabalhadores, somente no ano passado, foram aliciados em Santa Helena, Anápolis, Goianésia, Gurupi, São Miguel do Araguaia e Goiânia. Muitos deles abandonaram o trabalho certo e humano, ludibriados (...) e se transferiram para a fazenda Santa Terezinha no município de Luciara, Mato Grosso, à margem do Araguaia, ali viveram no inferno, que só terminou quando os agentes federais entraram em ação, acabando com o verdadeiro campo de concentração armado nas selvas, onde os peões se matavam no trabalho sem remuneração ou morriam de malária e outras doenças, sem qualquer assistência. Chamava-se Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – CODEARA – a empresa da fazenda Santa Terezinha.<sup>11</sup>

Dom Pedro questiona em sua Carta Pastoral que a intervenção da Polícia Federal só se fez presente na região porque a opinião pública foi mobilizada, caso contrário não haveria

---

<sup>10</sup> A condescendência com a prática do trabalho escravo contemporâneo no Brasil foi quebrada pela Carta Pastoral de Dom Pedro Casaldáliga, intitulada *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social* de 1971, no atributo de Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia em Mato Grosso.

<sup>11</sup> O GLOBO apud CASALDÁLIGA, 1971: 111-112.

nenhuma fiscalização em relação aos trabalhos nas fazendas. Significativa é a carta escrita por um *peão* da fazenda Suiá-Missu ao Ministro do Trabalho, carta<sup>12</sup> esta que seria levada em mãos ao Ministério, mas que nunca foi, pois o trabalhador não tinha condições financeiras para se deslocar até Brasília.

Casaldáliga aponta que durante a intervenção da Polícia Federal os empresários não sofreram a mínima punição. O jornal “O Globo” chegou a publicar que “Foi o primeiro projeto da SUDAM a contar com atividade regularizadora do Ministério do Trabalho” e que “foi investigada exaustivamente a possibilidade de trabalho escravo, ou de qualquer manifestação de abuso de poder econômico, nada tendo sido encontrado de irregular ou lamentável” (CASALDÁLIGA, 1971: 28). Em contrapartida o empreiteiro da CODEARA, segundo relato oral, sofreu maus tratos pela Polícia Federal:

Ernestino: (...) Que eu sei, foi preso um aqui na Codeara. Teve um em Vila Rica que foi preso, também, que eu não sei o nome dele. Esse daqui da Codeara, eu sei. Foi o Madigar. Por não gostar de pagar peão. Diz que ele era muito ruim para peão. Aí a Polícia Federal fazia ele subir no... Não tem aqueles coqueiros que têm espinho assim, o babaçu? Fazia ele subir lá em cima. Isso eu vi nos braços dele, tudo... Criou uns caroçinhos duros assim, de ele agarrar nos coqueiros. Diz que subia lá em cima, daí faziam ele descer de novo. Acabava o espinho do coqueiro, mandavam ele subir de novo. Judiaram muito dele. Judiaram muito desse homem. Era nessa fazenda Codeara, aqui na beira do rio. Perto de Santa Terezinha, para lá...

Pesquisador: Por que a polícia fez isso?

Ernestino: Ele judiava do peão, não é? Mandava bater no peão. Tinha guarda-costas. Mandava judiar do peão. Esse é o único que eu conheci.<sup>13</sup>

Aqui vale mencionar um ditado popular “A corda sempre arrebenta para o lado mais fraco”. Se nos dias atuais os fazendeiros contestam a existência de trabalho escravo em suas

---

<sup>12</sup>Sobre o conteúdo da carta, consultar: CASALDÁLIGA, 1971: 118.

<sup>13</sup> DEPOIMENTO. apud FIGUEIRA, 2004: 378.

propriedades e muitas vezes descarregam a culpa nos fiscais e nos *gatos* pelo excesso de violência, negam diante das autoridades e da imprensa nada saberem dos descumprimentos de leis trabalhistas, mesmo que o seu imóvel seja autuado por repetidas denúncias. Como vimos nos documentos da Prelazia na década de 1970 as agropecuárias no nordeste do estado de Mato Grosso nunca sofreram nenhum tipo de punição judicial, mesmo com a existência do artigo 149 no Código Penal brasileiro datado desde 1940 que penaliza como crime: “Reduzir alguém à condição análoga a de escravo: Pena – reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos” (GOMES, 2008: 15).

As empresas que adquiriram terras no Araguaia mato-grossense eram distantes do setor agropecuário (atuantes nos setores de telecomunicações, indústrias de automóvel, bancos), ou seja, eram empresários com alto poder aquisitivo, além de poderem contar com o incentivo e apoio financeiro do Estado que naquele momento teve a sua presença assinalada naquela região a partir da entrada dos projetos de colonização e agropecuários, os quais tomaram para si o uso indiscriminado da violência contra índios, posseiros e *peões*. Desse modo, a partir da vasta documentação produzida por Dom Pedro e pela sua equipe pastoral, podemos alegar que a prática do trabalho escravo foi inserida no Araguaia como uma estratégia econômica para apropriação de mão de obra com a utilização da violência.

A Prelazia era o reduto dos trabalhadores, aos fugirem das fazendas estes se dirigiam para as Igrejas onde obtinham auxílio médico para o tratamento da malária, ajuda para voltarem para seu lugar de origem, bem como denunciar a superexploração nas empresas.

Tinha um menino de 16 anos e outro de 15, fugiram e denunciaram e foi quando a polícia federal baixou lá e resgatou 500 trabalhadores (...) é naquele tempo era um tempo que o pessoal trazia os peões cada ano trazia de um canto porque no ano seguinte a notícia chegava no lugar de origem e não vinham do mesmo lugar. Em 1972, eu mesmo ajudei 70 a fugir, eles chegavam lá em casa eu escondia eles lá no morro, ai de



noite eles atravessavam o Araguaia e iam embora. É, naquele ano fugiram uns 400 pelo menos. (CANUTO apud SOUZA, 2009: 99).

A frequência das fugas na CODEARA demonstra a face da violência empregada contra os trabalhadores, mesmo estes correndo o risco de serem capturados e espancados tanto pela polícia local quanto pelos jagunços da fazenda. Os *peões* empreendiam a fuga como um mecanismo para se libertarem de uma situação inaceitável caracterizada pela submissão e humilhação de pessoas obrigadas a trabalharem sob vigilância constante, com alimentação e alojamentos precários, falta de pagamento, jornadas de trabalho extenuantes, falta de assistência médica, bem como a coerção física como o agravante mais expressivo dessa relação de violência no ambiente de trabalho.

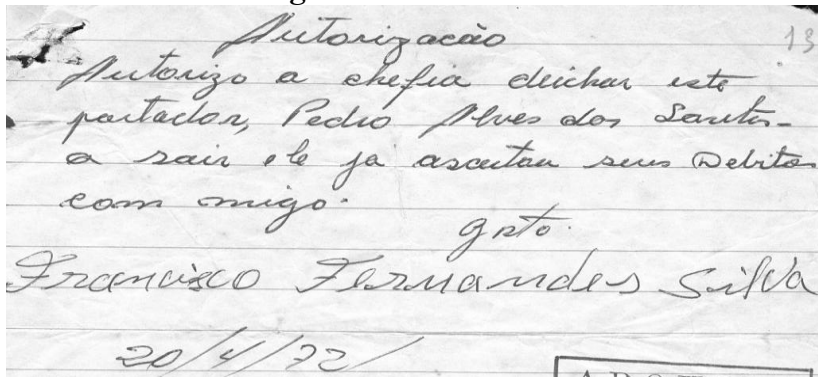
De acordo com Figueira (2004: 350) as relações de trabalho nas fazendas da Amazônia demonstram um crescimento da coerção com variados tipos de brutalidades – espancamentos, assassinato, violência sexual, como atos “pedagógicos” para evitar a fuga dos trabalhadores. Estes atos não foram o suficiente para contê-los, pois a indignação contra a violação da sua humanidade os impulsionaram a se libertarem da repressão. Por outro lado, fazendeiros e empreiteiros alegam que este é o único modo de se trabalhar na Amazônia, visto que há uma naturalização dos crimes, como algo indiscutível que faz parte daquela região, assim, a violência e o controle social são entendidos como normais e inevitáveis para aquele espaço (FIGUEIRA, 2004).

A reação dos trabalhadores ocorre de formas variadas, em alguns há contestação a partir da ira que advém da interpretação do que é avaliado como fora da normalidade, aquilo que infringe o aceitável para a sua consciência moral; assim, alguns podem aceitar algo como inaceitável e outros não, como também alguns aceitam a subordinação e outros não, podendo agir com violência (FIGUEIRA, 2004).

As fugas também eram empreendidas por meio da “malandragem” como uma forma mais “segura” para não ser pego pelos pistoleiros. O bilhete abaixo é falso, foi escrito por um

trabalhador da CODEARA que impedido de sair encontrou meios de forjar uma autorização para deixar o local de trabalho.

**Figura 1- Bilhete Falso**



FONTE: Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08. 1.3.10, 1972: 01.

A reprodução de uma autorização para o trabalhador sair da fazenda, evidencia dois fatos: a capacidade criativa de o *peão* falsificar um documento, e o fato de que era necessário ter autorização para ir e vir. Havendo assim, um mecanismo de controle que funcionava sobre as pessoas.

De acordo com Figueira (2004) em geral as resistências eram empreendidas individualmente. Havia dificuldades de uma articulação coletiva devido a falta de conhecimento do espaço da fazenda ou da região, como também o afastamento dos grupos de trabalhadores espalhados por diversos pontos da fazenda. Mesmo que seja difícil, isso não implica necessariamente na inexistência da resistência coletiva, como aponta o autor citado, e nos mostra o relato extraído do Acervo da Prelazia:

Foi num domingo, dia 12 de julho. 13 peões fugiram. Os capangas e os jagunços saíram a persegui-los. Entre os peões havia um velho que possuía uma espingarda 20, único meio de defesa. Os jagunços atacaram-nos. O Ari atirou no velho da espingarda e este replicou ferindo o tal de Ari. A jagunçada abriu fogo. Três dos peões fugindo

caíram numa cilada – um cipó atravessado – e foram presos. Os que voltaram para a fazenda foram espancados barbaramente. E o próprio Antônio mostra os sinais dos ferimentos. Diz Antônio: “É um açougue daquelas matas. Matam e deixam insepultos os corpos”.<sup>14</sup>

A reação dos trabalhadores decorreu do sentimento de medo e da violência sofrida no espaço de trabalho, estes empregaram resistências de alguma forma, mesmo restringidos pela precariedade, pela falta de armamentos e pelo desamparo do Estado. O *peão* é um estranho, não conhece a região e não pode contar com apoio de uma rede social composta por amigos e familiares. Suas relações estão restritas aos seus iguais, permeada por uma organização de trabalho que comporta os seus “superiores” *gatos*, pistoleiros e fazendeiros, através da submissão pautada na lógica do mando e da obediência; estes trabalhadores desempenham seus trabalhos em um período de curta duração, mas são dias vivenciados pelas condições de vida as mais precárias, que atentam contra a sua dignidade humana, bem como o cerceamento da sua liberdade, ao passo que estes têm seus direitos violados caracterizando assim, uma das marcas mais profundas da violência nas relações de trabalho na Amazônia brasileira.

### **Considerações finais**

Os conflitos agrários e a prática do trabalho escravo no espaço amazônico brasileiro se intensificaram na década de 1970 através da entrada das empresas agropecuárias. Em decorrência disso acentuaram-se os problemas agrários no campo e o uso da violência contra a população daquela região. Esta violência de caráter instrumental só foi possível pela concentração do poder nas mãos de poucos (empresários, *gatos*, pistoleiros), que conseqüentemente perdeu a sua legitimidade, pois de acordo com

---

<sup>14</sup> Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – B08. 1.2.47, 1971: 2.

Arendt (2009) o poder pertence a um grupo e nunca é propriedade de um indivíduo. Neste sentido, o poder desapareceu e cedeu espaço para o uso da violência que na fronteira é visto como algo corriqueiro inerente àquele lugar.

Nos relatos dos trabalhadores estes demonstram que têm consciência de que na sua comunidade não há meios para sobreviver, restando-lhe a migração como uma alternativa para melhorar a vida e o trabalho, deixando para traz seus familiares com a ideia de ser algo temporário, mas com o passar do tempo, este toma um caminho errante de empreita em empreita, de fazenda em fazenda, pela busca de uma remuneração melhor com a intenção de voltar para seu local de origem com a imagem de um trabalhador vitorioso.

Este ideal se esfacela, muitas vezes por não receber o pagamento do seu trabalho ou apenas uma parcela mínima, constituindo nesses novos lugares novos laços familiares ou entregues ao álcool, à espera um novo trabalho, uma nova chance de transformar a vida.

O Estado contribui para a negação dos direitos e cidadania desses trabalhadores, tendo em vista que estes não têm a garantia de seus direitos assegurados, pois de acordo com Martins (2009: 89) até mesmo a polícia é utilizada no processo de “coisificação” e degradação humana, facilitando o trânsito dos caminhões que transportam os trabalhadores ou efetuando a prisão de algumas pessoas e depois vendem aos *gatos*.

A inserção do campo no processo de acumulação capitalista resultou em uma nova orientação de valores culturais para os sujeitos ali presentes, assim como a reorganização do espaço social agrário, modificando a cultura tradicional através dos novos métodos de intercâmbio do homem com a natureza, do uso e do cultivo da terra. Este procedimento se entrelaça com a expansão da modernidade no campo sob uma ótica global, na qual os valores, conceitos e significados são remodelados de acordo com as modificações sociais, econômicas, políticas e culturais na sociedade.

Sob a lógica do assalariamento e das relações de trabalho do mundo contemporâneo, o trabalho escravo é tido como prática condenável e ultrapassada. Mesmo considerando as muitas formas de precarização laboral, elas ainda permitem ao trabalhador sentir-se integrado, sonhar com o acesso ao mundo, ao consumo. Por ironia, é justamente na busca desse sonho que milhões de pessoas no mundo tornam-se objetos de consumo rápido e descartável.

## Referências

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia. *Fronteira amazônica. Questões sobre a gestão de território*. Brasília/Rio de Janeiro: Ed. UNB/ Ed. UFRJ, 1990.

BORGES, Maria Stela Lemos. *A consignação da violência: a peonagem na Região de Três Lagoas – MS*. Campinas: UNICAMP, 2002. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas, Campus Campinas, 2002.

BRUNO, Regina; VIEIRA, Maria Antonieta. Representações de trabalhadores, gatos e empregadores sobre o trabalho escravo. In: *Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas*. FIGUEIRA, Ricardo Rezende; PRADO, Adonia Antunes (Orgs.). Cuiabá: EDUFMT, 2011.

CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia*: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. A migração e o trabalho escravo por dívida no Brasil. *Travessias na desordem global*: Fórum Social das Migrações/ Serviço Pastoral dos Migrantes (org.). São Paulo, Paulinas, 2005: 181-189. Disponível em: <<http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdf/migracao2005.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

\_\_\_\_\_. *Pisando fora da própria sombra*: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: *História Oral*: Revista da Associação Brasileira de História Oral, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1-2, jan-dez. 2008.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A lenda do ouro verde*: política de colonização no Brasil contemporâneo. Cuiabá: UNICEN, 2002.

MARTINS, José de Souza. A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação: reflexões sobre riscos da intervenção subinformada. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: CPT/Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *Fronteira*: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

## **NEGROS FILHOS DA MISTURA: AFRICANIDADES E IDENTIDADES NEGRAS NO SUDESTE DO PARÁ**

Arilson dos Santos Gomes

### **Considerações iniciais**

Este artigo tem como objetivo discutir o uso das africanidades na educação escolar, em particular o uso das representações de divindades cultuadas no Brasil e no Sudeste do Pará, em Marabá. Outro objetivo da narrativa é demonstrar os desafios e as possibilidades para o ensino da diversidade e das relações étnico-raciais. Destaca-se que o uso da mitologia pode ser uma ferramenta didática para o desenvolvimento de atividades lúdicas de modo a possibilitar o ensino e a aprendizagem qualificada dos sujeitos envolvidos.

O trabalho justifica-se a partir da necessidade de criar, desenvolver e visibilizar ações pedagógicas a partir da relação ensino/pesquisa e, como observa Paulo Freire (1996), atenuar a dificuldade encontrada pelos docentes e discentes em relacionar as influências culturais negro-africanas, de modo a aplicar a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.<sup>1</sup>

Outra relevância deste trabalho incide em colaborar para desconstruir os estereótipos coloniais relacionados a essas

---

<sup>1</sup> A lei 10.639/03 instaurou nos currículos escolares a obrigatoriedade do ensino sobre a História e a Cultura Africanas e Afro-Brasileiras nos estabelecimentos de educação básica, oficiais e particulares, de todo o Brasil. Entende-se que essa lei fora uma conquista dos representantes dos movimentos sociais e das ações de intelectuais e políticos identificados com a trajetória da comunidade negra (GOMES, 2014). Quanto à dificuldade apontada, foi sentida nos anos de 2009 a 2016, período que lecionei a disciplina de História em escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Rio Grande do Sul. Contudo, desde abril de 2016, como professor da Unifesspa, em Marabá, percebo, por meio de conversas com professores e estudantes, a mesma dificuldade para a efetivação da Lei.

tradições, como assevera Hommi Bhabha (2007).<sup>2</sup> Com essas atitudes, o texto apresenta uma proposta de aula para o Ensino de História dentro dos parâmetros das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

Destaca-se que a cidade de Marabá é conhecida como a cidade da mistura, da miscigenação. Todavia, os preconceitos permeiam o cotidiano das relações educativas e sociais. Como ensinar história e cultura africana e afro-brasileira para alunos do Ensino Básico de maneira instigante e motivadora de modo à desconstruir estereótipos? A mitologia utilizada de maneira crítica cumpriria esse propósito no ensino de História?

De maneira geral, conclui-se que, ao relacionar as africanidades com as mitologias gregas, a partir da mediação do professor e de seu incentivo à pesquisa, tem-se uma importante estratégia para o ensino de História. Essa estratégia serve para desconstruir estereótipos, pois, além de impedir maniqueísmos, relativiza a cultura e desperta o senso crítico nos alunos, permitindo uma prática docente qualificada no ensino de História, da diversidade e da educação das relações étnico-raciais.<sup>3</sup>

De maneira a debater a ideia para possível prática didática, o artigo apresenta considerações sobre os seguintes pontos: os desafios para um ensino da diversidade, o dinamismo e a resistência das africanidades no Brasil, Marabá e os estigmas

---

<sup>2</sup> Estereótipos conforme Homi Bhabha (2007) geram a fixação da identidade, aos olhos do estigma os grupos inferiores na escravidão carregam, mesmo após a libertação, o peso da representação outrora criada.

<sup>3</sup> O trabalho apresentado foi adaptado para produção do Minicurso, de mesmo título, ofertado no I Encontro de História do Sul e Sudeste do Pará, realizado no dia 07 de março de 2017. Entretanto, a artigo surgiu a partir de um projeto de aula executado com turmas do Ensino Médio de uma escola pública do Estado do Rio Grande do Sul. Para ver o desenvolvimento e os resultados da proposta na íntegra, em sua originalidade, acessar o site da Revista Educar. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/educar>. Número 64/ abril – junho, 2017.



difundidos aos migrantes maranhenses e, por fim, interpreta a cultura africana, a cultura grega e as suas possíveis relações.

## Os desafios para um ensino da diversidade

Este trabalho reconhece a importância dos saberes tradicionais como meios legítimos de apoio ao ensino escolar, sem proselitismos, de modo a contribuir para uma sociedade justa e igualitária. Conforme as diretrizes curriculares citadas:

Reconhecer exige a valorização e o respeito às pessoas negras, à sua descendência africana, sua cultura e história. Significa buscar, compreender seus valores e lutas, ser sensível ao sofrimento causado por tantas formas de desqualificação: apelidos depreciativos, brincadeiras, piadas de mau gosto sugerindo incapacidade, ridicularizando seus traços físicos, a textura de seus cabelos, fazendo pouco das religiões de raiz africana (...) (BRASIL, 2004:12) (GRIFO NOSSO).

Na cidade de Marabá, como pesquisou Idelma Silva (2010), os apelidos depreciativos, as brincadeiras e as piadas de mau gosto recaem nos migrantes afrodescendentes maranhenses. Nilma Gomes (2005) explica que outro desafio é construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo. Ademais, como destaca Edileuza Souza:

Quando nós, como educadores e educadoras em diferentes postos e modalidades privilegiamos os valores africanos, reafirmamos a humanidade da memória civilizatória do continente-mãe (...). A comprovação científica de que a África é o berço da humanidade nos impõe o desafio de pensá-la como local de origem histórica e sócio-política-cultural de todos os povos (SOUZA, 2008:25).

Diante desses desafios, evidencia-se, neste trabalho, a importância do conceito de diversidade para refletir o uso da cultura na prática escolar como propulsora de imparcialidade e de respeito à igualdade de direitos étnico-raciais e à diversidade.

Como alude Nilma Bentes (2014), a diversidade (do latim *diversitas*) é uma noção que se refere à diferença, à variedade, à abundância de coisas distintas ou à divergência. A autora interpreta que a diversidade cultural faz alusão à convivência e à interação entre diferentes culturas. A existência de múltiplas culturas é considerada, por ela, como um *ativo* importante da humanidade, pelo fato de contribuir para o conhecimento: “Cada pessoa, por outro lado, tem o direito a que a sua cultura seja respeitada tanto por outras pessoas como pelas autoridades.” (BENTES, 2014:60).

Diante disso, como ensinar uma cultura historicamente oprimida e perseguida desde a colonização europeia do Continente Africano com estigmas refletidos na contemporaneidade?

Como aduz Edileuza Souza, “(...) o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira alimenta a educação pluricultural e possibilita, por meio de atividades lúdicas e estéticas, conhecer as singularidades africanas (...)” ou afro-brasileiras “(...) num contexto da história geral da humanidade (...)” (SOUZA, 2008:25).

## **O dinamismo e a resistência das africanidades no Brasil**

As fontes orais auxiliam-nos a interpretar e a demonstrar a presença das africanidades no Brasil (GOMES, 2014). A Nação, o Batuque, o Candomblé, o Catimbó, o Terecô, a Quimbanda, o Xangô e a Umbanda são exemplos de práticas que comportam a ancestralidade africana. No passado, algumas sociedades africanas formaram grandes unidades políticas ou Estados, como Egito, Mali, Reino de Oyó, Axante, Songhai, Almorávidas e Daomé.

Essas sociedades, das mais simples aldeias às mais complexas, se estabeleciam em torno das relações de parentescos. Havia algumas famílias, cada uma com seu chefe. Produzia-se agricultura, além da criação de animais, da pesca e da caça. Existia trabalho escravizado, contudo o nível conceitual dessa relação

difere da escravidão moderna, que a partir do século XVI, os africanos passaram a realizar com os europeus. Em alguns casos, nas sociedades locais, as lideranças cobravam tributos, o que geravam hierarquizações (MAESTRI, 1990).

A orientação da vida era dada pelo contato com o sobrenatural: com os espíritos da natureza, os antepassados mortos e os heróis míticos, que muitos consideravam os fundadores de sua sociedade. Destaca-se que, na África, o tempo era dinâmico e a coletividade, uma característica do continente (KI-ZERBO, 1980). Contudo, os contatos, primeiramente com os portugueses, mudaram essas estruturas, se não completamente, em grande parte; principalmente as econômicas e as políticas. Inicialmente, o acontecimento mais impactante foi a escravidão dos africanos em grande escala.

Calcula-se que, entre 1580 e 1680, os portugueses teriam transportado para o Brasil 1 milhão de escravizados. Quanto ao total global de escravos desembarcados vivos nas terras transatlânticas, incluindo as colônias britânicas da América do Norte e do Caribe, chega-se a cerca de 15 milhões (KUCZYNSKI *Apud* BASIL DAVIDSON, 1978:106). A estimativa geral é de que tenha sido, aproximadamente, mais de 50 milhões de pessoas. Porém, o total de desembarcados vivos não equivale ao total de escravos embarcados, já que muitos pereceram na temida “passagem média” (DAVIDSON, 1978).

Em que pese os sofrimentos sentidos por esses seres humanos presos nos tumbeiros, existiu uma intensa rede de trocas culturais entre os africanos a bordo dessas embarcações, em seus deslocamentos da África para a América e a Europa (GILROY, 1993). Os africanos que cruzaram os oceanos não vieram sozinhos; trouxeram consigo suas divindades; visões do mundo; alteridades (linguística, artística, étnica e religiosa); diferentes formas de organização social e diferentes modos de simbolização do real (DEUS, 2011:2).

Os africanos comportam dois grandes troncos linguísticos, identificados nos bantos e sudaneses, constituindo o maior grupo

continental a entrar no País. Para o Brasil — que, com a escravização forçada de várias etnias africanas, recebeu nagôs, jejes, benguelas, fulos, fulas, tuaregues, iourubás, mandingas, minas, háussas, adamauás entre outros — identificar essas pessoas somente como negros é desconsiderar a profundidade étnico-cultural desses povos. No passado, o termo “negro”, criado pelos europeus, era considerado um termo pejorativo, já que remetia aos seres sem luz.

No continente africano, atualmente, existem mais de 2 mil etnias somente abaixo do deserto do Saara (SOUZA, 2012). Ou seja, aquelas milhares de etnias com os processos de colonizações foram fixadas. Naquele instante, designados pelos olhos dos europeus, os negros passaram a ser um lugar único de todos os grupos africanos, estereotipados e estigmatizados.

Todavia, os grupos que vieram forçadamente do continente africano para o Brasil, como os negros, trouxeram consigo suas expressões de africanidades, pensadas como valores civilizatórios. Os valores civilizatórios abrangem significados sociais, culturais e históricos em sociedades negro-africanas tradicionais. Eles demonstram as especificidades e a sensibilidade ao se reportar à “África-sujeito” (WALDMAN, 1998).

A expressão “continente africano” — para além de uma perspectiva geográfica — denota “(...) o modo de ser e de pensar do negro africano, peculiar às suas opções históricas e culturais (...)”, o que conforma similitudes marcantes que se mesclam ao seu cotidiano e permitem delinear uma “(...) unidade civilizatória própria (...)”, mesmo diante da diversidade de práticas culturais (WALDMAN, 1998:226).

As populações africanas, como qualquer outra, produziram e produzem história. No plano dos fatos, das obras, das práticas agrárias, dos medicamentos homeopáticos, das organizações políticas, dos ritos, da utilização de ferros e minérios e das próprias receitas de cozinhas, que não foram escritas, mas preservadas pelas oralidades (KI-ZERBO, 1980:23).

A influência da culinária africana, no Brasil, desde a década de 1930, era enfatizada em congressos afro-brasileiros, como os realizados em 1934, no Recife, e em 1937, na cidade de Salvador.<sup>4</sup>

Todavia, sem serem aceitos e sendo perseguidos, historicamente, em praticamente todas as regiões do Brasil, as africanidades resistiram. No nordeste, por exemplo, em Pernambuco, a imprensa oficial no período do Estado Novo denunciava que “(...) as seitas africanas, o baixo espiritismo, a jogatina desenfreada, as ofensas ao decoro público e outras práticas corruptoras, foram problemas que tivemos que enfrentar (...) com medidas saneadoras (...)” (DANTAS, 2009).

Assim, a polícia tinha estratégias específicas para a perseguição e a repressão das religiões de matriz africana por meio da propaganda veiculada pela imprensa (particularmente pelo jornal “Folha da Manhã”, no período de 1937 a 1945); além de outras formas de perseguições, como as identificadas por Zuleica Dantas (2010) em documentos da Secretaria de Segurança Pública do Recife.

Mesmo perseguidas, as religiões de matriz africana, como o Xangô do Recife, o Candomblé na Bahia, o Catimbó no Nordeste, o Tambor de Mina no Maranhão, a Quimbanda em diversas regiões e o Batuque e a Umbanda no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, estabeleceram-se e, em todos esses lugares, resistiram. Assim, como em Marabá, sudeste do Pará, conforme anúncio localizado.

---

<sup>4</sup> Atividades que contaram com a participação oral da Ialorixá Santa e dos Babalorixás Oscar de Almeida e Apolinário Gomes, que apresentaram temas de receitas e quitutes afro-brasileiros. Em 1937, a atividade contou com Silvino Manoel da Silva, tocador de tabaque do candomblé do Gantois, que apresentou um trabalho sobre os toques nos terreiros, e com Maria Badá, velha negra de mais de 90 anos de idade, que apresentou receitas de comidas afro-brasileiras (...) (O ESTADO DA BAHIA, 09/01/1937:07 *Apud* CLAY, 2006:56).

**Figura 1. Anúncio de Umbanda em Jornal de Marabá/ PA**



Fonte: Jornal O Marabá, Marabá-PA, 01 à 05 de maio de 1984:03.

Nilma Bentes destaca que as africanidades no Pará foram sincretizadas. A Macumba, antigo batuque-babaçue, foi misturada com o Tambor de Mina do Maranhão, o Candomblé da Bahia, a Umbanda carioca, a Pajelança dos Indígenas, o Catolicismo e o Kardecismo (BENTES, 2014:93).

Aldrin Figueiredo identificou no “Jornal Folha do Norte”, de Belém, com circulação datada de dezembro de 1922, uma casa denominada de “Reino da Pajelança”, situado na Vila Teta. Para Aldrin o periódico “parecia insinuar que o exotismo da pajelança cabia melhor se guardada no acervo do museu, longe do convívio com a civilidade da população da capital do Pará” (FIGUEIREDO, 2010:316). Ainda, segundo informações do autor, extraídas do jornal, no local residiam “diversos negros (...)” que participavam dos rituais: “(...) os pretos pareciam transformar-se numa verdadeira “aldeia dos índios Urubus”, na qual os participantes da sessão seguiam o preceito das antigas tradições herdadas dos índios” (FIGUEIREDO, 2010:316).

Como afirma Zélia Amador, “(...) uma vez instaladas, por mais que as tradições fossem represadas ou aniquiladas, pela cultura hegemônica, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e re-criação, da memória cultural para preservação dos laços mínimos de identidade,

cooperação e solidariedade”. (DEUS, 2011:01). Inclusive com os grupos indígenas, como o destacado.

Em nível local, em virtude da Lei 10.639/03, decreto que instituiu no Brasil a obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares; com ênfase nos estudos das peculiaridades locais das populações negras em Marabá, PA, foi criado no ano de 2012 o “Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Relações Raciais, Movimentos Sociais e Educação - N’Umbuntu”. Vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará - UFPA, Campus Marabá.<sup>5</sup>

### **Marabá e os estigmas aos migrantes maranhenses**

A primeira migração aos limites espaciais que se tornaria Marabá foi realizada em 1895, pelo Coronel Carlos Gomes Leitão. A caravana era composta por maranhenses, goianos e cearenses e foi motivada pela criação de gado e o extrativismo da castanha, paulatinamente, substituída pela extração do látex. Eles se fixaram na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas para facilitar o escoamento da produção e trocas de mercadorias. “Na época foi criado o Burgo do Itacaiúnas” (RIBEIRO, 2010:26).

Se para as rotas fluviais comerciais o local era próspero, para as condições humanas era péssimo, em virtude de inundações e febres. Por isso, houve um deslocamento para um local mais favorável. Com a exploração do caucho, a foz do Itacaiúnas ganha novo interesse.

---

<sup>5</sup> N’Umbuntu, palavra de origem Banto, significa “sou o que sou devido ao que todos nós somos”. O Núcleo foi criado na UFPA, atualmente está ligado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), IES que surgiu do desmembramento da UFPA. O Grupo liderado pelos professores Ivan Costa Lima, Gisela Macambira Villacorta e Janailson Macêdo Luiz, além de organizar congressos, mantém o periódico N’Umbuntu em Revista.

Em 07 de junho de 1898, o militar e comerciante Francisco Coelho (1846-1906), vindo de Grajaú/MA, inaugurou um barracão de comércio na localidade, à margem direita do rio Itacaiúnas, num ângulo agudo formado pelos dois rios. “Marabá, no seu início, era assim. Muito mais que no caso de Burgo, sua função primordial era o comércio” (VELHO, 2009:37).

Foi com o extrativismo da borracha, em seu período áureo que, por sua localização estratégica, definitivamente a cidade se formou. Nesse momento a região amazônica era responsável por 90% da produção mundial de borracha (RIBEIRO, 2010:27).

Para Otávio Guilherme Velho (2009), nesse contexto, os comerciantes de Marabá ganham importância local e “sentindo-se abandonados pelo Governo do Pará, criam uma comissão, vão a Belém e representam Goiás no sentido de serem incorporados a esse estado”. O movimento tem sucesso. “Em 1913, Marabá ganha sua autonomia municipal, com território desmembrado de São João do Araguaia” (VELHO, 2009:38).<sup>6</sup>

Diante das descrições iniciais da origem do município bem como pelo contexto pós-abolicionista e republicano, destaca-se que a escravidão, ao menos formal e jurídica, não constituiu um sistema de produção característico de Marabá. Entretanto, as populações negras descendentes de escravizados permaneceram na região, visto que o comércio transatlântico de seres humanos foi ativo nas terras da antiga capitania do Grão-Pará.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Conforme o decreto nº 1.278, assinado pelo presidente do Pará, Enéas Martins foi empossada a Comissão administrativa Municipal presidida pelo coronel Melquiades Peres Fonteneille, tendo como membros os coronéis: Antônio Rocha Maia, Afro Sampaio e Quirino Francisco Castro (O MARABÁ, 05 a 12 de abril de 1983:04).

<sup>7</sup> Destaca-se que no Estado do Pará, região conhecida como Baixo Amazonas, encontram-se cerca de 60 comunidades remanescentes de quilombos localizadas nos municípios de Oriximiná, Óbidos, Santarém, Alenquer e Monte Alegre (CPISP, 2014). Entre 1995 e 2005, outras 28 comunidades desta localidade tiveram suas terras tituladas, abarcando aproximadamente 1.161 famílias. A área titulada no Baixo Amazonas soma 386.488,05 hectares, o que representa 43% da dimensão total de terras de quilombo tituladas no Brasil



A cidade amazônica de Marabá, situada no sudeste do Pará na foz dos Rios Tocantins e Itacaiúnas, foi formada entre o final do século XIX e início do XX. A sua trajetória é comumente associada aos fatores econômicos, relacionados à pecuária, ao comércio, ao extrativismo e aos conflitos motivados pelos fluxos migratórios e disputas de terras.<sup>8</sup>

A população dá cidade, segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, era constituída por 233.669 pessoas. Dessas, 163.154 se autodeclararam pardas e 18.608 se denominaram pretas. Ou seja, 181.762 ou 77,78% das pessoas que residem na cidade se reconhecem como não brancas. Todavia, não se assumem politicamente como sujeitos negros. Seria esta situação resultado dos estigmas historicamente elaborados? Provavelmente.

Com ampla maioria de afrodescendentes, como as representações das africanidades e das identidades negras são percebidas na sociedade local? Na realidade, não se observa na cidade elementos constitutivo das africanidades de maneira positiva e afirmativa, muito pelo contrário. Além das manifestações dissimuladas e manifestas de intolerâncias contra as religiões de matriz africana, percebe-se no cotidiano local a reprodução de estereótipos vinculados à figura dos migrantes maranhenses (SILVA, 2010). Não por acaso, sujeitos identificados com os fenótipos característicos dos “traços africanos”, fixados nas reproduções dos discursos históricos coloniais como seres humanos “inferiores” (BHABHA, 2007). Todavia, ao relacionar o discurso do desenvolvimento da região, tem-se nas figuras dos

---

(CPISP, 2014).

<sup>8</sup> Marabá na língua tupi-guarani pode significar: "a raça do francês", "gente que é procedente do estrangeiro", "o que é variado" e o "que varia de cores". A palavra “marabá” era usada também para indicar as pessoas nascidas das misturas de indígenas com brancos, mestiços. Destaca-se que o discurso da miscigenação carrega uma ideologia fundamentada no branqueamento da população além da um forte constructo de difusão do discurso da democracia e harmonia racial. Que, como o observado historicamente em nossa sociedade, inexistiu.

migrantes paulistas e goianos a representação positiva do “pioneirismo”.

### **Cultura africana, cultura grega e os mitos: uma interpretação possível**

De acordo com a perspectiva teórica de Nelson Fernando Inocêncio da Silva, tratar da cultura negra na escola, inclusive abordando a mitologia, nada tem a ver com “doutrinação tão frequente nas escolas públicas, na medida em que o principal interesse é o de que estudantes apreendam algumas informações que possam permitir o repertório básico para abolir estereótipos” (SILVA, 2005:123).

O autor afirma que é possível tratar do assunto dentro de um processo cognitivo que não ponha em risco o caráter laico da escola pública. Para isso, deve-se tratar da cultura negra em uma perspectiva absolutamente informativa e não doutrinária, que contemple as mitologias e as filosofias religiosas oriundas dos vários grupos étnicos africanos que compõem a sociedade brasileira. Mesmo porque não existe cultura negra sem a dimensão espiritual (SILVA, 2005:124).

De acordo com a concepção de Silva: “(...) se estudamos sobre a cultura grega, em particular a mitologia, sem que isso represente uma conversão às doutrinas religiosas provenientes daquele contexto, há como pensar em alternativas (...)”; essas alternativas podem ser, por exemplo, o planejamento que será apresentado, sem citar, segundo o mesmo autor, “(...) o fardo dos valores que herdamos dos romanos como a doutrina católica e o próprio calendário linear (...)” (SILVA, 2005:124).

O mito, de acordo com Mírcea Eliáde:

(...) narra como, graças às façanhas dos entes sobrenaturais, uma realidade passou a existir, seja uma realidade total, o Cosmo, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento humano, uma instituição. É sempre a narrativa de uma “criação”: ele relata de que modo algo foi produzido e começou ser. Em suma, os

mitos descrevem as diversas, e algumas vezes dramáticas, irrupções do sagrado (ou do “sobrenatural”) no Mundo. O mito é considerado uma história sagrada e, portanto, uma “história verdadeira”, porque sempre se refere a realidades. (ELÍADE, 2006:07).

Na mitologia grega, Jaa Torrano (1991), tradutor da *Teogonia de Hesíodo*, explica que a noção mítica do mundo, na época de Hesíodo (entre os séculos VIII e VII antes do presente, ou cerca de 2.800 anos atrás) era:

Como um conjunto único, uno e múltiplo de teofanias. O mundo, para os gregos hesiódicos, é um conjunto único de inesgotáveis aparições divinas (teofanias); no entanto, é um mundo lógico, em termos míticos e na lógica própria do pensamento mítico - um mundo real e perigoso, que se deixa conhecer através das genealogias divinas, das linhagens e famílias de Deuses ciosos de suas prerrogativas e vigilantes de que elas sejam observadas (TORRANO, 1991:02).

Hesíodo (750–650 AP) foi um poeta oral grego da antiguidade, assim como Homero (928–898 AP), responsável pelos poemas épicos *Eliada* e *A Odisseia*. Eram considerados *rapsodos* e *aedos*. Esses repassavam, por meio da tradição oral e memorialística, a origem mitológica do universo e dos seres humanos. Na África, as figuras dos *griots*, guardadas as proporções, podem ser relacionados aos *rapsodos* e aos *aedos* dos antigos gregos, já que, por meio das oralidades, ensinavam as ações dos seres mágicos extraterrenos, portanto, da própria natureza divina.

O antropólogo Mauricio Waldman considera que a oralidade prefigura para o continente negro-africano um conhecimento total, vinculado a uma perspectiva cosmológica peculiar à sua consciência social, em que fatores religiosos, mágicos ou sociais convergem para preservar a fidelidade da transmissão oral. Logo, a mentira cercar-se-ia por uma malevolência potencial. Perante esses pressupostos, ao recordar o passado imemorial em sucessivas gerações, os *griots* revestem a sua atuação em uma “(...) especial importância para a ‘memória

profunda' responsável pelo entendimento sensível do Tempo Histórico em seu entrelaçamento inelutável com o Espaço (...)” (WALDMAN, 1998:228).

Para os africanos, como aponta Ki-Zerbo (1980), o mito, representação fantástica do passado, em geral domina o pensamento dos africanos na sua concepção do desenrolar da vida dos povos. Na sequência, o autor diz que isso ocorre a tal ponto que: “(...) o mito governava a História, encarregando-se, por outro lado, de justificá-la. Num tal contexto, aparecem duas características surpreendentes do pensamento histórico: sua intemporalidade e sua dimensão essencialmente social” (KI-ZERBO, 1980:24).

Nas práticas religiosas africanas, tudo esta interligado. O universo, como salienta Nilma Bentes (2014), é visto como um complexo de forças que se defrontam ou se neutralizam. Plantas, ventos, bichos, rios, trovões, seres humanos, chuva, raios, mar, pedras, ar, terra, estrelas, tudo tem vida e querer. Não há uma pessoa no centro, a divindade máxima não é antropomórfica (BENTES, 2014:89).

Como várias outras religiões, os quatro elementos principais da natureza são básicos: terra, água, ar e fogo. Os orixás são divindades espirituais que representam essas forças da natureza e são encontrados em todas as etnias africanas, como Jeje, Oyó, Ijexá e Cabinda (PEREIRA et al, 2012:75).

Na tradição nagô, para existir vida é preciso que parte do universo seja transformada em *Ser* (animal, vegetal, mineral); ou seja, somos todos constituídos de frações do universo e, quando se morre, tudo será devolvido ao universo. O mundo real, concreto, é o Ayê, e o mundo abstrato, sobrenatural, é identificado com Orun (BENTES, 2014:89).

Nas tradições do povo africano, iourubá, a representação do orixá, deve ser destacada. Segundo Clyde Ford:

No campo das práticas cotidianas, os orixás representam as figuras principais da tradição de sabedoria dos iorubás; a biografia mítica deles relacionada ao uso do ferro interessa acompanhar (...) Ogum revelou o

ferro à humanidade, ele representa uma presença sagrada para a fundição e a metalurgia; a forja do ferreiro é considerada um santuário em seu louvor (...). Em tribunais iorubás, até hoje, deve-se usar o ferro para prestar juramento, um símbolo de fé no poder de Ogum como grande guardião do voto sagrado e em sua capacidade de fazer justiça imparcialmente entre forças conflitantes (FORD, 1999:235-236).

Na cosmogonia grega, de maneira resumida a partir da *Teogonia de Hesíodo*, os deuses primordiais são: Caos, a treva sem fim; Gaia, a Terra; Urano, o céu; Tártaro, o nevoento das profundezas e, Eros, o amor. Todos relacionados com sentimentos e forças da natureza. Da cópula de Urano com Gaia, que ficavam prensados, ocorreram reviravoltas geradas pela ação de Cronos, o mais jovem dos filhos dessa união.

Os filhos estavam inchando a barriga de Gaia e essa era cada vez mais pressionada por Urano. Para acabar com o sofrimento de sua mãe, Cronos castrou o seu pai, Urano, e liberou a si e aos seus irmãos do ventre de Gaia, dando origem ao tempo e ao espaço. Cronos, após essa ação, tornou-se senhor dos céus e casou com a sua irmã Réia, com quem teve seis filhos: Héstia, deusa do lar e da família; Deméter, deusa da agricultura; Hera, deusa da maternidade; Hades, deus dos mortos e do mundo inferior; Poseidon, deus do mar e Zeus, deus dos céus, dos raios e dos relâmpagos. Em virtude de ver o seu poder ameaçado, Cronos passou a engolir os seus filhos. Conseguindo escapar com o apoio de Réia, a mãe, Zeus derrota Cronos e se torna o Deus do Olimpo e da humanidade (FERRY, 2009).

Como ilustra Hannah Arendt (2010), os deuses gregos eram *anthropophyeis*, isto é, tinham a mesma natureza e não apenas a mesma forma de homem. Para Arendt, a preocupação dos gregos com a imortalidade resultou de sua experiência de uma natureza imortal e de deuses imortais que, juntos, circundavam as vidas individuais de homens mortais. Inserida em um cosmo onde tudo era imortal, a mortalidade tornou-se o emblema da existência humana (ARENDR, 2010:22).

O tempo, na cultura africana, não estabelece demarcação do final dos tempos e da eternidade, “(...) não é a duração capaz de dar ritmo a um destino individual; é o ritmo respiratório da coletividade (...)”. Ou seja, “O tempo africano tradicional engloba e integra a eternidade em todos os sentidos. As gerações passadas não estão perdidas para o tempo presente, a mortalidade. À sua maneira, elas permanecem sempre contemporâneas e tão influentes, se não mais, quanto o eram durante a época em que viviam.” (KI-ZERBO, 1980:24).

Essa situação é relevante para identificar a diferença entre a mitologia grega e a africana, pois, como se verificou, para esses os humanos e as coisas são parte do mesmo universo, da mesma natureza interligada. Todavia, para os gregos, os deuses invejavam os humanos já que a grandeza potencial dos mortais reside em sua capacidade de produzir coisas, realizar feitos. “Por poderem deixar atrás de si vestígios morredouros, os homens atingem a imortalidade que lhes é própria e demonstram a natureza divina.” (ARENDDT, 2010:23). Nessa ótica, parece-nos possível afirmar que os deuses gregos podem invejar os homens. Inclusive, eles se relacionam com os humanos, por isso, nas “tramas” escritas pelo poeta Homero, o protagonismo “[...] é estabelecido pelos mortais, mesmo quando a decisão é tomada na assembleia de deuses no Olimpo.” (ARENDDT, 2010:27).

A representação da cultura grega entrou no Brasil por meio dos grupos ocidentais colonizadores, sendo a ela associada o culto aos heróis. Os heróis eram os filhos dos deuses do Olimpo com os terráqueos, considerados, nessa linhagem, como semideuses.

Uma relação entre com os alunos pode ser realizada a partir da comparação de três mitos gregos e três afro-brasileiros. Por exemplo: Artemis a Odé e Otim; Ares a Ogum e Hera a Oxum. Artemis, considerada a deusa da caça e da selva, também era filha de Zeus, para os gregos. Na mitologia afro-brasileira, a caça e a mata são representadas por Odé e Otim (PEREIRA et all, 2012:77). Ares e Ogum, pertencem a guerra e ao ferro,

respectivamente. Hera, esposa e irmã de Zeus, simboliza as bodas e a maternidade. É a patrona do matrimônio. Oxum, não representa nas africanidades necessariamente as funções de Hera, porém é uma representação feminina assim como Hera.

Como cultura hegemônica, o imaginário fundamentado na mitologia grega, constantemente, é reproduzido aos jovens como uma cultura dominante, em *games* e filmes *hollywoodianos*, desde 1981, com o destacado filme britânico do gênero fantasia intitulado “Fúria dos Titãs”, até as produções atualizadas ao cotidiano comum adolescente, do gênero aventura, como, por exemplo, o jogo de vídeo game *God of War* e a série cinematográfica de aventura estadunidense: “Percy Jackson e o ladrão de raios” (2010) e “Percy Jackson e o mar de monstros” (2013).

Mas quanto à mitologia africana, onde ela está representada em Marabá? Certamente, mesmo que estigmatizada, os elementos das africanidades estão presentes no cotidiano marabaense. Basta transitar pelos bairros populares da cidade, como o “Cabelo Seco” ou caminhar pela conhecida “Feira da Folha 28”, local com intenso trânsito de pessoas, para perceber como são vivas as influências das africanidades bem como das identidades negras no Sudeste do Pará.

## **Considerações finais**

As africanidades comportam um imenso repertório, podendo ser identificados no país como valores civilizatórios afro-brasileiros. Em que elementos como circularidade, oralidade, energia vital axé, ludicidade, memória, ancestralidade, cooperativismo, musicalidade, corporeidade e religiosidade, se interligam. Nesse artigo, os mitos atinentes às práticas religiosas dos povos africanos e as suas possíveis relações com a mitologia grega foram destacados.

Nagôs, jejes, benguelas, fulos, fulas, tuaregues, iourubás, mandingas, minas, háussas, adamauás entre outros nos legaram

uma profundidade étnico-cultural incomensurável. Contudo, mesmo perseguidas, as suas influências se estabeleceram e, em todas as regiões do Brasil resistiram, sobretudo nos seios das comunidades negras.

Na falta de filmes *bollywoodianos*, seriados televisivos e de *games* para visibilizar as africanidades de maneira positiva diante dos estereótipos seculares, uma proposta de ensino planejada pode despertar os alunos, por meio da relação e da comparação entre as divindades africanas e gregas, a compreensão das diferenças e da diversidade. Contudo, o sucesso da proposta depende do grau de comprometimento e do planejamento da mediação docente com as turmas envolvidas, bem como a sua compreensão dos dinamismos de amplos aspectos culturais que compõem o cotidiano e a realidade.

## Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BENTES, Nilma. *Aspectos da trajetória da população negra no Pará*. Belém: UFPA/ GEAM, 2013.

BHABHA, Homi. *O local da Cultura*. Editora UFMG: Belo Horizonte, 2007.

CLAY, Vinícius. *O negro em O Estado da Bahia: de 9 de maio de 1936 a 25 de janeiro de 1937*. 2006. Disponível em <<http://www.facom.ufba.br/pex/viniciusclay.doc/>> Acesso dia 10 de fev. 2008.

DANTAS, Zuleica Dantas Pereira. A polícia no Estado Novo combatendo o catimbó. *Revista Brasileira de História das Religiões*. Ano I, n. 3, Jan. 2009.p.301-326.



DAVIDSON, Basil. *Mãe Negra*. Lisboa: Editora Terceiro Mundo, 1978.p.25-62.

DEUS, Zélia Amador de. O corpo negro como marca da identitária na diáspora africana. XI CONLAB - *Congresso Lusó Afro-brasileiro de Ciências Sociais*, 2011. Disponível em <[https://fenomenologiadasolidariedade.files.wordpress.com/2013/11/1308245884\\_arquivo\\_corpocomomarcaidentitariaartigoversaofinal-zelia.pdf](https://fenomenologiadasolidariedade.files.wordpress.com/2013/11/1308245884_arquivo_corpocomomarcaidentitariaartigoversaofinal-zelia.pdf)>. Acesso dia 18 de jun.2016.

ELÍADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FERRY, Luc. *A sabedoria dos mitos gregos: aprender a viver II*. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O índio como metáfora: política, modernismo e historiografia na Amazônia nas primeiras décadas do século XX. *Revista História, Historiadores, Historiografia*. Projeto História nº 41. p. 315-336. Dezembro de 2010. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6543>>. Acesso em 21 mar.2017.

FORD, Clyde W. *Herói com rosto africano: mitos da África*. Trad. Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Summus, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro como contracultura da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

GOMES, Arilson dos Santos. Aspectos históricos da Lei 10.639/03 e a História e a Cultura Afro-Brasileira a partir de relatos dos viajantes europeus. *Revista Momento diálogos em educação*,

v. 22, n. 2, p. 19-38, jul./dez. 2013. Disponível em <<https://www.seer.furg.br/momento/article/viewFile/4405/2760>>. Acesso em 14 jul. 2015.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.

HESÍODO. *Teogonia: A Origem dos Deuses*. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

JORNAL O Marabá. 05 a 12 de abril de 1983, p.04.

JORNAL O Marabá. 01 a 05 de maio de 1984, p.03.

KI-ZERBO, Joseph. O lugar da História nas sociedades africanas. *A História da África Negra*. UNESCO: Brasília, 1980. p.82-99.

LIMA, Ivan Costa; VILLACORTA, Gisela Macambira. *Dossiê Religiões de Matriz Africana em Marabá/ PA*. Marabá: Impresso Editorial, 2014.

MAESTRI, Mário. *História da África negra Pré-Colonial*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1990. p.01-43.

Ministério da Educação/Secad. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*. 2004.

PEREIRA, Lúcia Regina (Org). GOMES, Arilson dos Santos; PARÉ, Marilene; REIS, Osvaldo Ferreira dos. *Rio Grande do Sul – Coleção a África está em nós: Africanidades Sul-Rio-Grandenses*. Paraíba: Grafset, 2012.

RIBEIRO, Rovaine. *As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no sudeste do Pará*. Dissertação Mestrado em Geografia, USP, São Paulo, 2010.

SILVA, Idelma Santiago da. A migração como mito fundados e outras metáforas: narrativas da colonização no sudeste do Pará. *Escritas: Revista do Colegiado de História Campus Araguaína*, vol 2, 2010.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. *Educação Anti-racista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº10.639/03*. Brasília: Coleção Educação Para todos. SECAD/MEC, 2005.

SOUZA, Edileuza Penha de; RIBEIRO, Álvaro Sebastião Teixeira; SOUZA, Barbara Oliveira;; RIBEIRO, Igle Moura Paz. *História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola*. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008.

SOUZA, Marina de Mello e Souza. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2012.

VELHO, Otávio Guilherme. Marabá da castanha e do diamante. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WALDMAN, Maurício. Africanidade, espaço e tradição. A topologia do imaginário espacial tradicional africano na fala “griot” sobre Sundjata Keita do Mali. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. Universidade de São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. Vol 20/21 (I), 1997/1998.p.219-267.Site: Comissão Pró-Índio de São Paulo. Disponível em <<http://www.cpis.org.br/>>. Acesso em 21 de mar. de 2017.

## SOBRE OS AUTORES

### **Anna Carolina de Abreu Coelho**

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é professora do Instituto de Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Autora do *livro Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa* (2017) e de diversos artigos publicados em periódicos e coletâneas. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Amazônia nas temáticas: Biografia, Intelectuais, Cultura, Cidades e Memória. É um dos líderes do Grupo de Pesquisa do CNPq *O Local e o Global: história, memória e natureza no sul e sudeste do Pará*. E-mail para contato: annacarolinaabreu@unifesspa.edu.br

### **Arilson dos Santos Gomes**

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor Adjunto da Universidade Federal do Sul e do Sudeste do Pará (Unifesspa), com lotação no Instituto de Ciências Humanas (ICH) em Marabá – PA. Pesquisa sobre os seguintes temas: renovação da história política, história e cultura afro-brasileira, movimentos sociais das "gentes do mar", lugares sociais das produções negras e afro-brasileiras, lideranças políticas, ações político-sociais e identidade negra no RS e no país (1930-1974), ações afirmativas, história e patrimônio, africanidades e propostas de ensino de história das relações étnico-raciais e identitárias. Coordenador do GT Negros da Associação Nacional de História - Seção RS (2010-2016). Líder do Grupo de Pesquisa em História Política e Social: *Raça, Trabalho e Poder - Africanidades, Identidades Negras e Ideologias na História da Amazônia* (RTP-AINIHA), da Faculdade de História da Unifesspa. -mail: arilsondsg@yahoo.com.br

### **Davison Hugo Rocha Alves**

Mestre em História Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Professor Assistente de Ensino de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). É autor do

livro *O uso da memória em sala de aula: o filme "O velho" e o ensino de História* (2016). É um dos líderes dos grupos de pesquisa do CNPq: *O local e o global: história, memória e natureza no sul e sudeste do Pará* cadastrado pela Unifesspa e do Grupo de pesquisa *Governos militares na Amazônia entre memórias e a História* cadastrado pela UFPA. Áreas de atuação: Ensino de História, História do Ensino de História, História da Educação, História Local, História Regional, História da Amazônia Republicana (1960-2011) e História do Brasil Republicano (1964-1985).

### **Edilza Joana Oliveira Fontes**

Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é Professora Associada IV da Faculdade de História - UFPA e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. É presidente da Associação Nacional dos Professores de História - ANPUH/PA (2017-2018). Coordenadora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) no estado do Pará. Participa do Grupo de Pesquisa do CNPQ *História do Tempo Presente na Amazônia* cadastrado pelo UFPA e do Grupo de Pesquisa *História política, culturas políticas na História* cadastrado pela UFMG. Membro do Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho e da Rede Proprietas. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Pará - IHGP. Presidente da Comissão "Leite" Memória e Verdade da universidade Federal do Pará. Tem ampla experiência nas áreas de História Social da Amazônia e movimentos sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: História e Memórias, História do Trabalho, História Agrária, História Social, História Cultural, Movimentos Sociais e Políticos, bem como na produção de eventos, livros, artigos acadêmicos, além de desenvolver atividades nas áreas de Planejamento Estratégico, Administração e Gestão Pública, Educação e Ensino de História. E-mail para contato: edilzafontes@yahoo.com.br.

### **Elias Diniz Sacramento**

Doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor Adjunto I de História da Amazônia do Curso de História da Universidade Federal do Pará Campus Cametá.

É membro da direção da Fundação Vergílio Serrão Sacramento de Educação- Moju. É sócio da Associação Brasileira de História Oral (ABHO). Autor dos livros *A luta pela terra numa parte da Amazônia* (2009) e *As almas da terra: a violência no campo mojuense* (2012). É membro dos grupos de pesquisa *História do Tempo Presente na Amazônia* - UFPA, *Culturas, Identidades e Dinâmicas Sociais na Amazônia Oriental brasileira* - Unifesspa e *Clio & Mnemósine* - Centro de Estudos e Pesquisas em História Oral e Memória - IFMA. Membro da Comissão da Verdade da UFPA Cezar Leite. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Amazônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação do campo, campesinato, conflitos agrários, movimentos sociais, agricultura familiar, quilombolas e agronegócio.

### **Erinaldo Cavalcanti**

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Estágio Doutoral (PDSE/Capes) pela Universidad General San Martin em Buenos Aires, Argentina; Professor Adjunto na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e diretor da Faculdade de História na referida universidade. É autor dos Livros Didáticos: "Pernambuco de Muitas Histórias: História do Estado de Pernambuco" (2012), e "História e Geografia de Pernambuco" (2015) publicados pela Editora Moderna. Também é autor de "Relatos do Medo: a ameaça comunista em Pernambuco - Garanhuns 1958-1964, (EdUFPE, 2012), e autor e organizador de "A história e suas práticas de escritas: relatos de pesquisa", (EdUFPE, 2013), "A história e suas práticas de escritas: narrativas e documentos" (EdUFPE, 2014); "A história e suas práticas de escritas: leituras do tempo, (EdUFPE, 2016) e "Ditadura militar no Brasil: entre práticas e representações" pelas editoras FGV e EdUFPE (2017). Coordena o grupo de pesquisa Interpretação do Tempo: ensino, memória, narrativa e política (Tempo - CNPq/Unifesspa) atua principalmente nos seguintes temas: Teoria; Ditadura Militar; Ensino de História, Livro Didático e Formação Docente. Mestre e Doutor pela Linha de Pesquisa Cultura e Memória do Programa

de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco,); e-mail: [ericontadordehistorias@gmail.com](mailto:ericontadordehistorias@gmail.com)

### **Luciene Aparecida Castravechi**

Doutora em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) na Linha de Pesquisa: Territórios, Temporalidades e Poder. Professora efetiva do Instituto Federal do Pará - Campus Marabá Rural (CRMB). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História - *História, Terra e Trabalho* (desde 2007). Integrante do Grupo de Pesquisa: *Trabalho Escravo Contemporâneo*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa: *Diversidade e Direitos Humanos na Educação do Campo no Sudeste do Pará: saberes tradicionais, gênero e agroecologia*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Editora-chefe da Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História/UFMT: "Outras Fronteiras" (2013-2015). Atua principalmente nos seguintes temas na área de História: Colonização Recente de Mato Grosso, Migração, Trabalho Escravo Contemporâneo, Violência, Conflitos Agrários, Igreja Católica, Dom Pedro Casaldáliga.

### **Maria Suely Ferreira Gomes**

Mestre em Ciências Sociais (com ênfase na área rural) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialista em Arte-educação e Gestão Escolar. Atualmente é professora efetiva de "Educação do Campo" do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará/Campus Rural de Marabá (CRMB). Tem diversos artigos publicados em coletâneas e periódicos. Organizou a obra *Licenciatura em Educação do Campo e Pesquisa* (2015). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa: *Diversidade e Direitos Humanos na Educação do Campo no Sudeste do Pará: saberes tradicionais, gênero e agroecologia*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Tem experiência na área da Educação, com ênfase em Ensino-Aprendizagem, território, Sociologia Rural, planejamento, além da experiência de atuação com a ATES-Assessoria Técnico, Social e Ambiental. Atua com as seguintes temáticas: Educação do Campo; Território; Agricultura Familiar; Agroecologia.

### **Marley Antonia Silva da Silva**

Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é docente do Instituto Federal do Pará (IFPA/ Campus Tucuruí). É pesquisadora dos Grupos de Pesquisa *Diversidade e Direitos Humanos na Educação do Campo no Sudeste do Pará: saberes tradicionais, gênero e agroecologia* do IFPA/Campus Rural de Marabá e do *Grupo de Estudos e Pesquisas da Escravidão e Abolicionismo na Amazônia* (GEPEAM) da UFPA. Possui diversos artigos publicados em periódicos e coletâneas. Tem interesse e experiência com História Colonial (notadamente as relações África Grão Pará) e Ensino de História.

### **Murilo da Serra Silva**

Doutorando em Agronomia Universidade Estadual Paulista (UNESP-Feis) na área de conservação e melhoramento de recursos vegetais arbóreos. Professor de Sistema Extrativista do IFPA-Campus Rural de Marabá (CRMB). Tem interesse em linhas de pesquisas sobre uso e conservação de recursos florestais nativos e diversificação produtiva de agroecossistemas. Pesquisador do Grupo de Pesquisa: *Diversidade e Direitos Humanos na Educação do Campo no Sudeste do Pará: saberes tradicionais, gênero e agroecologia*, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

### **Raimundo Moreira das Neves Neto**

Doutor em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor efetivo do Instituto Federal do Pará - Campus Marabá Rural (CRMB). Autor do livro *Um Patrimônio em Contendas: Os Bens Jesuítos e a Magna Questão dos Dízimos no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1650-1750)* publicado em 2013. Desenvolve pesquisas sobre a Missão da Companhia de Jesus (sobretudo seu patrimônio material) e o comércio dos colonos na Amazônia, durante os séculos XVII e XVIII - temáticas sobre as quais possui, para além do mencionado livro, alguns capítulos e artigos em revistas científicas. Igualmente, também tem experiência docente no ensino superior com as



disciplinas Amazônia I e América colonial. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq *Diversidade e Direitos Humanos na Educação do Campo no Sudeste do Pará: saberes tradicionais, gênero e agroecologia*. E-mail para contatos: [rmnetohistoria@yahoo.com.br](mailto:rmnetohistoria@yahoo.com.br)